

LUÍS ANTONIO GROppo
MARCELA FERRAZ CANDIOTO
(ORGANIZADORES)

Turismo:
Viajar, incluir e humanizar



Cabral Editora e Livraria Universitária
2005



Turismo: Viajar, incluir e humanizar

Copyright ©



Cabral
Editora e Livraria
Universitária

Todos os direitos são reservados

Nenhuma parte desta publicação poderá ser reproduzida, guardada em banco de dados ou transmitida por quaisquer outros meios, seja eletrônico, mecânico, fotocópia, gravação e outros, sem prévia autorização escrita dos editores.

Direção Geral

Mário Cabral de Vasconcellos

Editoração Eletrônica

Paulo Sérgio N. Ignácio

Revisão

Luiz Antonio Groppo

Marcela Ferraz Candioto

Capa

Turismo: Viajar, incluir e humanizar/ org. Luís Antonio Groppo/Marcela Ferraz Candioto. Taubaté-SP: Cabral Editora e Livraria Universitária, 2005.

210p.; 148x210mm

Vários Autores

ISBN: 85-89550-

Índice para catálogo sistemático:

CABRAL EDITORA E LIVRARIA UNIVERSITÁRIA

Av. Tiradentes, 500 - Bom Conselho

CEP 12030-080 - Taubaté - SP

Fone/Fax: (12) 3621-9572

e-mail: cabraledit@horizon.com.br

Sumário

INTRODUÇÃO	9
Capítulo I	
TURISMO E HUMANIZAÇÃO	15
Luís Antonio Groppo	
1. Turismo e Lazer: criações e metamorfoses.....	16
1.1 O Turismo de lazer massificado	23
1.2 Turismo e Lazer como esferas de ação social	25
2 . Turismo e Humanização	35
Referências Bibliográficas	41
Capítulo II	
TURISMO E INCLUSÃO SOCIAL: VIAGENS DE CRIANÇAS PORTADORAS DE DEFICIÊNCIA	45
Elaine Feleto	
1. A Instituição – Histórico e Abrangência.....	47
1.1 Instituição de Americana – Estrutura e Características	49
2. Aspectos sociais do Turismo	53
2.1 Turismo como Ferramenta no Processo de Integração e Inclusão Social: a questão do portador de deficiência mental	56
3. Viagens e excursões realizadas pela Instituição de Americana	62
3.1 Relato das Viagens: Percepção dos Profissionais.....	65
3.2 Percepção das Crianças em Relação às Atividades Turísticas Realizadas	74
3.3 Percepção dos Pais em Relação à Prática de Atividades Turísticas	76

Conclusão	79
Referências Bibliográficas	81

Capítulo III
POSSIBILIDADES E PRÁTICAS DO TURISMO NA
VELHICE 85
 Ana Cláudia Mendes

1. Velhice e Terceira Idade	88
1.1 Velhice	88
1.2 Velhice no Brasil	90
1.3 Terceira idade	92
2. O asilo como instituição	97
2.1 Lar dos Velhinhos São Vicente de Paula	104
3. Lazer e turismo	107
3.1 Lazer: algumas considerações	107
3.2 Turismo	109
3.3 Turismo e velhice	113
4. O lazer e o turismo no asilo Lar dos Velhinhos São Vicente de Paula	116
4.1 Motivação dos idosos em relação às práticas de lazer	116
4.2 Possibilidades e práticas do turismo no Lar dos Velhinhos São Vicente de Paula	120
Conclusão	125
Referências Bibliográficas	127

Capítulo IV
TURISMO E FERROVIA 133
 Maria Amélia Moscom

1. O turismo como nostalgia do pré-moderno	135
2. Formas nostálgicas de turismo	139
3. História do início do uso da ferrovia para fins turísticos	141

4. A ferrovia como sinônimo de modernidade	143
5. A nostalgia da ferrovia na era pós-industrial	147
6. Estrada de Ferro Oeste de Minas	150
7. Viagens e imaginário	153
Conclusão	157
BIBLIOGRÁFICAS	159

Capítulo V

ZOOLOGICO MUNICIPAL DE LIMEIRA COMO ESPAÇO TURÍSTICO E DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL	163
---	------------

Ingrid Jurgensen Boneti

1. Zoológicos e Parques Ecológicos: algumas considerações	163
1.1 Jardins zoológicos no Brasil	168
1.2 Jardim Zoológico de Limeira	174
1.3 Zoológico municipal de Limeira: turismo e infra- estrutura	178
2. Turismo e educação ambiental nos espaços verdes urbanos	181
2.1 Educação ambiental e os parâmetros curriculares nacionais	187
2.2 A educação ambiental no Zoológico Municipal de Limeira	194
3. Análise de dados	198
Considerações finais	204
BIBLIOGRÁFICAS	205



INTRODUÇÃO

É relativamente recente no Brasil a consciência sobre a dimensão sócio-cultural do fenômeno turístico. Esta dimensão é uma espécie de o “outro lado da moeda” de uma noção até então mais forte no senso comum, aquela que concebe o Turismo apenas como uma atraente oportunidade de negócios, como alternativa de mercado. Esta obra não tem a intenção de negar o aspecto econômico e mercadológico do Turismo, pelo contrário. Na verdade, ela é uma tentativa de refletir sobre efeitos sócio-culturais da própria atividade turística como fenômeno econômico, ao lado do questionamento sobre aspectos reais e potenciais do Turismo enquanto atividade carregada de relações entre seres humanos (indivíduos e coletividades) e ambientes culturais e naturais.

Em certo sentido, a obra parte da proposta de pensar e pesquisar o Turismo para além de sua concepção como “indústria”,

“negócio” ou “investimento”: “... do ponto de vista comercial o turismo é um produto que se elabora com as matérias primas da natureza (recursos naturais), ou da cultura material (recursos culturais), acrescido de equipamentos para prestar serviços de recreação, alimentação e hospedagem, nas quais se chega através de um transporte” (Barreto, 1997, p. 19). É perceptível que têm adotado esta noção, do Turismo como “indústria”, tanto concepções favoráveis ao Turismo (em geral, vindas de empresários e do mercado), quanto concepções críticas (em geral, vindas das ciências sociais).

Sobre as ciências sociais, Margarida Barreto afirma que elas precisam romper com atitude normalmente preconceituosa que têm para com o turismo. Suas pesquisas poderiam inclusive ajudar a alterar a condição, hoje, majoritariamente comercial do turismo e até colaborar para tirar o turista de sua suposta condição “alienante”. E, enfim, é preciso conceber o turismo como um fenômeno social significativo: “O turismo pressupõe a existência de contingentes de pessoas (turistas), que se deslocam para fora do seu local habitual de residência durante um período de tempo, com sua carga de expectativas advindas das mais diversas fontes (propaganda, amigos etc.) e pelos mais diversos motivos imagináveis” (Barreto, 1997, p. 20). Os turistas formam uma coletividade numa espécie de migração temporária, que entra em contato quase que obrigatoriamente com comunidades locais e prestadores de serviços. As ciências sociais, neste sentido, devem estudar também a multiplicidade de relações sociais envolvidas no turismo.

Apesar desta obra não incluir somente pesquisas e reflexões dentro da chamada Sociologia do Turismo, a sugestão de Margarida Barreto é seguida na sua essência, na sua proposta de compreender o

turismo como fenômeno sócio-cultural significativo. É preciso fazer uso de modo mais sistematizado os instrumentos das diversas ciências que têm como “objeto” o ser humano (incluindo não apenas as ciências sociais, mas também a História, a Geografia Humana, a Psicologia etc.), procurando ir para além de apressados juízos de valor (elogiosos ou condenatórios), utilizando tais instrumentos como formas de compreensão deste campo da vida sócio-cultural.

Mas compreender não é abdicar da consciência crítica, não é deixar de questionar os fundamentos teóricos, filosóficos e até ideológicos imbuídos nas questões que somos levados a fazer. Muito menos, deixar de imaginar outras estruturas sociais e alternativas culturais que poderiam levar o turismo a ser um fenômeno mais humanizador, inclusivo e democrático.

Buscamos transformar estes princípios em fundamentos para as pesquisas sobre o fenômeno turístico, pesquisas estas realizadas dentro do Curso de Turismo do Centro Universitário Salesiano de São Paulo, Unidade Americana/SP. Quatro destas pesquisas transformaram-se em capítulos deste livro. Eles são percebidos por um capítulo mais teórico e conceitual, baseado nas reflexões de um dos professores do curso de Turismo sobre diversas contribuições das ciências sociais para pensar o lazer e o turismo como fenômenos potencialmente humanizadores.

O capítulo II trata de questões relacionadas à prática de turismo por portadores de deficiência mental, a partir de um estudo de caso. Discute a importância de atividades turísticas para o convívio social e o desenvolvimento do portador de deficiência mental, através de uma abordagem calcada na proposta da “inclusão social” – em vez da “integração social” –, concepção na qual é a

sociedade quem tem que se adequar para tornar possível a socialização daqueles que possuem “necessidades especiais”.

O capítulo III tem o objetivo de refletir sobre as práticas reais e possíveis, bem como as limitações, do turismo entre os idosos residentes em um asilo público estudado. A pesquisa partiu da concepção de que os estilos de vida associados à Terceira Idade possuem requisitos, sócio-econômicos e psico-motores, que restringem a participação de todos os idosos nesta forma privilegiada de viver a velhice (principalmente daqueles que residem em instituições caritativas). A partir daí, procurou-se criar alguns subsídios que levem a sociedade – e a área do turismo em particular – a repensar as oportunidades de lazer e de recuperação da dignidade humana hoje oferecidas (ou não) à velhice no Brasil, mostrando que a atividade turística pode contribuir para um “resgate” do convívio social e para que o envelhecimento deixe de ser apenas um período de perdas, abandono, solidão e exclusão.

O capítulo IV, a princípio, parece destoar dos demais por sua ênfase na história. No entanto, seu objetivo principal é compreender a relação entre a ferrovia e o imaginário do *homo turisticus*, o que dá ao trabalho um cunho, poderíamos dizer, antropológico. A ferrovia há muito povoa e habita o imaginário do homem – romântico, moderno, contemporâneo. No entanto, principalmente, quando investido do papel de *homo turisticus*, o homem contemporâneo tem permitido externar sentimentos profundos que, aparentemente, tem remetido-o ao conforto nostálgico de um passado carregado de simbolismo. Passeando por sobre a paisagem da modernidade e da chamada pós-modernidade, a autora buscou observar as tradições e contradições culturais do

homem provocadas pelas constantes variações estruturais de seus modos de vida. Aparentemente, o atual processo de mundialização também está submetendo o homem a um novo paradoxo cultural, e é sobre esta ótica que se buscou observar a aparente relação nostálgica que o homem tem desenvolvido com os trens e os trilhos.

O capítulo V propõe-se a estudar o espaço de um Jardim Zoológico como local para um turismo voltado à Educação Ambiental. Começa descrevendo como tais espaços se desenvolveram no mundo e, mais especificamente, no Brasil. Em seguida, procura demonstrar a importância dos espaços verdes urbanos. A consciência sobre a necessidade de preservação destes espaços pode ser construída a partir da Educação Ambiental. Uma proposta – que realizaria tanto a educação ambiental quanto o uso efetivo e sustentável do Jardim Zoológico – é a de que as crianças sejam a demanda preferida do jardim, estimulando excursões de caráter educacional. Durante a pesquisa, realizou-se o levantamento de dados com educadores da rede pública, buscando auferir sua concepção sobre educação ambiental e a utilização do jardim zoológico para tanto.

Como se percebe, a obra possui uma diversidade considerável de objetos, metodologias de pesquisa e referências teóricas. Ainda assim, sua unidade, ao nosso ver, reside no fato de aglutinar pesquisas e reflexões em torno de uma questão, inspirada nas considerações de Marcellino (2000) sobre o lazer: afinal, existe alguma relação entre o Turismo e a humanização? Ou, dito de outra forma, é possível que as atividades turísticas desenvolvam suas características potencialmente emancipatórias – em vez das alienantes –, bem como que se torne um campo mais democrático – em vez de apenas “massificado” ou, pior, elitizado?

Reflexões e investigações nesta coletânea procuraram dar algumas respostas positivas, buscando relacionar o Turismo ao desenvolvimento de valores humanizadores e democráticos, à inclusão social, à busca da auto-estima, à consciência histórica e à educação ambiental. Muitas outras abordagens são possíveis. Contudo, espera-se que o conjunto aqui reunido - sobre práticas de pensar e pesquisar o caráter sócio-cultural do Turismo –, seja significativo em sua insinuação de respostas às questões acima expostas, que seja instrutivo àqueles que, como nós, ainda que com erros e omissões, desejam pensar criticamente sobre o fenômeno turístico.

Referências Bibliográficas

BARRETO, Margarida. “As ciências sociais aplicadas ao turismo”, In: Maria Tereza D. P. Luchiari (org.) **Turismo e meio ambiente**. Volume I. *Textos Didáticos*, Campinas: Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, n. 31 (1), novembro de 1997, p. 13-34.

MARCELLINO, Nelson Carvalho. **Lazer e humanização**, 3ª ed., Campinas: Papirus, 2000.

Capítulo I

Turismo e Humanização

*Luís Antonio Groppo*¹

11 de setembro de 2001. Ataques terroristas realmente aterrorizam o mundo, deixando todos atônitos diante dos símbolos fálicos do capitalismo em chamas – as torres gêmeas do *World Trade Center*. Mas não apenas os moradores das cidades globais entraram desde então no clima de pavor. É que os instrumentos a serviço do terror foram confiscados justamente da simbologia da velocidade e do conforto: aviões de transporte de passageiros a jato. Uma verdadeira vertigem. Reis do capitalismo estático e laborioso ruindo. Argonautas do espaço aéreo e meios instantâneos para o lazer alhures transformando-se em armas que detonam uma guerra civil mundial.

¹ Professor dos cursos de Turismo e Serviço Social e do Mestrado em educação do Centro Universitário Salesiano de São Paulo, Unidade Americana/SP. Doutor em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Campinas.

Mesmo não querendo, longe disto neste caso, o Turismo e os turistas estiveram novamente bem no coração da história do mundo contemporâneo. Depois da revolução do tempo livre e da reorganização dos espaços para os viajantes em busca de prazeres inusitados, o meio de transporte que melhor invocava o domínio instantâneo dos territórios – o avião a jato – engendrou uma nova e dolorosa conotação. Conotação que ao mesmo tempo retoma sarcasticamente a primeira grande expansão da aviação comercial a jato, após a 2ª Guerra Mundial, utilizando aviões e tecnologia desenvolvidos para a guerra.

Esta abertura tem a intenção de lembrar que Turismo também é história e se enreda profundamente nas tramas das sociedades. O capítulo tem o objetivo de apresentar os chamados “valores do lazer”, discutir seu caráter humanizador e a possibilidade de pensar a prática do Turismo através deste viés. Lembra que a conquista dos direitos ao lazer, que tornou possível o advento do “turismo de massas” no século XX, foi um fenômeno histórico e, portanto, não definitivo, como comprova a atual erosão dos direitos sociais. Erosão esta que tem provocado transformações significativas no campo do Turismo, aliás, alterações que têm enfraquecido consideravelmente seus aspectos potencialmente democráticos e emancipadores.

1. Turismo e Lazer: criações e metamorfoses.

Dumazedier (1999) indica as origens do lazer moderno na conquista paulatina de tempo “livre” pelos cidadãos do mundo moderno, após a Revolução Industrial. A indústria e o êxodo rural haviam afastado os indivíduos cada vez mais dos ritmos naturais e

tradicionais de vida social e trabalho, num primeiro momento buscando colonizar todas as energias e o tempo disponível do trabalhador. Os movimentos sociais, não apenas, mas principalmente dos proletários nos séculos XIX e XX, conseguiram ampliações de direitos trabalhistas fundamentalmente ligados ao tempo. Os direitos sociais contemplavam uma jornada de trabalho diária definida e o fim de semana livre. Logo, também o direito a férias e aposentadoria. Estava se democratizando na sociedade moderna o tempo livre, logo direcionado ao lazer, seja este no fim do dia, da semana, do ano ou da vida. Novos valores sociais foram sendo moldados por esta “revolução do tempo livre” – seriam os valores do lazer, referências para a sociedade “pós-industrial” (que poderia ser também a “sociedade do lazer”). Estes valores, ao mesmo tempo pré-requisitos que Dumazedier considera necessários para considerar como “lazer” uma atividade no tempo disponível, são: hedonismo, individualismo, liberdade (não-obrigatoriedade) e busca da auto-satisfação.

A Sociologia do Lazer, em Dumazedier, contém elementos que permitem romper com o que Marcellino (2000) aponta criticamente como “funcionalismo” – ainda que Dumazedier não consiga fugir totalmente desta tendência. A visão funcionalista concebe uma determinada esfera da atividade humana apenas na “função” que exerce em prol a um outro conjunto de atividades considerado como mais “essencial”. Numa primeira versão, ainda pouco desligada da concepção produtivista típica do capitalismo do século XIX (e que hoje, mais do que nunca, parece retornar perigosamente), o lazer serve ao valor supremo da produtividade. Seja como descanso e reposição de energias para o trabalho, seja como tempo para o consumo de mercadorias produzidas durante o tempo laborioso, o tempo livre é

tido como “funcional”. O lazer torna-se, então, um instrumento produtivo ou um tempo para o consumo.

Para Marcellino, perde-se assim a possibilidade mais poderosa e revolucionária do lazer, que é a de servir como autêntica “expressão do ser humano” (2000, p. 12). Em vez disto, o lazer vira “função” de reposição de energias ou de superação de conflitos, colaborando na preservação e reajuste da mesma estrutura social. Ou, numa outra versão funcionalista, como tempo para consumo necessário à reprodução do sistema produtivo, como uma nova fonte de lucros. Deste modo, perde-se o grande potencial da esfera do lazer moderno, cujos valores contém a reivindicação de relações sociais diferentes, novas visões sobre o corpo e novas referências sobre o belo e o prazer. Ou seja, o declínio da utopia da revolução do lazer, que concebia “a recuperação do humano no homem” (Marcellino, 2000, p. 16).

Também o Turismo moderno é forjado em ambas as Revoluções, cujas origens remontam o final do século XVIII: a Revolução Industrial e a Revolução do Tempo Livre. Para a História e a Sociologia do Turismo, é iluminador compreender a gênese do turismo moderno no interior do contexto que explica a gênese do próprio lazer. Ou seja, o turismo pode e deve ser visto como campo de atividades humanas cujas condições materiais e valores derivam, num primeiro momento, do campo do lazer. Logo, discutirei se, do ponto de vista sociológico, é possível pensá-los, hoje, como esferas autônomas de ação social.

Enzensberger (1985) é uma interessante referência para a gênese do turismo moderno. Três elementos fornecem diretamente as condições e valores para tal processo: a evolução tecnológica em matéria de transportes e comunicações (através da Revolução Industrial), o individualismo moderno (fruto das Revoluções Burguesas, em destaque

a Revolução Francesa) e a nostalgia romântica (fruto do movimento cultural que chamamos de Romantismo).

Primeiro, acredito ser necessário criticar o exagerado papel que, de forma geral, se atribui à evolução tecnológica, como se o turismo (e o lazer) fosse uma possibilidade criada apenas pela generosidade de inventores e empreendedores interessados na “qualidade de vida”. Esquecem-se as verdadeiras finalidades da tecnologia industrial, não se percebendo que a revolução do transporte de passageiros pelas ferrovias foi mais uma das conseqüências não esperadas da transformação tecnológica. O invento, pensado como transporte de matérias-primas e mercadorias, logo viu seus trilhos cortando toda a Grã-Bretanha e servindo para que viajantes nostálgicos da vida comunitária rural acessassem com rapidez e segurança os primeiros atrativos turísticos (ver cap. IV).

O trem favorecia uma das mais importantes condições para o turismo moderno. Mas não era o responsável direto pelos valores que impulsionavam os passageiros para dentro dos seus vagões. Muito menos seria a tecnologia a serviço dos capitalistas quem iria abrir os espaços políticos para a democratização do lazer e o acesso a mais tempo livre (conquistas dos movimentos sociais, por sinal, nunca totalmente completadas e muitas vezes, como hoje, precarizadas e ameaçadas). Os impulsos do individualismo, a consideração de que vale a pena dedicar tempo, energias e recursos para buscar o bem-estar e a felicidade individual, são alguns dos mais importantes frutos das revoluções políticas e sociais modernas, projetados pelo menos desde o humanismo renascentista. É claro que o individualismo na versão “burguesa” pregava que “tempo é dinheiro”, identificando a iniciativa para a felicidade individual com a busca do lucro previsível

e do enriquecimento pessoal. Mas, desde o princípio, ao meu ver, as revoluções modernas contiveram possibilidades vivas para além da versão dominante do individualismo burguês. Entre elas, estão justamente aquelas que Dumazedier e Marcellino apontaram como a “revolução do lazer”. Podemos incluir aí, também, o impulso para o turismo – numa primeira visão, uma busca do prazer individual e de novos sentidos e possibilidades para o humano. A viagem, desde o início do turismo moderno, nunca foi apenas um deslocamento com objetivos “funcionais” – o turista nunca foi apenas um ser interessado em “ganhos” com sua viagem, fossem tais ganhos de natureza econômica, educacional, cultural, social, medicinal etc. A viagem turística, desde o princípio, sempre pôde ser mais do que um deslocamento “interessado” em objetivos desvinculados da humanização, em metas que utilizavam o turismo apenas como meios para atingir fins culturais, sociais, econômicos etc.

Enfim, com terceiro fator para a emergência do turismo moderno, tem-se o Romantismo. Observando os romances e pinturas românticas, em torno de 1800, percebe-se que os temas do Romantismo possuíam fortes analogias com os primeiros atrativos turísticos. Isto será ainda mais forte se incluirmos os primeiros pesquisadores da cultura popular entre os românticos (precursores do folclore, segundo Ortiz [1993]). Primeiro, o Romantismo incentivou um individualismo menos voltado à razão ou à consciência, ao contrário do Iluminismo. Os românticos concebiam o eu individual como um ser dotado de paixões, sentimentos, emoções e desejos únicos, intrínsecos, totalmente próprios. É no “sentir”, mais do que no pensar, que, para o Romantismo, o indivíduo encontra sua felicidade.

Segundo, o Romantismo criticava a civilização ocidental em processo acelerado de modernização. O eu romântico era um ser que não apenas fuga para dentro de si, nas suas paixões intrínsecas, recusando o racionalismo, mas era também um ser que buscava longe das cidades a autenticidade perdida com a modernidade. Ele fugia para a natureza, para o passado medieval, para o comunitarismo camponês, para a cultura popular etc. – mesmo que estes elementos da evasão, invariavelmente, fossem superidealizados pela visão romântica. Enzensberger (1985) aponta como “pioneiros” do Turismo os alpinistas – cujas aventuras perigosas seriam seguidas por turistas interessados em compartilhar visões da natureza fabulosa, mas sem correr os mesmos riscos dos pioneiros. Mas, tanto os pioneiros quanto os turistas que se dirigiam para as montanhas, pareciam buscar a materialização da natureza poderosa das pinturas e descrições literárias das obras de arte românticas.

Para compreender este ideal nostálgico e romântico nas origens do Turismo, vale a penas discuti-lo juntamente com o que Ianni chama de “fim do mundo rural”, ou, ao menos, com a drástica redução da parcela da população residente no campo e com a queda de importância do setor primário para a economia pós-Revolução Industrial (Ianni, 1997; Hobsbawm, 1995). Esta relação entre Romantismo, decadência do mundo rural e Turismo deve ser pensada em pelo menos dois aspectos.

Primeiro, a mecanização e os processo de trabalho industrial, ao serem levados ao campo, acabam “industrializando” cada vez mais a produção agrícola. O próprio campo deixa de ser “rural” e o estilo de vida assemelha-se cada vez mais ao urbano. Na cidade, o homem urbano, migrado do campo ou descendente do

antigo camponês, tem sua vida metamorfoseada, principalmente pelo distanciamento em relação à natureza e aos ritmos “naturais” da vida. No estilo de vida tradicional do camponês, na antiga vida rural, os ciclos da vida e do trabalho estavam intimamente ligados aos ciclos naturais – colheita e plantio, estações, chuvas e estiagens. Era relativamente menor, em comparação com a vida urbana, a separação entre vida humana e natureza. Mas também a sociabilidade rural era muito diferente. As relações sociais eram eminentemente privadas, ligadas à família extensa ou à comunidade mais ampla – havia pouca diferença entre vida pública e privada. Mesmo no atual mundo agrícola, como já se disse, este estilo de vida mais natural e comunitário está em desaparecimento.

Por sua vez, a vida urbana desenvolve estilos de vida cada vez mais independentes dos ciclos naturais, reduzindo os contatos com a “natureza” (ainda que esta se vingue sazonalmente através de enchentes ou terríveis ondas de frio ou calor, lembrando-nos que ela ainda existe e, na verdade, é o verdadeiro fundamento da vida humana). Distanciando-se do comunitarismo tradicional, o urbanismo afirma a separação entre vida pública (das relações formais, regradas e em que os indivíduos adotam “máscaras” sociais apropriadas para cada ocasião) e vida privada. A esfera privada, das relações familiares e primárias, em que se pode “ser” mais plenamente, vê seu espaço de tempo e sua extensão reduzir-se cada vez mais.

O Turismo vem se impor como a busca “nostálgica” do passado perdido ou da natureza distante.² Aqui entro no segundo

² De modo revelador, Enzensberger (1985) indica que apenas os camponeses ainda estavam fora da massificação do Turismo, que ele registra em meados do século XX.

ponto da relação entre Romantismo, Turismo e crise do mundo rural, sobre o fato de que, em geral, o passado e o mundo não-urbano a serem recuperados acabam idealizados. A nostalgia romântica idealiza o antigo modo de vida tradicional. Formas diretas de exploração do homem e seu trabalho, desigualdades sociais extremas, relações muitas vezes desequilibradas com a natureza, caráter despótico das relações interpessoais, ausência de liberdade individual etc. muitas vezes qualificariam melhor certos estilos de vida rurais, tradicionais, medievais, coloniais e comunitários que a beatificação idealizada que o senso romântico tenta impor. Do mesmo modo, muitos dos locais e atividades do turismo, ao se impregnarem da aura romântica, acabam reafirmando uma visão idílica da história fincada nos seus atrativos, ou legitimam com uma aura artificial de pureza atividades e eventos que pretendem recriar o comunitarismo perdido. As viagens em busca do lazer, o turismo moderno propriamente dito, deve muito de sua constituição a estas motivações de raiz romântica: o homem da civilização moderna e urbana em busca de contatos intensos e prazerosos com a natureza; ou em busca de relações mais verdadeiras, “quentes”, comunitárias e em que ele pode abrandar o uso das suas “máscaras” sociais.

1.1 O Turismo de lazer massificado

No mundo “ocidental”, no início do século XX, o ascetismo e a ética do trabalho e da poupança ainda mantinham força como estilos de vida e valores considerados como “corretos”. Isto se comprova por relatos como o do filósofo Bertrand Russel (1977), cuja autoridade moral ele procura jogar a favor do seu *Elogio do Lazer*. Ao mesmo tempo, porém, Russel revela o vigor das inúmeras formas de *práxis* social

que, durante o século XX, afirmaram a ética do lazer e minaram a hegemonia da ética do trabalho – ainda que com intensos limites e inesperadas contradições. Por exemplo, ao promover como valores justos a busca do prazer e da felicidade individual, a nova ética do lazer ajudava também a dar força à ética do consumo, na qual o método definido para a conquista da felicidade era o consumo de bens materiais. Lazer e consumismo criariam o que Edgar Morin (1986) considera como o esboço de uma “religião terrena”, ou seja, a crença de que a felicidade pode ou deve ser alcançada aqui mesmo no mundo, e não num paraíso localizado na pretensa vida após a morte. À questão sobre o modo de alcançar a felicidade no mundo secularizado, a ideologia do consumo tramou a resposta mais fácil: o consumo é a chave para a felicidade mundana e imediata. Também, esta resposta era a mais adequada a um sistema capitalista em expansão, que precisava desenvolver novos mercados consumidores.

De qualquer modo, estava em constituição franca o Turismo da segunda metade do século XX, aquele que formou e expandiu a infra-estrutura típica para a qual os cursos de Turismo visam cultivar a mão-de-obra específica. Primeiro, este turismo era de “massas”, expandindo-se para as velhas e novas classes médias, mas logo acolhendo os trabalhadores urbanos dos países ricos e de áreas mais desenvolvidas dos demais países. Apesar de concordar com as críticas feitas ao termo “massa” (críticas realizadas especialmente nos domínios da comunicação e cultura), decidi manter seu uso aqui por acreditar que o termo “democrático” teria neste caso conotações ainda mais perigosas no terreno ideológico. O turismo expandiu-se numericamente, é claro, mas nunca foi “para todos” – muito menos, ofereceu as mesmas condições para todos os que efetivamente acessaram o turismo de lazer.

Além de massificado, o turismo praticado na segunda metade do século XX também era predominantemente de “lazer” – voltado para a busca de prazeres materializados para além do aparelho de TV ou da loja de departamentos, em atrativos naturais e culturais ou eventos hedonísticos que precisavam ser alcançados através de viagens. Eram muitas as motivações dos turistas, as mesmas que poderíamos apontar ainda hoje para o campo mais geral do Lazer. Entre elas, razões de cunho funcionalista, ou seja, motivos nos quais os indivíduos ou instituições acolhedoras enfatizam alguma utilidade do Lazer ou Turismo para prover outra esfera social – como a busca da recuperação das energias para a retomada do trabalho. Também negativo, ao meu ver, está o escapismo, na qual o turista visa fugir do cotidiano “sufocante” e egoísta da cidade moderna (Trigo, 2000, p. 29-32). Enfim, um tipo de motivação que parece ser mais positivo no cultivo dos valores da ética do lazer: a viagem em busca da vivência de um tempo voltado ao prazer e felicidade de si mesmo.

É este o Turismo que o mundo atual, no início do século XXI, herdou (mas que desde antes da estréia do novo século já vem se metamorfoseando): um Turismo “massificado” e com valores ligados ao lazer.

1.2 Turismo e Lazer como esferas de ação social

Max Weber (1983, 1991) compreendia o processo de modernização como o “desencantamento” do mundo, ou seja, como o abandono dos argumentos mágico-religiosos para explicar os fatos da vida humana e natural, ou ainda, como o processo de autonomização das esferas sociais. As esferas de ação social, através

da modernidade ocidental, teriam paulatinamente, cada qual em dado momento, conquistado sua autonomia e reconhecimento. Isto significa também o que Weber chama de racionalização da vida social: cada esfera social passa a instituir regras, valores e legitimidade próprios. A estrutura valorativa, institucional e procedimental de cada esfera social que conquista sua autonomia, segundo Weber, deve adaptar-se o mais racionalmente possível às finalidades intrínsecas daquela esfera. Economia, Direito, Ciência, Política e até a Religião, entre outros, estariam entre os campos de ação social que conquistaram paulatinamente sua autonomia no seio da modernidade. Cada qual tem eleito como mais legítimos a lógica, os valores e as ações que atinjam com mais eficiência e plenitude seus objetivos próprios – como a produção de riquezas para a Economia, como a construção de conhecimentos para a Ciência etc.

É claro que Weber percebia no caráter desta autonomia uma série de graves problemas para a civilização ocidental. Não apenas o indivíduo via-se desorientado entre tantas legitimidades diferentes, incapaz de encontrar uma unidade, como havia a possibilidade real da extrema burocratização das esferas sociais, cada qual afastando-se cada vez mais da promoção da felicidade humana, voltando-se estritamente para seu objetivo autonomizado e institucional. E, enfim, a “gaiola de ferro” (uma metáfora poderosa usada por Weber em *A ética protestante e o espírito do capitalismo*), que prende o indivíduo na modernidade, pode, apesar da racionalidade dos meios em relação aos fins parciais eleitos, ser extremamente irracional no conjunto dos seus resultados.

Apesar disto, dentro da lógica de cada esfera de ação social, parece ser valioso conquistar esta autonomia, que direciona

as ações e valores no interior de cada esfera para a consecução de seus fins intrínsecos, elaborando uma legitimidade própria para julgar o que ocorre dentro do seu campo. Tentarei aplicar tais considerações para pensar o Lazer e o Turismo, que podem ser, ao menos conceitualmente, pensados como esferas de ação social.

Sobre o Lazer, Dumazedier (1999) já havia dito que ele conquista sua efetividade no momento em que os indivíduos conseguem mais tempo disponível através da diminuição das obrigações sociais. Pode-se interpretar isto, também, como o desvinculamento das atividades doravante associadas ao Lazer em relação às obrigações sociais, políticas, religiosas etc. Aliás, o próprio Dumazedier demonstra como a vida pré-moderna misturava trabalho, religião, sociabilidade e lazer. É apenas com a indústria, por exemplo, que se torna possível uma separação estrita entre lugar de moradia e lugar de produção, entre lar e trabalho. Ou seja, trata-se do processo de conquista, pelo Lazer, de sua autonomia enquanto esfera de ação social. Quando Dumazedier elenca os quatro caracteres do lazer – não-obrigação, hedonismo, individualismo e auto-satisfação –, é possível dizer que ele busca encontrar os valores legítimos do lazer (e foi justamente o que fiz acima, quando os citei). Para o sociólogo francês, a atividade não será plenamente um “lazer” se não observar todas as características acima. Isto significa que a atividade não estaria plenamente orientada pelos valores intrínsecos à esfera social do Lazer.

Mas é preciso não esquecer – e aí está outro aspecto brilhante da sua obra – que Dumazedier considerava o momento de Lazer como aquele em que o ser humano poderia reencontrar sua integralidade, ou, como afirma Marcellino (2000), recriar sua humanidade. Deste modo, o Lazer poderia corrigir os problemas da

formalização excessiva da sociabilidade e da compartimentalização da vida individual, causados pela autonomização das esferas da ação social. Do mesmo modo, o que apontei acima sobre a viagem de caráter nostálgico – o Turismo como maneira através do qual o indivíduo tenta reencontrar a natureza e o comunitarismo perdidos com a modernização social – pode, enfim, ser considerado como um aspecto específico desta busca da integralidade humana durante o tempo livre.

É preciso lembrar, porém, que esta visão em que o Lazer costura o homem dilacerado também é considerada por Marcellino como “funcionalista” – visão que justifica a luta pela diminuição do tempo empregado em outras esferas sociais que não satisfariam a vida humana. O que Marcellino defende, e o que Dumazedier pelo menos aponta, é a possibilidade de estender a humanização contida nos valores do Lazer para todas as esferas sociais – fazendo com que trabalho, cultura, sociabilidade e política também tenham como objetivo fundamental a humanização.

De todo modo, pelo menos duas conclusões parciais foram levantadas: a) o Lazer (e o Turismo) é uma esfera de ação social potencialmente autônoma; b) as práticas de lazer (e de turismo) são aquelas nas quais o ser humano apresenta a si mesmo de modo autêntico, completo e verdadeiro, ou seja, não mais encenando um certo papel social exigido pelos procedimentos de uma dada instituição burocratizada, mas tendo espaço, tempo, condições e motivações (mas não obrigatoriedade) para apresentar-se como ser humano integral.

Uma outra questão também se impõe. Não seria preciso que também o Turismo fosse concebido como uma esfera social própria, conquistando autonomia em relação ao campo do Lazer?

Um primeiro elemento para compor esta resposta já foi dado. Na segunda metade do século XX, o turismo foi, em grande parte e de modo mais característico, uma viagem com objetivos de lazer – uma viagem para o lazer. Desde o início da humanidade – e mesmo nos ancestrais do ser humano –, os indivíduos e grupos sempre se deslocaram espacialmente. Sempre o ser humano viajou e, provavelmente, sempre viajará. Mesmo no auge do turismo de lazer, os indivíduos viajaram por outros motivos – e, mesmo durante a viagem de lazer, outros objetivos podiam estar, em diferentes graus, presentes (constituindo o que Dumazedier chamaria de “semilazer”).

As viagens nunca constituíram, assim, uma esfera de ação social em separado, autônoma. O turismo de lazer, por sua vez, podia ser visto como parte integrante da esfera do Lazer, compartilhando seus valores, legitimidade e objetivos. Também, não se impunha a possibilidade de considerar uma viagem estritamente de negócios como “turismo” – este era um tipo de atividade econômica que sempre a humanidade realizara, na qual a viagem era simplesmente um meio para atingir um dado fim de caráter produtivo.

Porém, como já foi dito, a infra-estrutura para viagens turísticas constituída neste período histórico serve, hoje, também para uma ampla gama de viagens com finalidades que pouco se encaixariam no lazer. É possível dizer que algumas impressões apontam como perspectiva, para breve, um “turismo” menos massivo e pouco voltado puramente para o lazer. É neste novo contexto que, por exemplo, as viagens com finalidades econômicas passam a ser chamadas de “turismo de negócios”. Também, observamos que não apenas profissionais, mas diversos acadêmicos do Turismo, adotam como conceito o que são simplesmente

definições ou normas técnicas sobre “turismo” e “turista” (definidos pela Embratur [Instituto Brasileiro de Turismo] e por entidades internacionais do Turismo). A definição técnica de Turismo aponta a necessidade de uma viagem com duração maior do que um dia, que demanda o uso de equipamentos de transporte, hospitalidade, alimentos e bebidas específicos.

Do ponto de vista histórico, é possível dizer que este turismo “pós-moderno”, definido a partir do uso de uma infraestrutura econômica específica, é criação do turismo moderno (de massas e para o lazer). É o turismo de lazer da segunda metade do século XX quem cria a infra-estrutura – transportes, agências, hotéis, restaurantes etc. –, hoje plenamente utilizada por grande parte dos viajantes contemporâneos, independente dos seus objetivos (mas dependendo da sua classe social e condições econômicas).

Na questão da autonomia das esferas sociais, na atual situação sócio-histórica, aparentemente, o turismo conquistou sua libertação em relação ao Lazer. O turismo seria hoje uma esfera autônoma de ação social. A definição oficial seria “técnica” de modo muito positivo, obedecendo a necessidades intrínsecas e objetivos específicos do campo turístico.

Mas existem elementos que perturbam esta tranquilidade. Primeiro, quais seriam os objetivos intrínsecos do Turismo, já que não se limitam mais à busca do lazer? A abundância de respostas (correspondendo academicamente à multiplicação de segmentos e sub-divisões dos tipos de turismo) parece indicar que o turismo tornou-se mesmo sinônimo de “viagem”. A definição técnica não considera a motivação da viagem como um elemento essencial para se classificar a viagem como “turística” ou não. A viagem teria,

deste modo, tornado-se um meio sem finalidade própria – o que, na verdade, sempre foi. No entanto, agora os viajantes “pós-modernos” herdaram os equipamentos e estruturas criadas para os turistas modernos. Viajantes estes que se aproveitam, é claro, para incluir os atrativos turísticos – em geral voltados ao lazer – entre seus objetivos, permitindo classificar suas viagens ao menos como “semilazer”. Assim, a aparente autonomia alcançada pelo Turismo “pós-moderno” sinaliza apenas que é difícil agora distinguir viagem e deslocamento turístico – o que conceitualmente significa, na verdade, a perda de uma autonomia parcialmente construída pelo Turismo dentro do campo do Lazer.

Em segundo lugar, a definição técnica parece revelar a colonização da esfera do Turismo por outras esferas sociais, notadamente a esfera econômica. É claro que o campo do Lazer, por exemplo, sempre precisou de empresas e de lucros para poder expandir-se e até democratizar-se nos últimos séculos – incluindo aí, é claro, o turismo de lazer. Mas isto não significava que os objetivos, valores e legitimidade do Lazer eram sempre derivados daqueles vindos do campo econômico. Sempre foi possível conceber que, em considerável proporção, a esfera do Lazer utilizava o sistema econômico para operacionalizar seus objetivos, fazendo com que os recursos do campo produtivo se transformassem em meios para atingir seus fins. Mas, ao discutirmos o Lazer, percebemos que o paulatino predomínio dos valores do consumismo significou, também, a colonização desta esfera social pelo sistema econômico (ou seja, pela produção e mercado de tipo capitalista). Já o Turismo parece ser concebido, hoje, cada vez mais como uma “fatia” ou segmento do mercado econômico, segmento no qual atuam empresas, serviços

e infra-estruturas de caráter econômico – complementados pela necessária atuação dos governos – especificamente voltados a explorá-lo. Assim, a lógica do campo do Turismo não é mais uma lógica própria, mas sim aquela que rege o sistema econômico que, hoje, é o capitalismo do “livre” mercado global.

Na verdade, não é apenas no campo do Turismo e do Lazer que se assiste a este processo de sangria da autonomia dos campos sociais através da expansão do livre mercado econômico, um processo de “mercantilização” da vida sócio-cultural. O neoliberalismo, em suas muitas ramificações e diferentes denominações, vem realizando, com muitas vitórias no campo ideológico, sua rústica pregação de que todas as atividades humanas deveriam estar submetidas à lógica do livre mercado (reduzindo, por exemplo, o cidadão a consumidor e a liberdade civil à escolha entre diferentes marcas no supermercado da vida). Outro sério problema, nos termos discutidos neste capítulo, é o fato de que este discurso “neoliberal” tem penetrado profundamente nas instituições de ensino superior, inclusive no ensino do Turismo.

O discurso que aponta as maravilhas do livre mercado, aplicado ao Turismo, provavelmente desconfia pouco que a aparente multiplicidade das motivações “turísticas” significa, a flexibilização do consumo (o que significa também, mais consumo) por parte de camadas privilegiadas de consumidores. Enquanto isto, transformações recentes no campo do trabalho vêm restringindo o acesso de cada vez mais pessoas às possibilidades de consumo (e, por consequência, ao lazer e turismo). Dados demonstram que entre 35% e 50% da população ativa britânica, francesa, alemã e norte-americana “encontra-se desempregada

ou desenvolvendo trabalhos precários, parciais...” (Antunes, 2001, p. 212). Enquanto isto, no Terceiro Mundo, cerca de dois terços da força de trabalho humana encontra-se em condições precárias de trabalho ou no desemprego: “hoje mais de um bilhão de homens e mulheres que trabalham estão ou precarizados subempregados... ou encontram-se desempregados” (Antunes, 2001, p. 212).

Sem emprego, o tempo deixa de ser “livre” e torna-se “disponível”. Sob o trabalho precário, por sua vez, em geral faltam condições para formas desejadas de lazer – seja pela falta de tempo àqueles sobrecarregados de obrigações (para os quais a flexibilização não garante mais acesso a tempo livre), seja pela falta de recursos àqueles cuja baixa remuneração ou trabalho ocasional aproxima da condição dos desempregados. Paradoxalmente, aqueles para os quais o “mercado” turístico vem demonstrando suas maiores preocupações (empresários, altos administradores e trabalhadores bem empregados) também têm visto seu tempo “livre” reduzir-se. Assim como os trabalhadores precarizados, a elite econômica e as camadas bem pagas dos trabalhadores se vêm obrigadas a flexibilizar o seu tempo. Sob tais perspectivas, têm mesmo certa razão aqueles que encaram o turismo, simplesmente, como deslocamento ou viagem, já que o turismo de lazer tradicional parece uma espécie ameaçada de extinção.

Trata-se de uma regressão em relação às conquistas sociais dos últimos séculos. As esferas do Lazer e do Turismo (pelo menos no sentido moderno), dependentes diretos da democratização social no mundo capitalista durante o século XX, têm neste processo de regressão social uma séria ameaça à sua autonomia. Ao mesmo tempo, nos campos acadêmico e ideológico, bem como na mídia

eletrônica e imprensa, Lazer e Turismo têm aparecido cada vez mais em termos funcionalistas: para o “consumidor”, como escapismo, recuperação física e mental ou aquisição de novos saberes para melhorar o “currículo”; para o “empreendedor”, novas oportunidades de investimentos e lucros.

Durante os anos 1960, Dumazedier previra a consolidação de uma sociedade pós-industrial – que, para ele, significava então a redução do tempo obrigatório de trabalho e a expansão das oportunidades para o lazer. A sociedade “pós-industrial” era mais a sociedade do “lazer” do que a sociedade sem a centralidade do mundo do trabalho ou da preponderância do setor terciário (como hoje argumentam os seus defensores). Mas a partir dos anos 1970, o crescimento econômico capitalista mundial, que sustentara as possibilidades previstas por Dumazedier, encerrava-se – era o fim da “Era Dourada”, ciclo ininterrupto de crescimento desde o fim da 2ª Guerra Mundial, que permitira a expansão dos direitos trabalhistas e a implementação em diversos países do “Estado do Bem Estar Social”. Os anos 1980 e 1990, principalmente, assistiram ao crescimento do desemprego estrutural, da flexibilização do trabalho e do trabalhador e a subproletarização, em todo o mundo capitalista (desenvolvido ou “subdesenvolvido”). As perspectivas, enfim, parecem apontar para a decadência do lazer como direito social universal (direito que foi outrora uma realidade para países mais ricos e, ao menos, uma meta para países pobres), bem como a transformação do turismo em “semilazer”. Um sério problema nos cursos universitários de Turismo, ao meu ver, é a pouca discussão sobre estas questões, bem como a incapacidade de relacionar Turismo, lazer, crise do mundo do trabalho e decadência dos direitos

sociais. Talvez pior, é a capa ideológica que tantas vezes vem ocultar ou suavizar a visão dos problemas relativos ao Lazer e o Turismo na era capitalista da “acumulação flexível” (Harvey, 1993).

2. Turismo e Humanização

A história e as sociedades modernas na segunda metade do século XX constituíram um novo campo social, uma nova esfera de ação humana, e encaminharam-na para um processo de autonomização: o Turismo. Ainda que com valores e legitimidade intrinsecamente ligados ao Lazer, o Turismo (de lazer) moderno esboçou um campo próprio e autônomo de atividades e formas de ser e agir. Mas desde logo as contradições e os limites estiveram presentes. Turismo e Lazer viram-se colonizados pela envolvente esfera econômica. A organização e a realização das atividades turísticas “precisavam” render-se à lógica produtivista da economia capitalista – e, hoje, também se render à lógica estrita do “livre” mercado numa era em que o capitalismo (neo) liberal reassume a sua hegemonia.

Ambos os lados desta fricção – tanto a consolidação frustrada de uma legitimidade própria, quanto a conversão à lógica econômica lucrativa e de mercado – vão incentivar a profissionalização do campo do Turismo e, em consequência, a utilização das instituições de ensino para a formação desta nova mão-de-obra especializada. Neste mesmo período, a segunda metade do século XX, também a universidade transmutava-se e, cada vez mais, tornava-se formadora de profissionais do conhecimento aplicado, deixando de ser mera instituição elitista ou destinada a algumas profissões privilegiadas (Hobsbawm, 1995). É este o contexto em que surgem os cursos superiores de Turismo (no Brasil,

apenas no início dos anos 1970). Reconhecido pela universidade, o Turismo passa a ser visto não apenas como uma profissão, mas também como uma especialidade (uma forma de ciência aplicada, ou “tecnologia”) (Trigo, 2000).

Aquela fricção entre valores do lazer *versus* valores de mercado na constituição do campo do Turismo, apesar da relativa “vitória” dos valores mercadológicos, parece ter se instalado também nos cursos universitários de Turismo. Acredito que ao leitor deve ter ficado clara minha posição quanto ao assunto. Não defendo exatamente a identificação dos valores do Turismo ao Lazer, pois acredito que a autonomia plena do Turismo vai fazer com que ele crie uma forma de legitimidade e valores ainda mais específicos e apropriados. Mas acredito que o Turismo conseguiu desenvolver-se e apresenta, ainda hoje, seus principais aspectos positivos, justamente, na sua confluência com o Lazer, como “Turismo de Lazer”.

Também, defendo uma posição contrária ao “economicismo”, no que se refere ao caráter do Turismo como especialidade. Concordo que o Turismo é uma especialidade, mas não no sentido “tecnicista” muitas vezes defendido pelas “forças do mercado”. O Turismo trata-se de uma série de ciências, ou melhor, de saberes aplicados para pensar, planejar e realizar as viagens do ser humano que deseja e precisa deslocar-se em busca de um grau ainda maior de plenitude humana. Um curso superior deveria considerar esta dimensão – talvez utópica – do turismo como deslocamento espacial real (não-virtual) de indivíduos e grupos humanos em busca, alhures, da sua própria (re) humanização. Deste modo, os seres humanos, através da viagem, realmente incorporariam novos horizontes do espaço sócio-cultural ao seu âmbito local. Trata-

se de uma possibilidade real que move, em essência, os turistas nos seus momentos mais criativos. O Lazer e o Turismo não se impuseram na modernidade apenas através da quantidade. Arrisco dizer que foram principalmente as experiências mais criativas e arrojadas que marcaram e abriram caminho para a “revolução do lazer” – penso, por exemplo, no movimento *hippie* e num evento como o Festival de Woodstock, em 1969.

Além de não-tecnicista, em vez da formação visando simplesmente fazer do bacharel em Turismo mão-de-obra especializada na infra-estrutura turística, acredito que o ensino do Turismo precisa ser holístico. Acredito ser empobrecedor para o campo turístico a ênfase apenas no seu caráter mercadológico ou econômico – o que não significa que se deva ignorá-lo, pelo contrário, pois se trata de um aspecto verdadeiro e com importância relativa no mundo dos viajantes.

O homem que tem na viagem um fim mais que um meio, assim como o ser humano que pratica atividades de lazer, tende a expor todo seu ser, todas as suas dimensões neste momento: o corpo e seus limites, a personalidade e suas idiossincrasias, suas origens sociais e ideologias de classe, seus valores e preconceitos, suas crenças e fundamentalismos e, é claro, aquilo que a visão economicista tende a absolutizar, gostos de consumo e possibilidades financeiras. O Turismo não é somente um segmento da esfera de produção econômica, mesmo que os gastos do empreendedor sejam contabilizados como investimento e os gastos do turista (o consumidor) como ganhos. O Turismo não é somente setor de “serviços” ou terciário, submetido aos mesmos processos industriais de trabalho, contabilidade, gerenciamento e organização empresarial.

Também, o Turismo não existe apenas como empresas privadas promotoras de viagens que visam lucros. Não foram poucas as vezes em que aqueles que refletiram e planejaram o Turismo ignoraram uma série de outros objetivos (além da promoção de lucros) e de outras instituições (além da empresa privada), de diferentes naturezas, que fazem parte ou poderiam fazer parte da atuação do profissional do Turismo. Penso, por exemplo, no trabalho junto a setores públicos que lidam com o lazer e o turismo (como empresas estatais e secretarias municipais e estaduais), ou junto a organizações não-governamentais que atuam nestes campos. Também penso na possibilidade da pesquisa participante em associações e movimentos comunitários e/ou populares (fazendo com que o conhecimento do especialista esteja a serviço de interesses e necessidades de comunidades). O profissional de Turismo pode ser também assessor para o planejamento integrado de atividades de lazer, para o setor público (no âmbito nacional, estadual, municipal e/ou local), o setor privado e o terceiro setor. Pode, enfim, participar do planejamento para implementação de projetos (públicos, privados, do terceiro setor ou comunitários) de revitalização sócio-econômica de localidades – nos quais lazer e turismo sejam aspectos fundamentais.

O Turismo, enquanto especialidade, precisa basear-se numa grande gama de ciências, saberes e artes para que o profissional especialista dê conta da diversidade das áreas da vida humana tocadas pelo mundo das viagens prazerosas. Mesmo que o seu ensino devesse abranger “apenas” o treinamento para os recursos da infra-estrutura turística, ainda assim haveria um certo tom holístico: hospitalidade para o corpo que precisa de repouso e acolhimento, refeições para o

corpo que precisa de alimentos, organização de roteiros para consumidores interessados em entretenimento, preparação de viagens para indivíduos que precisam se deslocar com segurança pelo espaço etc. Para além deste carácter mais “técnico”, a formação deve preparar o profissional para lidar com um campo de atividades humanas ao menos potencialmente holístico.

Quase que paradoxalmente, entretanto, o profissional do Turismo deve ter em mente que, no seu campo profissional, é falacioso considerar que um modelo pré-definido pode formular *a priori* e genericamente soluções aplicáveis a quaisquer casos afins. Mais do que em muitas outras áreas profissionais, é extremamente nocivo aplicar instintivamente no Turismo modelos rígidos, pior ainda se forem baseados em premissas e jargões tecnicistas e economicistas de fundamentação mais ideológica que “científica”. É fundamental que, no Turismo, se leve em conta as especificidades do local e do contexto, em suas várias dimensões. Uma solução benéfica para uma comunidade receptora de novas atividades turísticas pode trazer péssimos resultados em outra comunidade, pois cada local possui aspectos sócio-culturais e ambientais muito específicos. O próprio turista não é um ser humano genérico e homogêneo – suas características sociais, psicológicas e motivações são diferentes de acordo com uma infinidade de variáveis.

Na verdade, ambos os lados da situação turística – turistas e comunidade receptora – devem ser tratados como seres humanos integrais. A comunidade receptora não deveria ser vista apenas no seu aspecto econômico, enfatizando a provável geração de rendas e empregos para o local – aliás, uma ênfase muitas vezes ideológica, um discurso e uma retórica destinada a convencer comunidades e

podere locais a abrirem-se incondicionalmente (e inclusive investir recursos locais valiosos) a empreendimentos turísticos. Em geral, além das promessas econômicas não serem alcançadas, ignora-se desde o início conseqüências sociais, culturais e ambientais, que tendem a ser mais profundas quanto menos forem previstas e ignoradas – chegando a deslocar dos seus locais de origem, comunidades inteiras e, até mesmo, fazendo-as se desintegrar (ver, por exemplo, Caroso & Rodrigues [1998] e Luchiari [1997]).

Quanto ao turista, ele também está exposto, de modo geral, como ser humano em sua integridade. Não deveria ser dividido em pedaços que podem ser gerenciados e contabilizados como consumo e lucros – ou seja, o turista considerado apenas como consumidor de atrativos e de serviços de hospitalidade, transporte e alimentos e bebidas.

Deste modo, o profissional do Turismo é mais do que um administrador ou gerenciador da infra-estrutura turística, ainda que tenha também tal capacidade. Ele é um organizador e criador de processos de implementação ou reordenação de atividades turísticas. Deve levar em conta não só “clientes” e “empregados”, mas a população local, o ambiente ou espaço natural, geográfico e cultural, os valores históricos e patrimoniais e o turista como ser humano integral (não apenas como consumidor).

Este capítulo fundamentou-se principalmente na Sociologia e na História para pensar diversas possibilidades sociais e limites históricos que, hoje, apresentam-se aos que trabalham, estudam ou ensinam para o Turismo. Espero que os resultados tenham demonstrado o potencial crítico da Sociologia e História, mantendo-nos alertas contra a instrumentalização redutora do tempo livre contida no tecnicismo e no economicismo, tornando-nos confiantes no potencial humanizador do Lazer e do Turismo.

Mas é preciso deixar claro que são apenas mais dois dos saberes que podem ser aplicados para o enriquecimento do campo turístico. Num momento em que diversos filósofos e pesquisadores, como Edgar Morin (2000), têm insistido na aplicação do paradigma da complexidade para recriar a educação e a vida, é saudável pensar que o Turismo é um dos campos da ação humana em que as riquezas do saber e da *práxis* complexa mais revelam criatividade potencial – ao mesmo tempo em que, com tristeza, percebemos que é um dos lugares onde o discurso economicista mais tem feito estragos, reduzindo a constelação turística a uma reles estrela anã que jamais conseguirá competir com o infinito.

Referências Bibliográficas

Antunes, Ricardo. **Os sentidos do trabalho. Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho**, 5ª ed., São Paulo: Boitempo, 2001.

CAROSO, Carlos & Núbia RODRIGUES. “Nativos, veranistas e turistas”, in. *Turismo em análise*, São Paulo: ECA./USP, v. 9, maio de 1998, pp. 61-75.

DUMAZEDIER, Joffre. **Sociologia empírica do lazer**, 2ª ed., São Paulo: Perspectiva, Col. Debates – 164, 1999.

ENZENSBERGER, Hans Magnus. “Uma teoria do turismo”, In. **Com raiva e paciência. Ensaio sobre literatura, política e colonialismo**, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985, p. 205-226.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna. Um estudo sobre as origens da mudança cultural**, 9ª ed., São Paulo: Loyola, 2000.

HOBBSAWM, Eric. **Era dos Extremos. O breve século XX. 1914-1991**, São Paulo: Cia. das Letras, 1995.

IANNI, Octavio. **A era do globalismo**, 3ª ed., Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.

LUCHIARI, Maria Tereza D. P. “Turismo e cultura caiçara no litoral norte paulista”, In. **Turismo e Meio Ambiente – vol. II, Textos Didáticos**, Campinas: IFCH/Unicamp, novembro de 1997.

MARCELLINO, Nelson Carvalho. **Lazer e humanização**, 3ª ed., Campinas: Papirus, 2000.

MORIN, Edgar. **Cultura de massas no século XX. O espírito do tempo 1. Neurose**, 2ª ed., Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1987.

_____. **Os sete saberes necessários à educação do futuro**, São Paulo: Cortez, Unesco, 2000.

ORTIZ, Renato. **Românticos e folcloristas. Cultura popular**, São Paulo: Olho D’água, 1993.

RUSSEL, Bertrand. **Elogio do lazer**, Rio de Janeiro: Zahar, 1977.

TRIGO, Luiz Gonzaga Godoi. **A sociedade pós-industrial e o profissional em Turismo**, 4ª ed., Campinas: Papirus, 2000.

WEBER, MAX. **A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo**, São Paulo: Pioneira, 1981.

_____. "A Ciência como Vocação", In: **Ciência e Política: Duas Vocações**, São Paulo: Cultrix, 1993.



Capítulo II

TURISMO E INCLUSÃO SOCIAL: VIAGENS DE CRIANÇAS PORTADORAS DE DEFICIÊNCIA

*Elaine Feleto*¹

Uma das grandes preocupações da atualidade é a questão da integração e da inclusão social de portadores de deficiência física e mental na sociedade contemporânea.

Neste contexto, o turismo pode funcionar como uma ferramenta nesse processo, podendo proporcionar também o desenvolvimento daqueles que possuem deficiência. Acontece que a atividade turística pode propiciar ao portador de deficiência uma melhor percepção do mundo, desenvolver sua criatividade, seu espírito de cooperação, além de sua organização, potencial intelectual, cultural, pessoal, social e autoconfiança.

¹ Bacharel em Turismo pelo Centro Universitário Salesiano de São Paulo, Unidade Americana.

Sendo assim, este capítulo visa demonstrar alguns dos benefícios que o turismo pode proporcionar para as crianças de 6 a 11 anos, inseridas na educação especial de uma instituição da cidade de Americana-SP, analisando principalmente a importância que as atividades ditas turísticas podem exercer na vida das mesmas, enquanto membros da sociedade. Dada a necessidade de preservar a integridade das crianças e da Instituição analisadas, não será divulgado aqui o nome da Associação e das pessoas envolvidas que colaboraram para o desenvolvimento deste estudo.

Foram realizadas pesquisas bibliográficas sobre turismo, deficiência mental e inclusão social. Porém, o que proporcionou um maior embasamento para a discussão proposta, foram as entrevistas realizadas com os profissionais envolvidos e com alguns pais de crianças que integram a instituição, além da observação da autora das práticas do dia a dia dessas crianças e da participação em duas excursões por elas realizadas, uma no Projeto Raízes (projeto desenvolvido em Americana através da Prefeitura que organiza visitas a pontos turísticos da cidade) e outra para a cidade de Holambra, na feira Expoflora.

A dificuldade de se encontrar bibliografia sobre o assunto aqui abordado, definiu a necessidade de uma maior aproximação com funcionários da instituição e com o cotidiano dos portadores de deficiência. Tal procedimento proporcionou uma melhor compreensão sobre a influência das atividades turísticas no desenvolvimento daquelas crianças.

A discussão foi dividida em três partes. Na primeira, há uma apresentação do histórico da Instituição no Brasil e na cidade

de Americana, mostrando os serviços por ela prestados, os profissionais envolvidos e o público alvo que por ela é assistido.

A parte dois faz uma análise dos conceitos de turismo, verificando o lado mais humano e social desta atividade, já que este responde melhor os anseios desta pesquisa. No tocante à inclusão social, o trabalho discute a importância das práticas turísticas para que a mesma venha a ocorrer de forma satisfatória também para as pessoas portadoras de deficiência.

Na terceira parte, a questão do desenvolvimento do portador de deficiência mental é relacionada ao turismo, demonstrando que esta atividade poderá proporcionar benefícios no âmbito social e intelectual, bem como no trato das limitações físicas e motoras. Traz também a descrição das práticas turísticas realizadas pela instituição e os depoimentos de profissionais, pais e crianças sobre o fenômeno turístico.

Finalmente, o trabalho aborda questões práticas desenvolvidas pelas crianças portadoras de deficiência mental em Americana, no tocante ao lazer/turismo/excursionismo, revelando que, apesar de ser uma tarefa bastante complexa em termos organizacionais, é muito gratificante no sentido de promover a inclusão social e o desenvolvimento do portador de deficiência.

1. A instituição – histórico e abrangência

No Brasil, a primeira iniciativa de reunir pais de pessoas portadoras de deficiência e outras pessoas interessadas em apoiá-los ocorreu no Estado do Rio de Janeiro em 1954, liderada por Beatrice Bemis, membro do corpo diplomático norte-americano e mãe de uma criança portadora da Síndrome de Down que, com

outras famílias, vivia o drama de não encontrar escolas para a educação de seus filhos.

Em 1955, no Rio de Janeiro, com o apoio da Sociedade Pestalozzi do Brasil (associação filantrópica de apoio ao portador de deficiências) começou a funcionar a primeira escola para crianças portadoras de deficiência. O movimento logo ganhou força, tanto que, no período de 1955 a 1962, foram criadas 16 escolas no Brasil.

Devido à necessidade de intercâmbio de técnicas, troca de experiências, divulgação e padronização da terminologia e planejamento geral dos trabalhos, realizou-se no final de 1962, em São Paulo, a 1ª Reunião Nacional de seus Dirigentes e estes participantes constataram a necessidade de criar um órgão nacional. A Federação desse movimento, sentiu então a necessidade da criação de um símbolo, para que todas as unidades daquela associação de escolas fossem reconhecidas como parte do Movimento. Este consiste na figura de uma margarida ladeada por duas mãos em perfil, desniveladas, uma em posição de amparo e a outra de orientação à pessoa portadora de deficiência.

O referido Movimento expandiu-se para outras capitais e para o interior dos Estados, contando hoje com 1733 unidades espalhadas por todo o Brasil. Levando-se em conta as dificuldades de um país, carente de recursos no campo das políticas públicas e, mais ainda, na área de educação especial, pode se dizer que tal difusão foi notável. Atualmente, está dividida em quatro níveis, objetivando melhor estruturação e proximidade com o trabalho desenvolvido nos municípios.

A Federação Nacional é responsável pelo direcionamento dos trabalhos do Movimento no contexto nacional, em atenção à

pessoa portadora de deficiência. É também responsável pelo encaminhamento da luta pelos direitos do cidadão com deficiência no âmbito do país. Faz isto através de contatos e gestões com vários ministérios e órgãos federais.

As 21 Federações dos Estados são responsáveis por todos os procedimentos e caminhos adotados pelo Movimento em âmbito estadual, em prol da pessoa portadora de deficiência.

As 180 Delegacias Regionais são responsáveis pela organização das escolas nas micro-regiões e contato direto entre a base e a Federação no Estado.

As 1733 Escolas são prestadoras de serviços que visam atender às necessidades das pessoas portadoras de deficiência nos municípios cada unidade possui autonomia administrativa e jurídica junto à administração pública e às entidades privadas, devendo respeitar as diretrizes, normas e os objetivos do Movimento, que consistem na defesa de direitos, inclusão social, atendimento e garantia da qualidade de vida às pessoas portadoras de algum tipo de deficiência.

1.1 A Instituição de Americana – estrutura e características

A cidade de Americana dista 124 Km da capital do Estado de São Paulo, no sentido noroeste, em direção ao interior, com cerca de 182.593 habitantes (IBGE, 2000). É um Município privilegiado, pela sua localização, como também pela qualidade de vida de seus habitantes, consequência das condições de infra-estrutura proporcionadas em áreas prioritárias como saúde, educação e habitação. Sua economia é baseada principalmente no setor têxtil, no comércio e nas empresas prestadoras de serviços.

A Associação (escola) de Americana está presente na cidade desde 1968 e foi fundada por iniciativa de um grupo de pais de crianças portadoras de deficiência que buscava escolas ou instituições especializadas que atendessem às necessidades especiais de seus filhos.

Como a cidade de Americana não oferecia nenhum atendimento especializado nesta área, estes pais se utilizavam de serviços prestados em outros municípios, principalmente em Limeira, (a 35 km) na Associação de Reabilitação Infantil Limeirense – ARIL. Porém, a dificuldade em transportar as crianças diariamente até Limeira ou outros municípios vizinhos fez com que esse grupo de pais, juntamente com médicos da cidade, professores especializados e outras pessoas interessadas no bem estar da criança portadora de deficiência, fundassem o Centro de Recuperação Infantil de Americana – CREIA.

Essa instituição funcionou sob este nome durante 29 anos e, em 1997, sofreu alteração em sua razão social, adotando assim, o símbolo nacional do Movimento em questão e os seus objetivos.

O público alvo são as crianças, os adolescentes e os adultos até 47 anos de idade, de ambos os sexos, portadores de deficiência mental e/ou física, que não podem usufruir da educação normal ou especial oferecida na rede pública de ensino, e que necessitam, também, ser assistidas junto a um setor clínico terapêutico.

O grupo de profissionais que compõe a estrutura funcional da Instituição de Americana é formado por médicos, assistentes sociais, psicólogas, fonoaudiólogas, terapeutas ocupacionais, fisioterapeutas, professores de educação física, pedagogos especializados, professores especializados, dentistas e monitores.

Estes são remunerados de acordo com as funções exercidas. Há também 35 voluntários que auxiliam nos serviços prestados pela instituição, entre estes podemos citar várias mães, nutricionistas, professores de inglês, de música, xadrez e capoeira.

Hoje, a unidade de Americana atende a 400 pessoas, divididas conforme suas necessidades e os serviços prestados pela instituição que são:

- Educação Especial (116 crianças): é oferecida às crianças de 05 a 14 anos, em que podem se beneficiar da educação básica e do ensino fundamental (especiais). Conta com 7 salas de aula divididas de acordo com a faixa etária dos alunos, que freqüentam a instituição diariamente em um dos horários oferecidos pela unidade: 07h30min às 11h30 min ou 13h00min às 17h00min. O principal intuito da Educação Especial é de proporcionar experiências que beneficiem o desenvolvimento de potencialidades e a inclusão social, através de programas específicos que estejam de acordo com a capacidade, interesse, necessidades e limitações dos alunos. Estão inseridas na Educação Especial, crianças que apresentam deficiência mental podendo ou não apresentar deficiência física também.

Estimulação Essencial (37 crianças): é desenvolvida com crianças de 01 mês a 04 anos na busca de um melhor desenvolvimento para elas, pois as crianças portadoras de deficiência mental e/ou física apresentam uma progressão diferente e mais complexa do que uma criança normal (como por exemplo, sentar-se sem apoio, responder aos primeiros

sinais vitais etc.). Dessa forma, tal intervenção é necessária não apenas para avaliar a normalidade de sua evolução mas, também, para que a criança possa receber em cada etapa de seu desenvolvimento a estimulação mais adequada, contribuindo para que o processo de crescimento e o próprio desenvolvimento evolua da melhor maneira possível.

Clínica de Reabilitação (112 participantes): as medidas de promoção e manutenção da saúde física, emocional e mental fazem parte do trabalho desenvolvido pelos profissionais da instituição, prestando serviços médicos, de nutrição, enfermagem, odontologia e psicologia. O objetivo da clínica é prestar atendimento terapêutico, através de pessoal técnico e especializado, aos clientes portadores de problemas neurológicos, motores, psicomotores, de comunicação, de alterações compartimentais e outros que venham a ser observados pela equipe.

Trabalho em Oficinas (102 participantes): é realizado com crianças acima de 14 anos que já realizaram sua etapa na escola de educação especial ou outros, desde que tenham até 47 anos. Dispõe de 4 oficinas, oferecendo vivência em atividades práticas de trabalho, que pode revelar as potencialidades, aptidões e interesses para o exercício de uma atividade profissional. Alguns dos trabalhos realizados pela instituição são: artefatos em madeira, restauração de móveis, artesanato, telas, doces, pães e chocolate, peças de decoração, velas decorativas, sabonetes, material com papel reciclado, material em biscuit e mosaicos. Durante todos estes anos de

funcionamento, conseguiu colocar dois dos participantes de suas oficinas no mercado de trabalho, uma em empresa transportadora e outra em supermercado.

Atendimento Ambulatorial (33 pacientes): é um serviço médico prestado às pessoas que já não estão incluídas nos programas de estimulação essencial, escola especial, oficinas e clínica de reabilitação, e, sendo assim, freqüentam a instituição apenas para uma consulta de acompanhamento. Mesmo não estando incluídas no número total de participantes da clínica de reabilitação, as crianças beneficiadas da educação especial, estimulação essencial e oficinas se servem dos serviços prestados pela clínica.

A pesquisa de campo, foi realizada na área de Educação Especial da Unidade Americana, pois aquelas crianças freqüentam diariamente a Instituição em algum dos dois períodos oferecidos, seja o da manhã ou o da tarde, e são elas que participam das ditas atividades de turismo realizadas por aquela escola.

Para o desenvolvimento da pesquisa foram estudadas apenas as atividades de turismo realizadas por crianças de 6 a 11 anos de idade com deficiência mental, que podiam ou não apresentar deficiência física também. Esta amostra foi escolhida por orientação da coordenadora pedagógica e responsável pela instituição, pois estas se concentram em um mesmo nível de aprendizagem e desenvolvimento, o que facilitaria a análise e a coleta de dados. A pedagoga ainda afirmou que as atividades de turismo, como forma de inclusão social e desenvolvimento, são muito importantes nesta idade, pois é nesta fase que a criança começa a formar a sua concepção de sociedade e seus próprios valores.

2. Aspectos sociais do Turismo

O turismo é um setor que vem apresentando um crescimento muito acelerado ao longo dos últimos anos. Geralmente, o entendimento que prevalece do que seja turismo é esmagado pela multiplicidade de interpretações, embora prevaleçam as visões econômicas e técnicas (Paiva, 1995).

O turismo está inserido na grande esfera do lazer que, segundo Dumazedier, é definido como:

Um conjunto de ocupações às quais o indivíduo pode integrar-se de livre e espontânea vontade, seja para repousar, seja para divertir-se, recrear-se e entreter-se ou, ainda, para desenvolver sua informação ou formação desinteressada, sua participação social voluntária ou sua livre capacidade criadora após livrar-se ou desembaraçar-se das obrigações profissionais, familiares e sociais (Dumazedier, 1976, p. 34).

Neste sentido, vale apontar alguns conceitos sobre o fenômeno do turismo:

Para Bormann, turismo se define como “o conjunto de viagens cujo objetivo é o prazer, motivos comerciais, ou profissionais ou outros análogos e durante os quais a ausência da residência habitual é temporária” (apud Barreto, 1997, p.10).

Foster define turismo como um estímulo às necessidades de mudança, propondo que o indivíduo se liberte de sua vida normal e monótona. Dessa forma, o turismo propicia, além de uma fuga da vida cotidiana, também a realização de um sonho (Foster, 1992).

Já para Andrade, “turismo é o conjunto de serviços que tem por objetivo o planejamento, a promoção e a execução de

viagens, e os serviços de recepção e hospedagem e atendimento aos indivíduos e aos grupos, fora de suas residências habituais” (Andrade, 1998, p.38).

Segundo a Organização Mundial de Turismo, (OMT) “o turismo compreende as atividades que as pessoas realizam durante suas viagens e estâncias em lugares distintos ao seu ambiente habitual por um período de tempo consecutivo inferior a um ano com fins de ócio, por negócios e outros” (OMT, 1998, p. 44).

Como a pesquisa a ser desenvolvida é destinada às crianças portadoras de deficiência mental e participantes de uma associação sem fins lucrativos, os conceitos acima não se enquadram no aspecto que se pretende desenvolver na pesquisa. Dessa forma é preciso buscar considerações sobre o turismo que estejam vinculados ao seu lado mais humano e social, como as abordadas a seguir.

Turismo não é um campo que abrange apenas o campo das ciências econômicas, mas que abrange também as ciências sociais, que consiste na movimentação de pessoas, relações pessoais, que muito interferem na balança comercial, mas não são o seu todo. Muitos materiais escritos sobre turismo enfocam somente o turismo como uma “indústria”, com base em sua administração e gerenciamento que movimenta muito dinheiro pelo país, sendo o seu lado social pouco lembrado. (Barreto, 1997).

De acordo com Souza, “o turismo é um fenômeno social e econômico que teve origem espontânea, decorrente da inerente vontade do ser humano de conhecer locais e culturas diferentes” (Souza, 2000, p.141).

Ainda sobre isso, Padilla considera que o turismo é um grande fenômeno social que se baseia no deslocamento voluntário

e temporário de indivíduos ou grupos de pessoas, que saem de suas residências habituais para outros lugares em busca de descanso, saúde, recreação ou cultura.

Ao analisar a abordagem de Paiva (1995), verifica-se que o turismo passou ser realizado de forma sistematizada, organizada com um fim único e objetivo, o comercial. Essa visão “mercadológica” ocorre porque muitos preferem a superficialidade e o imediatismo que o turismo pode oferecer em termos financeiros ou *status*. Porém, há aqueles que preferem avançar na compreensão do conhecimento e até revalorizar este fenômeno no sentido cultural, social e educativo. É preciso saber que os efeitos do turismo não se dão apenas na economia, mas também em vários outros aspectos, sejam eles sociais, políticos, culturais e psicológicos. Esta mesma autora ainda afirma que o turismo, como uma representação do lazer, carregou consigo a forte influência do conceito transfigurado no que se refere ao tempo livre e que foi repassada para a sociedade industrial moderna. Nesta o tempo livre foi associado aos ganhos dos trabalhadores, à semana de 40 horas, às férias e à aposentadoria, e não mais como elemento dinâmico do desenvolvimento cultural, que poderia desempenhar funções essenciais nas estruturas físicas e psíquicas dos indivíduos, auto-realização e como fator de integração social (Paiva, 1995).

2.1 Turismo como ferramenta no processo de integração e inclusão social: a questão do portador de deficiência mental

Sendo esta pesquisa voltada ao lado mais humano e social do turismo se faz necessário discorrer sobre o tema da integração social, tendo em vista que o turismo consiste na movimentação de

pessoas e estimulação de relações pessoais, não visando somente seu lado econômico.

Ao praticar turismo, as pessoas estabelecem contato direto com outras comunidades, outras regiões, onde há uma enorme diversidade de costumes, crenças e tradições. Sendo assim, permite conhecer novas culturas e aprender a respeitar as diferenças e compartilhá-las na medida do possível, o que significa estar se integrando socialmente ao meio (integração social) (Pearce & Butler, 2002).

Sabendo que esta pesquisa visa discutir as práticas de turismo realizadas por crianças portadoras de deficiência mental, é preciso estabelecer parâmetros no que diz respeito ao fator integração social.

Em entrevista informal concedida pela coordenadora pedagógica e responsável da Instituição de Americana, foi possível abordar o tema desta pesquisa de forma mais clara e objetiva, uma vez que a entrevistada tem 16 anos de experiência com portadores de deficiência mental e se considera uma vencedora em lutas e desafios colocados pela sociedade em geral. Ao longo da entrevista, a coordenadora deixou claro que, primeiramente, é preciso entender que nos dias atuais não se discute mais a “integração social” de pessoas portadoras de deficiência mental, mas sim a sua “inclusão social”.²

A diferença está no significado e na aplicação de ambos os termos. Integrar-se socialmente significa que os indivíduos portadores de deficiência mental têm a função de se adaptarem à sociedade, preparar-se para estar em meio às pessoas ditas “normais”.

² Entrevista concedida pela Coordenadora Pedagógica da Instituição de Americana em 04/09/2002 às 13h30min.

Já o termo “inclusão social” refere-se ao fato de que a sociedade tem por obrigação incluir indivíduos portadores de deficiência mental (ou qualquer outro tipo de deficiência), ou seja, estar preparada em termos psicológicos e de ordem física, como por exemplo, oferecendo rampas de acesso e demais equipamentos uma vez que os portadores de deficiência necessitem. Pois, como esclarece a coordenadora, a maioria dos portadores de deficiência mental possui deficiência física também, o que pode implicar dificuldades em seu acesso a todo e qualquer tipo de lugar.

Sendo a Instituição em questão, uma associação sem fins lucrativos, o turismo é pouco realizado pela instituição, pois a mesma se mantém de doações da comunidade, pequenas verbas do município e governamentais. O que ainda prevalece é o excursionismo, que está incluso na grande esfera do turismo, que significa viagens de apenas um dia, com duração inferior a 24 horas. (Trigo, 1998).

Tendo em vista o “turismo” ou mesmo o “excursionismo” como forma de inclusão social, a coordenadora pedagógica relata a grande importância da atividade para as crianças portadoras de deficiência mental. A coordenadora garante que, ao realizarem tais práticas, as mesmas participam de maneira significativa junto à sociedade, o que as fazem perceber que podem ter acesso a todos os lugares como qualquer criança de sua idade, claro que de acordo com suas limitações. Ressalta ainda que o turismo pode ser considerado como uma espécie de elo ou ponte para que as crianças portadoras de deficiência mental se sintam à vontade em meio à sociedade entendida como “normal”.

Faz-se necessário que os portadores de deficiência tenham acesso aos bens sociais, tais como educação, saúde, trabalho e lazer/

turismo/excursionismo. Os portadores de deficiência devem ser entendidos e assumidos como seres originados da humanidade, pois ser portador de deficiência não se trata de uma opção, é algo que pode acontecer em qualquer família, independente de qualquer circunstância ou condição financeira, ou seja, é uma probabilidade do ser humano (Marques, 1997).

O processo da inclusão social de crianças com deficiência acontece de forma muito lenta, principalmente quando se observa como nossa sociedade está organizada. Existem muitos problemas a serem tratados para que uma criança considerada “especial” possa ter o mesmo cotidiano de uma considerada normal. É muito raro ver pessoas portadoras de deficiência em locais públicos e quase nunca em situações que envolvam lazer/turismo/excursionismo. A questão da inclusão social de uma pessoa portadora de deficiência não cabe apenas à sua própria família ou à escola, mas sim à toda sociedade (Mello, 1997).

Porém, segundo a coordenadora, as dificuldades de inclusão social aparecerem muitas vezes dentro da própria família do indivíduo portador de deficiência mental. Para muitas famílias, ainda que não seja uma “coisa vergonhosa”, é muito difícil a aceitação de que uma criança “especial” faça parte de sua família. Isso implica no isolamento da criança com problemas mentais o que a faz sentir-se diferente, inferior, frágil ou até mesmo menosprezada perante a sociedade. A não realização de atividades que envolvam turismo/excursionismo com portadores de deficiência mental, no âmbito de suas famílias, se dá por duas vertentes: às vezes, isso acontece devido as famílias possuírem um baixo poder aquisitivo, dessa forma, as famílias não têm condições de oferecer situações que envolvam tais práticas; em outros casos,

as famílias acham que é apenas a escola que tem obrigação de trabalhar com a questão da inclusão social de seus filhos, depositando assim toda a responsabilidade e a complexidade do assunto na mesma. (No caso específico da escola analisada)

Ainda sobre esse último ponto, a família tende a esperar que a escola ou os profissionais envolvidos com o trabalho da educação especial assumam a maior parte da responsabilidade social, atribuindo a essas pessoas, ou instituições, a tarefa de “ocupar” o tempo de seus filhos ou de incluí-los em meio à sociedade (Blascovi-Assis, 1997). Sem dúvida, a escola tem um papel bastante importante na questão social, devendo intermediar de forma eficaz a inclusão destas pessoas. No entanto, a família também tem o dever de assumir seu papel na luta social, por mais difícil que esta venha a ser.

Ainda segundo a coordenadora entrevistada, a referida associação luta para que as crianças inseridas na educação especial ou mesmo em outras segmentações da instituição, desde o início se portem como seres normais e capacitados para participarem de atividades sociais junto a outras pessoas, claro que sempre de acordo com suas limitações e dificuldades. Porém, D’Antilho ressalta que a maioria dos portadores de deficiência limita-se à entrada e saída de sessões de exercícios repetitivos, terapias etc. e, como consequência, não tiveram tempo de serem incluídas, nem foram engajadas em outras atividades da vida, como por exemplo, o turismo (apud Sprovieri, 1997).

Sendo assim, a coordenadora pedagógica entende que o turismo/excursionismo se faz necessário para que a criança não pense que está fora da sociedade, mas sim que a sociedade está pronta para recebê-la, e que as “diferenças” serão apenas meros

detalhes. Segundo a mesma, o turismo social no Brasil ainda é realizado de maneira incompleta, pois se faz necessário que as condições da população em geral (econômicas, políticas, culturais e sociais) se transformem em direção à uma sociedade mais justa e produtiva. De acordo com a entrevista, ela ainda afirma que, se há algum “bloqueio” ou alguma espécie de “barreira”, esta não parte das crianças com problemas mentais e sim da sociedade, pois, como já discutido acima, estas crianças são muito bem preparadas e esclarecidas de que não são “diferentes” do restante da sociedade, mas sim que apresentam problemas que estão sendo devidamente observados por especialistas que lutam para sua amenização.

A inclusão social, segundo Beaupré (1997), implica na conquista do espaço social mediante as interações que se estabelecem no interior dos grupos sociais através de uma participação real das pessoas como membros ativos e produtivos da sociedade, o que significa uma participação real na escola, no trabalho e também no lazer/turismo. Esta é uma condição almejada não somente por pessoas portadoras de algum tipo de deficiência, mas por todos aqueles que são excluídos no processo produtivo da sociedade e, conseqüentemente, do direito à educação, saúde, moradia e lazer/turismo.

É sabido que o portador de deficiência está sujeito à exclusão social, tanto por fatores sociais decorrentes da sua condição de classe, quanto por fatores individuais decorrentes da presença da deficiência. Logo, a luta pela inclusão social do portador de deficiência deve se inserir num movimento mais amplo da sociedade, aquele que comporta também a luta pela eliminação das desigualdades sociais. A eliminação das desigualdades traz como conseqüência o

acesso à educação de qualidade e desenvolvimento para todos os cidadãos. Questionar esse direito seria retroceder ao tempo que antecede as conquistas sociais (Beaupré, 1997).

Mesmo que ainda existam muitas dificuldades para a realização do lazer, do turismo e do excursionismo com portadores de deficiência, pode-se dizer que este é um dos meios mais gratificantes de estimular uma criança. É um processo complexo e trabalhoso. Como destaca Blascovi-Assis, para que se obtenha sucesso é indispensável um acompanhamento de uma equipe interdisciplinar especializada, exigindo também a participação da família para a plena inclusão social da criança portadora de deficiência mental, dessa forma contribuindo para seu melhor desenvolvimento (Blascovi-Assis, 1997).

3. Viagens e excursões realizadas pela Instituição de Americana

Em diversas pesquisas de campo e análises qualitativas realizadas sobre as atividades que envolvem lazer, turismo e excursionismo, foi possível constatar que tais práticas são realmente de extrema importância para a vida de uma criança portadora de deficiência. Porém, os estudos e preocupações sobre deficiência mental abordam ainda apenas os aspectos médicos e educacionais isoladamente, não se considerando, neste último caso, o lazer, turismo e excursionismo como um meio de desenvolvimento ou como uma necessidade e um direito do indivíduo (Blascovi-Assis, 1997).

De acordo com este contexto, foi possível verificar em entrevistas com os profissionais pedagógicos da Unidade de Americana que esses concordam com todos os objetivos

relacionados acima, e também que o turismo/excursionismo é essencial para os portadores de deficiência mental, pois, além de atuar em sua estimulação e inclusão social, a realização de tais práticas proporcionam sua melhor percepção do mundo, sua criatividade, desenvolvimento do espírito de cooperação e organização, seu potencial intelectual, cultural, pessoal, social, sua independência e sua autoconfiança.

Diante desta constatação, verificou-se também que o desenvolvimento pode ainda estar vinculado às limitações que as crianças apresentam, pois com a realização do turismo/excursionismo a criança portadora de deficiência mental que apresenta também deficiência física tem a oportunidade de desenvolvimento psicomotor, melhor noção de equilíbrio e resistência física.

Visando cada vez mais o desenvolvimento de seus alunos e sabendo da sua importância, a Instituição de Americana procura cada vez mais oferecer situações de turismo/excursionismo para seus alunos. Segundo a sua coordenadora pedagógica, a mesma juntamente com sua equipe estipula o calendário anual. Ela ressalta ainda que é muito complexo elaborar tais atividades uma vez que a instituição não tem fins lucrativos e as verbas são muito restritas. A tabela abaixo mostra as atividades de turismo/excursionismo realizadas pelas crianças de 06 a 11 anos de idade da Instituição de Americana no ano de 2001.

De acordo com a tabela 1, é possível notar que o que prevalece são as excursões realizadas dentro da própria cidade ou na região, porém quando foram até o litoral Norte do Estado de São Paulo (Ubatuba) fica claro evidente que houve a prática do turismo.

**Tabela 1: ATIVIDADE DE TURISMO/
EXCURSIONISMO NA UNIDADE DE AMERICANA EM 2001**

	Atividades	Cidade	Duração
1º Semestre	MAC (Museu de Arte Contemporânea)	Americana	01 dia
	Parque Ecológico	Americana	01 dia
	Casa Hermann Müller (exposição de telas)	Americana	01 dia
	Projeto Raízes	Americana	01 dia
2º Semestre	Expoflora	Holambra	01 dia
	Parque Ecológico	Americana	01 dia
	MAC (Museu de Arte Contemporânea)	Americana	01 dia
	Engenho Central	Piracicaba	01 dia
	Litoral	Ubatuba	03 dias

Fonte: Instituição de Americana, 2001.

Já na tabela 2, é possível perceber que houve um pequeno, porém significativo, crescimento do ano de 2001 para o ano de 2002 nas atividades que envolvem turismo/excursionismo.

No 1º semestre houve seis atividades, porém, como já visto anteriormente, o excursionismo prevaleceu e as crianças, segundo sua coordenadora pedagógica, sofreram os mesmos tipos de estímulos e reações que ocorreram no ano de 2001 que serão melhor abordadas adiante.

No 2º semestre, o calendário proponha sete atividades, porém o “turismo” só seria realizado de forma plena nos meses de novembro e dezembro, quando permaneceriam por sete dias em uma localidade e três dias em outra.

Tabela 2: ATIVIDADE DE TURISMO/ EXCURSIONISMO NA UNIDADE DE AMERICANA EM 2002

	Atividades	Cidade	Duração
1º Semestre	MAC (Museu de Arte Contemporânea).	Americana	01 dia
	Parque Ecológico	Americana	01 dia
	Encontro dos Rios (Atibaia e Jaguari)	Americana	01 dia
	Interlagos/Shopping Center Norte	São Paulo	01 dia
	Projeto Raízes	Americana	01 dia
	Acampamento	Jaguariúna	07 dias
2º Semestre	Parque Ecológico	Americana	01 dia
	MAC (Museu de Arte Contemporânea)	Americana	01 dia
	Engenho Central/Rua do Porto	Piracicaba	01 dia
	Expoflora	Holambra	01 dia
	Igrejas de Americana	Americana	01 dia
	Praia do José Menino	São Vicente	03 dias

Fonte: Instituição de Americana

Já que se trata de uma instituição que proporciona diversas atividades envolvendo turismo/excursionismo a seus alunos, sentiu-se a necessidade de realizar entrevistas com os profissionais da instituição, alunos e pais para que, assim, pudesse haver uma maior compreensão sobre a influência da atividade no desenvolvimento dos alunos participantes.

3.1 Relato das viagens: percepção dos profissionais

Em entrevista com profissionais da Unidade de Americana, incluindo duas professoras, somadas à observação atuante da autora, pode-se detalhar melhor como foi trabalhado o fator de inclusão social e desenvolvimento das crianças durante algumas das atividades de turismo/excursionismo:³

³ Entrevista concedida pela coordenadora e duas professoras da Instituição de Americana, em 18/10/02.

Praia Grande (Ubatuba/2001)

Para que se pudesse realizar tal atividade, o ônibus foi cedido pela Prefeitura Municipal de Americana e a casa para a acomodação das crianças foi emprestada por uma família que faz doações mensais à instituição. De acordo com a coordenadora pedagógica e professoras, por se tratar de três dias fora das residências habituais das crianças, foi grande a preparação da equipe de profissionais e voluntários para realização de tal atividade. No caso de algum incidente ocorrer, remédios, aparelhos e kits de primeiros socorros foram muito bem conferidos antes de embarcarem.

Ao analisar os efeitos que o turismo traz para o desenvolvimento das crianças portadoras de deficiência mental, a coordenadora e as professoras concluem que as crianças têm uma enorme facilidade em se organizarem, se alimentarem (embora em alguns casos precisem de acompanhamento de algum profissional especializado) e de se vestirem, ou seja, o que se destaca como fator principal é a autonomia/independência que as crianças transpareceram ter naquele momento.

Na praia, a obediência foi muito grande por parte das crianças, uma vez que foram devidamente orientadas antes de embarcarem. Segundo a coordenadora pedagógica, ao estarem em contato com outras crianças que freqüentavam a mesma praia, foi possível notar que as relações foram salutareas entre elas, não havendo nenhum tipo de discriminação ou preconceito, ou seja, o processo de inclusão social aconteceu de forma espontânea/natural e eficaz, de modo que muitos estabeleceram até algumas amizades, o que mostra que tiveram a chance de desenvolver seu lado social e pessoal. As brincadeiras

realizadas na areia serviram para auxiliar no desenvolvimento da criatividade (como a construção de casinhas, castelos e bichinhos) e da habilidade psicomotora das crianças que também apresentavam problemas físicos. As crianças também questionaram sobre a serra e a estrada, a localização, a vegetação, desenvolvendo dessa forma sua percepção, seu lado cultural e intelectual.

De acordo com as professoras, esse tipo de atividade, além de todos os benefícios citados acima, contribui para o melhor desempenho das crianças em sala de aula, pois elas se sentem mais seguras e preparadas para absorver o conteúdo ensinado dentro da instituição.

Projeto Raízes (Americana/2001)

Como estagiária/monitora deste projeto no ano de 2001, teve-se a oportunidade de realizar esta excursão junto com as crianças da Instituição referida neste trabalho. O Projeto Raízes é um roteiro histórico-pedagógico elaborado pela Secretaria de Educação e Cultura de Americana aberto à toda população e turistas, mas atendendo com mais frequência escolas, tendo como objetivo resgatar a importância histórica, arquitetônica e cultural dos patrimônios de Americana. Os locais visitados foram: Avenida Brasil (antigo Parque Ideal), Estação de Trem, Casa de Cultura (antiga Vila Carioba) e Museu do Salto Grande. Nesta excursão, além das crianças, houve também a participação da coordenadora pedagógica, de duas professoras e de uma voluntária, sendo que a atividade foi realizada das 13h30min às 16h30min.

Devido à inexperiência, imaginava-se que seria muito mais difícil lidar com crianças portadoras de deficiência mental do que

com as ditas “normais”. Porém, surpreendentemente foi possível concluir que é mais complicado trabalhar com as crianças do ensino regular, uma vez que, muitas delas não se importavam com o conteúdo apresentado e explicado, o inverso do que aconteceu com as crianças portadoras de deficiência.

Em contato com as crianças “especiais”, foram perceptíveis a disciplina, a atenção ao ouvir as histórias contadas, o respeito e o carinho pelas monitoras, a organização na hora do lanche e o cumprimento de regras estabelecidas antes do passeio, como: não tocar nas peças do museu, não gritar e correr dentro do museu, não jogar lixo no chão, não comer dentro do ônibus, entre outras. O interesse pelos detalhes da história, pelas construções das casas visitadas também foi surpreendente, e até mesmo durante o trajeto muitos deles perguntaram nomes de ruas e avenidas.

Em relação ao tipo de desenvolvimento, o “Projeto Raízes” contribuiu para as crianças portadoras de deficiência mental, no aspecto intelectual, cultural, de percepção e de relações sociais.

Sobre tal afirmação, a coordenadora concorda plenamente e a respeito da conclusão de que foi mais fácil trabalhar com crianças portadoras de deficiência mental, a coordenadora pedagógica discorre um assunto cabível à situação já citada anteriormente. As crianças portadoras de deficiência mental são trabalhadas logo que são inseridas na Instituição para que se portem como seres normais e possibilitados de participarem de atividades sociais junto às outras pessoas, dessa forma, a vontade, a preocupação (pois sabem de suas limitações) e o esforço das mesmas é tão grande que superam as expectativas de uma criança dita como “normal”.

Acampamento (Jaguariúna/2002)

A estadia no Camping foi paga por colaboradores da Unidade de Americana e o ônibus cedido pela Prefeitura Municipal da cidade, que ficou no local durante todos os dias, caso ocorresse qualquer eventualidade. É preciso ressaltar que as crianças não ficaram em barracas próprias de acampamento, mas sim em chalés que o local oferece. O fato de preferir chalés ao invés das barracas é porque a equipe de profissionais, que participam das atividades juntamente com voluntários, não seria suficiente para montagem das mesmas, uma vez que o número de crianças era grande, e se perderia muito tempo.

Ao chegarem ao acampamento, as crianças ficaram muito satisfeitas, comentaram sobre a beleza do local e ficaram admirados com os atrativos que o mesmo oferecia, como: piscina, toboágua, *play-ground*, sala de jogos, sala de T.V, lanchonete e videokê etc. Como o grau de deficiência mental é variado nas crianças, foi preciso alguns cuidados especiais por parte dos profissionais e voluntários que estavam presentes no Camping. Isso aconteceu porque muitas crianças também apresentavam problemas físicos e foi cautelosa a observação em relação aos atrativos que o local oferecia.

Em certos momentos houve uma certa “bagunça” e “estripulias” por parte das crianças, o que as professoras consideraram um ponto bastante importante durante a viagem, pois as mesmas tiveram a oportunidade de conversar e estabelecer um maior convívio com os colegas, uma vez que a maioria deles só tem este tipo de contato dentro do ambiente escolar. Naquele momento pareciam estar em plena descontração e em clima de “normalidade” junto aos seus.

No Camping, juntamente com as crianças da Unidade de Americana havia diversas famílias que faziam o mesmo tipo de atividade e foi possível observar que o fator da inclusão social aplicava-se novamente de maneira muito eficaz. O “entendimento” entre as crianças ditas “normais” e as crianças portadoras de deficiência mental obteve ótimos resultados, uma vez observado que, as crianças portadoras de deficiência mental procuram buscar informações sobre o cotidiano das outras, como: a escola que freqüentavam, a localidade onde moravam, o que gostavam de fazer, as brincadeiras realizadas em casa, os passeios já realizados por elas e sobre suas famílias.

A coordenadora pedagógica conclui que esta troca de informações foi de ótimo proveito para as crianças “especiais”, pois se sentiram participantes do mundo real, e novamente, o fator de inclusão social é levantado, pois em nenhum momento houve rejeição por parte das crianças “normais” e nem de suas famílias, fato que mostra que a sociedade já começou a se mobilizar e aceitar que a mesma é que tem o dever de estar apta a conviver com as “diferenças”, como já discutido anteriormente neste capítulo.

No decorrer da viagem não aconteceu nada que não estivesse previsto, pois todos se portaram de maneira esperada e, como aconteceu no caso de Ubatuba, os mesmos aspectos no âmbito do desenvolvimento foram observados pela coordenadora pedagógica e pela professoras, como: a organização, a cooperação, a independência, a autoconfiança, o interesse pela realização de atividades de recreação, alimentação/ autonomia, desenvolvimento pessoal e cultural, desenvolvimento da criatividade e equilíbrio (pois o Camping oferecia uma vasta área de areia), autonomia/alimentação, e a disciplina e a atenção sobre os perigos

que o local poderia oferecer (como, a não utilização de bóias, postura incorreta no toboágua, não correr demais, e o uso indevido dos equipamentos disponíveis no *play-ground*). É claro que os profissionais estavam sempre atentos, porém, não foi necessária a intervenção de nenhum deles, como também não houve a necessidade de qualquer espécie de contato com a família das crianças, embora algumas (minoria) telefonassem para saber se estava tudo bem.

Expoflora (Holambra/2002)

Nesta atividade houve a oportunidade de uma observação participante junto às crianças de 06 a 11 anos de idade durante todo o trajeto, dessa forma, o que subsidiou diversas análises.

A excursão teve início às 13h00min e se finalizou às 17h00min. O ônibus foi cedido pela Prefeitura Municipal de Americana e o ingresso para a entrada do evento foi uma doação feita pela EXPOFLORA (Organizadora do Evento). Estavam presentes na atividade três professoras, duas voluntárias e a coordenadora pedagógica a qual mostrou-se muito prestativa no esclarecimento de dúvidas sobre as crianças portadoras de deficiência mental no tocante à sua inclusão social e seu desenvolvimento.

A justificativa aos alunos sobre a presença de uma universitária na excursão foi a que estavam sendo coletados dados para um projeto em desenvolvimento sobre turismo para portadores de deficiência mental. No interior do ônibus, no trajeto até Holambra, tentou-se explicar de forma clara e objetiva as intenções de tal projeto e, em suma, foi perguntado o que as crianças achavam das práticas de turismo/excursionismo. Neste momento a resposta foi quase unânime: “nós adoramos”.

Pode-se notar que a participação de uma pessoa não integrante do mesmo meio, ou seja, uma pessoa “diferente”, não interferiu na excursão e antes mesmo de chegar até a Expoflora (exposição de flores e festa típica holandesa) algum tipo de contato já havia sido estabelecido com quase todas as crianças, mesmo que fosse apenas um breve sorriso. Sendo assim, pode-se constatar e confirmar com a coordenadora pedagógica que a relação estabelecida com as crianças dentro do ônibus era uma simples forma de contato social e que as mesmas não apresentavam nenhuma dificuldade quanto a isso, pois não houve problemas de isolamento, vergonha ou rejeição. Ao desembarcarem em Holambra, o clima já era bem harmonioso e novamente pode-se notar a disciplina das crianças.

Durante a permanência na Expoflora foi possível destacar várias situações de “normalidade” com relação à sociedade junto às crianças que acompanhávamos. Em várias apresentações musicais e de danças, as crianças misturavam-se (espontaneamente) aos artistas e ao público em geral para que assim pudessem participar de maneira mais significativa. Porém, vale dizer que algumas pessoas ainda olhavam com certo sentimento de pena/compaixão para as mesmas.

Sobre isso, a coordenadora pedagógica destacou que é muito complexo para a sociedade estar pronta para receber toda e qualquer pessoa com deficiência, e que muitos desconhecem o grande potencial que esta pode vir a ter.

Ainda sobre o mesmo assunto, Blascovi-Assis faz um pequeno comentário:

Estas pessoas podem vir a ser indivíduos competentes em seu meio sociocultural, isto é: serem

capazes de responder a uma variedade de situações; terem consciência de si como agentes de mudança e serem capazes de assimilar estratégias e experiências de uma situação e usá-las adequadamente em outra; serem auto-suficientes e mostrarem-se socialmente eficazes na interação com outros indivíduos e com as agências e procedimentos de realização do bem estar social dos indivíduos da nossa sociedade (Blascovi-Assis, 1997, p.19).

No aspecto de desenvolvimento, as crianças tiveram oportunidade de plantar mudas de flores e dessa forma tiveram conhecimentos sobre ciências e entenderam melhor o processo cultivo de plantas e flores. Tal prática pode auxiliá-las no seu processo de desenvolvimento intelectual e cultural. Na hora do lanche, as crianças desenvolveram novamente o seu lado de cooperação e organização junto ao grupo.

apesar de algumas das crianças portadoras de deficiência mental também apresentarem problemas físicos, foi possível notar que os caminhos escolhidos eram sempre os mais difíceis e não feitos pelas rampas disponíveis. Como esclarecimento, a coordenadora relatou que os obstáculos eram propositais, a fim de estimular a criança e também auxiliar no seu desenvolvimento psicomotor. No aspecto da percepção, as crianças prestaram atenção em todos os atrativos e fizeram diversos comentários sobre as flores, plantas e inclusive sobre a decoração do evento. As relações pessoais também ganharam destaque, visto que as crianças estavam se entendendo muito bem uma com as outras e algumas até fizeram um contato mais significativo junto a outras crianças do denominado ensino regular que também freqüentavam o local, o que gerou um desenvolvimento pessoal e social.

Nas demais atividades realizadas no ano de 2001 e 2002, o interesse e o desenvolvimento proporcionado para as crianças foi também muito satisfatório e suas relações interpessoais no aspecto da inclusão social tiveram a mesma eficácia das viagens discutidas acima, como afirmou a coordenadora pedagógica e as professoras.

É preciso destacar que, após as atividades de pesquisa realizadas para a elaboração desta discussão, pode-se observar que as atividades de turismo/excursionismo podem beneficiar todas as crianças inseridas na educação especial, que variam de 05 a 14 anos, porém em grupos distintos. Como o objeto deste estudo são as crianças portadoras de deficiência mental de 06 a 11 anos de idade, a pesquisa de campo se restringiu apenas as mesmas.

3.2 Percepção das Crianças em Relação às Atividades Turísticas Realizadas

Em entrevistas informais que foram desenvolvidas com as crianças “especiais” de 6 a 11 anos e em visitas realizadas na Instituição, foi revelado um enorme interesse em realizar turismo/excursionismo por estas crianças. De nada serviriam tantas pesquisas e argumentações se as mesmas não despertassem um verdadeiro interesse por esse tipo de atividade, já que tal estudo visa principalmente o seu benefício.

Como destaca Blascovi-Assis (1997), as práticas turísticas têm que ser realizadas de forma espontânea pelas crianças (embora a escola estipule o calendário), pois só assim contribuem para seu verdadeiro desenvolvimento. As crianças ainda revelaram que tais práticas ajudam no seu enriquecimento pessoal, pois consideram que são experiências vividas que não seriam possíveis se não fossem através da escola, pois com suas famílias raramente têm a mesma oportunidade,

quando seus momentos livres somente são destinados à T.V, jogos de *video-game*, visita à casas de parentes etc. (embora ocorram exceções).

Ao se questionar sobre o que as crianças acham de praticar turismo/excursionismo, a maioria respondeu que é muito interessante e que deveriam existir mais dias dedicados a estas atividades, pois com suas famílias não têm esta mesma oportunidade. Desse modo, o assunto discutido anteriormente sobre o fato das famílias não realizarem atividades que envolvam turismo/excursionismo, é reafirmado.

As crianças também relatam que, “passeando”, conhecem novas pessoas, fazem novas amizades, têm mais segurança em si próprias (autonomia) e se sentem mais participantes da sociedade. Também disseram que se divertem e brincam muito durante tais atividades e isto é um fator de extrema importância. De acordo com Marcelino (1988), durante os passeios a inclusão social e a procura por melhor desenvolvimento devem acontecer, porém o caráter lúdico jamais poderá ser esquecido. Este mesmo autor ainda conclui que o lazer/turismo/excursionismo não deve só ser entendido como meio de aprendizagem, pois é necessário que haja espontaneidade em suas realizações por parte das crianças, mesmo que estas atividades sejam planejadas no âmbito escolar.

Ainda sobre o mesmo assunto, Blascovi-Assis diz que uma vez inseridos na escola, as crianças não têm a liberdade de escolha dos passeios. No entanto, as atividades proporcionadas pela Instituição sempre devem ter coerência ao analisar o que envolve lazer/turismo/excursionismo, pois só assim a realização de tais práticas será de grande sucesso. A autora ainda diz que o modo mais eficaz é a educação pelo lazer: “a educação pelo lazer que ocorre na escola se dá pelo proveito de situações agradáveis

escolhidas em comum acordo entre professor e alunos, nos quais os objetivos traçados de planejamento estejam sendo atendidos ao mesmo tempo em que propiciem prazer ao grupo e possam trazer à tona manifestações culturais variadas” (Blascovi-Assis, 1997, p.93).

De acordo com observação participante realizada com as crianças e entrevista com a coordenadora pedagógica, foi possível notar que o planejamento (turismo/excursionismo) realizado pela coordenadora juntamente com os demais profissionais da instituição está atendendo não somente às expectativas de melhor inclusão social e desenvolvimento por eles almejadas, mas também é de profundo agrado a todas as crianças que participam de tais atividades. Como consequência disso, é possível afirmar que a referida Instituição está em sintonia com as crianças na escolha das atividades, aplicando a educação pelo lazer como foi citado anteriormente por Blascovi-Assis (1997) de forma correta e em busca de bons resultados.

3.3 Percepção dos Pais em Relação à Prática de Atividades Turísticas

Tendo como base as referências bibliográficas sobre o tema, depoimentos de profissionais e alunos, nota-se que, há uma certa dificuldade com relação aos pais praticarem turismo/excursionismo com seus filhos portadores de deficiência mental. Sendo assim, houve a necessidade de entrevistar alguns pais ou responsáveis das crianças da Unidade da Instituição de Americana para detectar fatos e dificuldades que impedem tal prática.⁴

⁴ Entrevista concedida pelos pais das crianças em 28/10/02.

Foram entrevistados quatro pais de crianças de 6 a 11 anos, que afirmaram que realmente é muito difícil “passearem” com seus filhos. Os principais motivos alegados foram: falta de condições financeiras, dificuldade em lidar com a criança portadora de deficiência mental em lugares públicos, constrangimento enfrentando junto à sociedade.

Falta de Condições Financeiras: os pais trabalham muito (às vezes em até dois empregos) e mesmo assim não conseguem uma renda satisfatória para suprir as necessidades reais da família. Dessa forma, acham que o turismo/excursionismo é considerado algo “supérfluo”, pois primeiro visam conseguir o sustento da casa para depois “passear”. Segundo os pais, as práticas de turismo/excursionismo ficam restritas a passeios em casa de parentes na região, quando gastam apenas o dinheiro do transporte. Disseram também que os passeios realizados pela escola são suficientes para seus filhos, uma vez que as atividades realizadas pela Instituição não têm custo nenhum para a família.

Dificuldade em Lidar com a Criança portadora de deficiência Mental em Lugares Públicos: embora estejam presentes desde o nascimento de seus filhos, os pais alegam não estarem preparados para estarem em lugares públicos com seus filhos, pois a criança portadora de deficiência mental apresenta dificuldades para andar, para comer e se comunicar, tornando-se um empecilho para realização de tais práticas. Acham muito mais cabível oferecer “distração” a seus filhos dentro da própria casa, como: T.V, jogos educativos, entre outros. Relatam que Instituição é quem tem a “obrigação” de estar cumprindo este papel, pois os profissionais envolvidos estão aptos para resolverem qualquer tipo de problema.

Constrangimento Enfrentado junto à Sociedade: os pais relatam que é muito difícil estar junto à sociedade com seus filhos, pois a mesma não se encontra preparada para aceitá-los. Achem que as pessoas olham com sentimento de compaixão para seus filhos e que isso não faz bem para a criança. Alegam que, quando seus filhos estão realizando práticas de turismo/excursionismo junto à uma instituição especializada, isto minorado, pois são diversas crianças viajando juntas, o que diminui o preconceito.

Ao serem questionados sobre a importância das atividades de turismo/excursionismo para seus filhos, os pais responderam que acham muito proveitoso e que essas práticas fazem muito bem para as crianças. Relataram que as mesmas se sentem felizes, satisfeitas e descrevem tudo o que foi visto nas viagens para os seus pais. Novamente, neste momento, citaram a escola como estando muito melhor preparada para isso e que a instituição tem o “dever” de inseri-los em meio à sociedade.

De acordo com as questões discutidas, fica claro que algumas expressam realmente a realidade em relação ao comportamento das crianças portadoras de deficiência em relação às atividades turísticas. A coordenadora pedagógica afirma que as famílias não realizam turismo/excursionismo por motivos financeiros e que, também, depositam toda responsabilidade e complexibilidade do assunto “inclusão” na instituição. Ressalta que, ainda, é muito difícil para as famílias aceitarem uma criança com problemas mentais em sua casa, dessa forma, ocorre o “isolamento” da mesma.

Sobre este assunto, Blascovi-Assis (1997) diz que a família realmente espera que os profissionais envolvidos na educação de seus filhos tenham a tarefa de preencher o tempo de seus filhos e de incluí-los em meio à sociedade.

De acordo com os parâmetros estabelecidos acima, é possível afirmar que a união entre a escola e a família é um fator que se torna indispensável para que as práticas de turismo possam ser realizadas de maneira mais eficaz e produtiva, visando a inclusão social e o desenvolvimento da criança portadora de deficiência mental.

Conclusão

Sendo a Instituição abordada neste estudo, uma entidade sem fins lucrativos, a realização de atividades turísticas acaba sendo algo difícil de se realizar, uma vez que a mesma depende apenas de doações feitas pela comunidade, e qualquer atividade turística, por menos ambiciosa que seja, requer algum tipo de investimento. Mesmo assim, através das práticas de turismo aqui analisadas pôde-se perceber a importância que as mesmas podem representar para o desenvolvimento das crianças portadoras de deficiência.

No que se refere ao fator de inclusão social, pode-se dizer que o turismo/excursionismo proporciona, da melhor forma possível, o contato da criança portadora de deficiência com mundo real, dando-lhes a chance de uma participação significativa junto à sociedade. Muitos ainda abordam o tema com um certo descaso, no entanto, a sociedade por mais que não esteja preparada, vem apresentando sinais de avanço e se moldando para receber um indivíduo “especial” em seu cotidiano.

O desenvolvimento obtido pelas crianças portadoras de deficiência na realização de práticas turísticas também é algo muito satisfatório, de acordo com os profissionais e pais, embora ainda não haja um envolvimento pleno entre escola e família (isso é o que seria ideal para o total sucesso da atividade). As famílias ainda

apresentam certa dificuldade para lidar com os problemas de deficiência mental de seus filhos, porém, acredita-se que aos poucos irão perceber o importante papel que têm nesta difícil tarefa.

É preciso que mais estudos sejam realizados sobre esta temática, principalmente aqueles que enfoquem as crianças, pois é necessário que as mesmas estejam satisfeitas com as atividades propostas, para que o objetivo possa ser alcançado. Entende-se, porém, que uma pesquisa desta proporção deveria também envolver outros profissionais, tais como: psicólogos, terapeutas ocupacionais, dentre outros, para complementar o trabalho do bacharel em turismo.

Contudo, soube-se no decorrer desta pesquisa que, para as crianças portadoras de deficiência mental da Instituição de Americana abordada, os “passeios” são, além de “divertidos”, algo que lhe proporciona intenso prazer e isso se torna um fator de extrema importância, pois de nada valeria a realização de atividades turísticas, se as mesmas não mostrassem interesse por esse tipo de prática.

Mesmo com todos os problemas e dificuldades apontadas no decorrer deste trabalho, pode-se auferir neste momento que a pesquisa revelou que a Unidade de Americana está conseguindo promover benefícios para as crianças portadoras de deficiência mental através de atividades turísticas, e que o turismo/excursionismo, organizado de forma a atender às expectativas desta demanda tão especial, pode ser um elemento essencial no desenvolvimento do portador de deficiência mental, proporcionado a inclusão social e acima de tudo seu bem estar.

Referências Bibliográficas

ANDRADE, José Vicente de. **Turismo: fundamentos e dimensões**, (Série Fundamentos), São Paulo: Ática, 1998.

BARRETO, Margarita. **Manual de iniciação ao estudo do turismo**, (Coleção Turismo), 2ª ed., Campinas, SP: Papyrus, 1997.

BAUPRÉ, Pauline. “O Desafio da Integração Escolar: ênfase na aprendizagem acadêmica”, In: Maria Teresa Eglér MANTOAN et. al. **A Integração de Pessoas com Deficiência**, São Paulo: Menon: Senac, p. 162-166, 1997.

BLACOVÍ-ASSIS, Silvana Maria. **Lazer e Deficiência Mental: o papel da escola em uma proposta de educação pelo e para o prazer**. Campinas, SP: Papyrus, 1997.

DUMAZEDIER, Joffre. **Lazer e Cultura popular**. São Paulo: Perspectiva, 1976.

FOSTER, Douglas. **Viagens e Turismo: manual de gestão**, (Hotelaria e Turismo). Portugal: Cetop, 1992.

MARCELINO, Nelson Carvalho. **Pedagogia da Animação**, Campinas: Papyrus, 1999.

MARQUES, Carlos Alberto. “Integração: uma via de mão dupla na cultura e na sociedade”, In: Maria Teresa Eglér MANTOAN et. al. **A Integração de Pessoas com Deficiência**, São Paulo: Menon: Senac, p. 18-23, 1997.

MELLO, Ana Maria S. Ros de. “Autismo e Integração”. In: Maria Teresa Eglér MANTOAN et. al. **A Integração de Pessoas com Deficiência**, São Paulo: Menon: Senac, p. 13-17, 1997.

PADILLA, Óscar de la Torra. **El turismo: fenómeno social**, 2ª ed. México: Fundo de Cultura Economica, 1997.

PAIVA, Maria das Graças de Menezes V. **Sociologia do Turismo**, Campinas, SP: Papyrus, 1995.

PEARCE & BUTLER, Douglas, Richard W. **Desenvolvimento em Turismo**: temas contemporâneos, (Turismo Contexto), São Paulo: Contexto, 2002.

OMT – Organización Mundial del Turismo. **Introducción al Turismo**, Madrid, Espanha: OMT, Junio 1998.

SOUZA, Arminda Mendonça & Corrêa, Marcus Vinícius M. **Turismo**: Conceitos, Definições e Siglas. 2ª ed., Manaus: Valer, 2000.

SPROVIERI, Maria Helena S. “A Integração da Pessoa Deficiente”, In: Maria Teresa Eglér MANTOAN et. al. **A Integração de Pessoas com Deficiência**, São Paulo: Menon: Senac, p. 104-108, 1997.

TRIGO, Luiz Gonzaga Godoi. **Turismo Básico**, (Apontamentos Turismo), 2ª ed. São Paulo: Senac, 1998.

Entrevistas

I – Entrevista concedida pela coordenadora pedagógica da Instituição de Americana, (que preferiu não ser identificada), 04/09/2002 às 13h30min.

II – Entrevista concedida pela coordenadora pedagógica e duas professoras (que preferiram não ser identificadas), 18/10/2002, às 14h30min.

III – Entrevistas informais com crianças, inseridas na educação especial, de 6 a 11 anos da Instituição de Americana.

IV – Entrevista com quatro pais (que preferiram não ser identificados) de crianças portadoras de deficiência mental integrantes da Instituição Americana.



Capítulo III

POSSIBILIDADES E PRÁTICAS DO TURISMO NA VELHICE

Ana Cláudia Mendes¹

Nossa infância está em nós,
nós a vivemos, e depois a relembramos dia após dia, por toda vida.
Mas nossa velhice está ainda no futuro,
ela está sempre à nossa frente e não há o depois dela.
Curiosamente, se em nosso espírito
a idéia de juventude é sinônimo de futuro e a velhice de passado,
a realidade é exatamente o inverso.
Não se pode dizer “Eu serei jovem” e “eu fui velho!” (Pierre Guillet)

Ao analisar-se as ofertas de turismo existente no mercado para os idosos, verifica-se que o que existe é, na verdade, uma oferta para indivíduos que possuem um perfil sócio-econômico para integrar os chamados grupos da Terceira Idade.

¹ Bacharel em Turismo pelo Centro Universitário Salesiano de São Paulo, Unidade Americana.

Os idosos que não se enquadram nesse perfil acabam sendo excluídos pela sociedade, inclusive pelo profissional de turismo. Verifica-se, então, que existem duas categorias, socialmente construídas, que envolvem os idosos: a Velhice e a Terceira Idade.

Como algumas análises demográficas realizadas pela ONU (Organização das Nações Unidas) em 1999 apontam a tendência de envelhecimento da população mundial (Araújo, 2000/2001), a pesquisa que deu origem a este capítulo propôs-se a fazer uma análise sobre a velhice, a Terceira Idade, o lazer, o turismo e a prática dessas atividades (assim como as suas restrições) no asilo Lar dos Velhinhos São Vicente de Paula, em Americana/SP, escolhido como objeto de estudo deste trabalho.

O objetivo foi investigar as possibilidades e práticas de turismo nesse asilo para mostrar o quanto os limites sócio-econômicos e psico-motores dos idosos podem interferir na vivência plena do que é chamado de Terceira Idade ou de Melhor Idade.

Além disso, esse texto se propõe a demonstrar o quanto as atividades turísticas podem contribuir para um “resgate” do convívio social e para que o envelhecimento deixe de ser um período de perdas, passando a ser considerado, também, um processo de novas experiências e oportunidades para explorar outras identidades. Nessa perspectiva, o turismo pode ajudar a transformar o envelhecimento em uma experiência mais gratificante, para que este não seja apenas um período de inatividade e exclusão social.

O principal referencial teórico foram obras da antropóloga Guita Grin Debert. Debert realizou várias pesquisas em asilos públicos e privados da cidade de São Paulo para estudar temas ligados à velhice e à terceira idade. A leitura de suas obras

possibilitou não somente um embasamento teórico, mas também um referencial para a execução da pesquisa de campo no asilo público Lar dos Velinhos São Vicente de Paula.

As técnicas utilizadas para a pesquisa de campo foram qualitativas, centradas em estudo de casos e observação do dia-a-dia dos internos. Foi aplicada, com mais frequência, aos sábados, pois o domingo é o principal dia de visita dos familiares e é também o dia em que ocorrem os bailes e as festas dos aniversariantes, sendo que uma delas pôde ser presenciada.

Para as entrevistas com os internos não foi efetuado nenhum questionário. O método utilizado foi o de iniciar uma conversa informal e, aos poucos, introduzir o assunto desejado. Pôde-se perceber que, assim, os idosos abriam-se com mais facilidade e que gostavam muito dessas “conversas”, pois era um momento em que alguém se dispunha a ouvi-los e dar-lhes atenção. O mais complicado foi direcionar a entrevista para que eles falassem sobre as viagens e as atividades de lazer, pois preferiam assuntos como a família e o trabalho. Nesses momentos era preciso um pouco de paciência e delicadeza para retomar o assunto principal, sem ofendê-los ou chateá-los.

Nas entrevistas com os funcionários do asilo foram levantadas diversas questões relacionadas ao lazer, ao turismo e ao cotidiano dos idosos. Estes foram muito prestativos e atenciosos, fornecendo, além das entrevistas, material escrito sobre o asilo.

Um dos pontos positivos da pesquisa foi a constatação de que existem muitas possibilidades para melhorar a qualidade de vida dos idosos que residem em instituições públicas e que, uma delas, pode ser a prática do turismo (voltada a esse público específico, desenvolvida por profissionais da área).

1. Velhice e Terceira Idade

1.1 – Velhice

Segundo Araújo (2000/2001), algumas análises demográficas realizadas pela Divisão de População da Organização das Nações Unidas têm apontado a tendência de envelhecimento da população mundial. As previsões indicam, para o ano de 2050, uma população com sessenta anos ou mais bem próxima dos dois bilhões de pessoas. “Atualmente, uma em cada dez pessoas tem sessenta anos ou mais, e estudos das Nações Unidas projetam que, em 2050, uma em cada cinco estarão com essa idade e, pela primeira vez na história da humanidade, o número de pessoas com sessenta anos ou mais será maior do que a população de crianças (0-14 anos)” (Araújo, 2000/2001, p. 10).

De acordo com Debert (1994), a velhice não é uma categoria natural, mas sim uma categoria socialmente produzida. Dessa forma, há uma distinção entre o ciclo biológico do ser humano – nascimento, crescimento e morte – e um fato social e histórico, que seria a grande variedade de formas pelas quais o envelhecimento é concebido e vivido.

Por essa perspectiva – as representações sobre a velhice, a idade a partir da qual os indivíduos são considerados velhos –, e a maneira como são tratados possuem significados particulares e diferenciados em contextos históricos, sociais e culturais distintos.

Debert (1999a) cita o exemplo de Fortes, que realizou uma pesquisa sobre a idade cronológica nas sociedades ocidentais e não-ocidentais. Na maioria destas, estudos antropológicos demonstraram que os estágios de maturidade – etapas da vida como a infância, adolescência e velhice – não são reconhecidos apenas pelo

desenvolvimento biológico, mas também pela capacidade de realizar certas tarefas. Nas sociedades ocidentais modernas, no entanto, a idade cronológica é um mecanismo que atribui a conquista da maioria legal, da entrada no mercado de trabalho ou do direito à aposentadoria. É um critério que determina os direitos e deveres do cidadão e que envolve praticamente todas as esferas trabalhistas e familiares, interferindo na organização do sistema produtivo e econômico, das instituições educacionais, do mercado de consumo, das políticas públicas etc. Um exemplo disso, segundo Araújo (2000), foi que a ONU (Organização das Nações Unidas) definiu, em 1982, na Assembléia Mundial sobre o Envelhecimento, população idosa como o grupo de pessoas com sessenta anos ou mais.

Papaléo (1999) afirma que nas sociedades “primitivas” os velhos eram objeto de veneração e respeito, sendo-lhes confiados negócios de grande importância econômica e social, além de muitos jovens recorrerem a eles em busca de conselhos. Na doutrina de Confúcio (551-479 a.C.) todos os elementos da família deveriam obedecer aos mais velhos, havendo, portanto, uma supervalorização da tradição e dos ensinamentos dos mais idosos.

No entanto, com a Revolução Industrial e os avanços tecnológicos dela resultantes, a força de produção ganhou extrema importância e o indivíduo passou a ser julgado por sua capacidade de produzir. Quanto mais nova a “máquina”, maior é a produção. Segundo Debert (1999a), esse movimento que marcou as sociedades modernas – principalmente a partir da segunda metade do século XIX – levou a velhice a ser tratada como uma etapa da vida caracterizada pela decadência física e ausência de papéis sociais. Debert afirma que o avanço da idade como um processo de perdas e dependência (que acabou por originar

uma identidade de condições aos idosos) é o responsável pelas imagens negativas associadas à velhice. Em nossa sociedade, mesmo quando a velhice não se associa à pobreza ou à invalidez, esta tende a ser vista como um período dramático por implicar a passagem de um mundo amplo e público para um mundo restrito e privado.

De acordo com Lima (1983), a velhice enquanto uma categoria também é uma construção da sociedade. Para a autora, existe uma variabilidade cultural e histórica nas concepções que cada sociedade constrói sobre a velhice e o envelhecimento passa a ser, então, um processo biológico que foi culturalmente conceituado e socialmente construído. Por isso, ela propõe uma distinção entre o processo de envelhecimento – enquanto noção biológica de desenvolvimento dos indivíduos – e a velhice, um conceito referente à forma como cada sociedade conceitua esta fase da vida. Lima usa como exemplo as sociedades industrializadas, nas quais a velhice como categoria social surgiu na medida em que os velhos foram caracterizados como seres inativos, não consumistas e sem controle sobre o próprio corpo.

Nesta perspectiva, Featherstone (1994) afirma que a perda dos controles físicos – fala, audição, visão, mobilidade – e dos controles emocionais – raiva, choro, desespero etc – constituem a máscara da velhice, institucionalizada e encarada como uma espécie de doença social.

1.2 Velhice no Brasil

Segundo Debert (1994), a Gerontologia (ciência que estuda a velhice) brasileira está empenhada em transformar o envelhecimento num processo bem-sucedido. Mas há alguns fatores que dificultam este objetivo e que fazem os gerontólogos reavaliarem o seu discurso.

O primeiro deles é a explosão demográfica, que exigirá um aumento dos gastos públicos para atender as necessidades da população idosa. Até pouco tempo atrás o Brasil era chamado de país dos jovens. Mas essa realidade está se transformando e, num futuro breve, o Brasil talvez se transforme num país de idosos:... a partir do ano 2000, a população brasileira de 60 anos ou mais estará crescendo a taxas oito vezes superiores às taxas de crescimento da população jovem; o Brasil será o quinto ou sexto país com maior população idosa do mundo. (Debert, 1997, p. 45). A virada do século deverá encontrar o Brasil com 8,7 milhões de pessoas com 65 anos e mais, sobreviventes de coortes nascidas até 1935. Isto quer dizer que 1 de cada 20 residentes no país será idoso. Vinte anos mais tarde essa relação será de 1 para 13 (Debert, 1999a, p. 38).

Para o Estado brasileiro, os custos do envelhecimento são desafiadores e alarmantes, pois os mecanismos que este possui para lidar com os problemas da velhice avançada são precários e escassos. Os custos médicos, assistenciais e da aposentadoria indicam que o sistema atual para a gestão da velhice é inviável e que, provavelmente, não poderá arcar com esses gastos sociais num futuro bem próximo.

Outro elemento que Debert & Simões (1994) destacam é a forma como o capitalismo – enquanto sistema econômico – impõe-se no Brasil. O idoso é abandonado pela sociedade e pelo Estado a partir do momento em que não se constitui mais como mão-de-obra apta ao trabalho e, dessa forma, a miséria e a exclusão (tão presentes para uma grande maioria da população brasileira) se acentuam ainda mais na velhice. Assim, a imagem do velho brasileiro acaba sendo, quase sempre, a de vítima do sofrimento, um ser discriminado, pobre, isolado e dependente da família ou do governo. São estes os idosos que acabam por residir em instituições caritativas. Tal fato

reafirma para a autora a idéia de que, se a reprivatização da velhice parece prometer aos idosos uma fase da vida feliz e dinâmica, ao mesmo tempo exclui os que não possuem recursos, restando-lhes apenas os asilos públicos.

Por outro lado, Debert (1999a) aponta as novas tendências das pesquisas em Gerontologia, que procuram substituir a imagem do idoso como “fonte de miséria” por uma perspectiva do idoso como “fonte de recursos”. Essas pesquisas foram baseadas em dados qualitativos, com grupos de idosos que fazem parte dos programas voltados à Terceira Idade. Nesses grupos, o abandono e a solidão são substituídos pela imagem dos mais velhos como seres ativos e as atividades de lazer por eles praticadas redefinem as relações com a família, parentes e mudanças sociais que marcam esta etapa da vida.

Para Debert & Simões (1994), a perspectiva do idoso como fonte de recursos exige a criação de um novo ideal de produtividade, com receitas que ensinam – aos que não querem sentir-se velhos – a maneira adequada de dirigir a vida e participar de atividades de lazer e de prevenção contra a velhice. Dessa forma, os idosos que não se envolverem com programas voltados para a Terceira Idade ou que não se empenharem em desenvolver novas atividades nesse período da vida são considerados, pela sociedade, como seres inativos e problemáticos, ou seja, são os velhos que se enquadram na categoria da velhice, construída socialmente.

1.3 – Terceira idade

De acordo com Debert (1997), a expressão Terceira Idade originou-se na França, com a invenção das Universidades para a Terceira Idade, na década de 1970. Alguns pesquisadores que

estudam a velhice atribuem essa expressão como uma forma de tratamento para as pessoas de mais idade, expressão essa que ainda não adquiriu uma conotação depreciativa e nem está associada com uma idade cronológica precisa. Atualmente, o termo Terceira Idade vem sendo substituído também por Melhor Idade.

O francês Philippe Ariès (apud Debert, 1999b) apontou três mudanças ao longo do período que vai do final do século XIX até os dias atuais, que explicam as diferentes formas como cada geração de idosos viveu o período da velhice.

De acordo com Ariès, para a geração nascida em meados do século XIX a velhice era vivida como uma etapa de transformações significativas no estilo de vida, costumes, roupas, adornos usados e até na postura em público. Era como se, a partir de uma determinada faixa etária, as pessoas se uniformizassem.

Já os indivíduos nascidos nas duas últimas décadas do século XIX viveram o que se chama de “a geração do progresso”, demonstrando verdadeiro horror à velhice. Para eles, as tecnologias da vida moderna permitiam viver esse período sem incômodos e por isso não viam razão para a aposentadoria e o abandono do poder e das posições sociais ocupadas na idade adulta.

Ariès afirma que, ao contrário destes, a terceira geração (nascida entre 1910 e 1920) começou a ver com satisfação a aposentadoria e a partir desse momento desenvolveu-se um mercado para a terceira idade, com a formação de profissionais especialistas nesse campo.

Para Debert (1997), a terceira idade foi um termo inventado e constitui-se de uma nova etapa que se interpõe entre a idade adulta e a velhice, criada especialmente para reincorporar os mais velhos na sociedade.

Dada essa perspectiva, a autora afirma que a invenção da terceira idade pode ser compreendida como fruto do processo de socialização da gestão da velhice, que se transformou em uma questão pública, mas que durante muito tempo foi considerada um problema privado e familiar, de previdência individual ou de associações filantrópicas. Um dos fatores que proporcionou e ainda proporciona a participação de idosos em grupos da terceira idade foi a universalização do direito à aposentadoria, que garantiu uma remuneração na última etapa da vida. Para estes, a aposentadoria deixou de ser um momento de descanso e recolhimento e passou a ser um período de práticas de atividades de lazer, inclusive de turismo.

Ainda de acordo com Debert (1997), a terceira idade pode ser encarada como um agente de combate à velhice, através de programas que visam transformar o envelhecimento em uma experiência mais gratificante, ou seja, um período propício para a satisfação pessoal, o prazer e a realização de sonhos adiados ao longo da vida. Nestes programas está englobado um conjunto bem diversificado de iniciativas por parte de agências públicas e privadas voltadas aos mais idosos, como, por exemplo, as escolas e universidades para a terceira idade, os grupos de convivência de idosos, clubes da terceira idade etc., todos com o objetivo de proporcionar um convívio social aos participantes.

Debert (1997) aponta que muitos destes programas voltados para a terceira idade são utilizados pela mídia e pelos especialistas em Gerontologia como exemplos para demonstrar que o envelhecimento pode ser vivido de maneira inovadora, satisfatória e gratificante. Na maior parte das vezes, as atividades desenvolvidas por estes programas são organizadas por especialistas com formação

ou treinamento nessa área e se constituem, basicamente, de trabalhos manuais, bailes, passeios, excursões, ginásticas, viagens, bingos ou outras atividades de lazer. Já nas escolas e universidades a ênfase maior é em aulas, palestras e conferências, que podem proporcionar aprendizados e experiências que dão uma nova identidade ao grupo e uma particularidade no processo de envelhecimento de cada um.

A autora enfatiza também que a própria mídia transformou o envelhecimento num novo mercado de consumo, no qual este processo pode ser retardado através de alguns procedimentos e tecnologias, como: uma nova carreira profissional, atividades que envolvam a manutenção do corpo (dança e ginástica), uso de cosméticos, vestuário e outras mercadorias que façam com que os mais velhos sintam-se rejuvenescidos. Esse mercado trouxe uma nova forma de tratamento aos mais idosos e aos aposentados: “a terceira idade substitui a velhice; a aposentadoria ativa se opõe à aposentadoria; o asilo passa a ser chamado de centro residencial, o assistente social de animador social e a ajuda social ganha o nome de gerontologia” (Debert, 1999a, p. 61).

Segundo Laslett (apud Debert & Simões, 1994), a invenção da terceira idade é uma experiência inusitada de envelhecimento, cuja compreensão não se deve somente ao prolongamento da vida nas sociedades contemporâneas. Segundo este autor essa invenção requer a existência de uma “comunidade de aposentados”, com saúde, independência financeira e outros meios apropriados para tornar essa fase da vida propícia à auto-realização e satisfação pessoal.

Através desta perspectiva, Debert (1997) afirma que as práticas relacionadas com a terceira idade indicam uma nova

sensibilidade em relação à vida adulta e à experiência de envelhecimento, mas que o uso do termo “terceira idade” gera exclusão e uma configuração específica aos mercados de consumo e demandas políticas ligados aos idosos. Essa idéia também é expressa por Ariès (apud Debert, 1999b), para o qual a terceira idade é uma forma de colocar o dinheiro dos mais velhos em circulação, intensificando ainda mais sua segregação.

Para Debert (1997), a terceira idade é um elemento ativo no processo de reprivatização da velhice – ou seja, a transformação desta em uma responsabilidade individual –, pois a conquista de experiências inovadoras e bem-sucedidas não deixa espaço para situações de dependência e abandono (tão comuns em instituições caritativas que abrigam idosos). Debert conclui, portanto, que para fazer parte da terceira idade o idoso precisa enquadrar-se num estilo de vida e padrão de consumo específicos, com possibilidades econômicas e psicomotoras de praticar atividades de lazer e turismo. Assim, o idoso acaba por constituir-se em um ator político e o envelhecimento num novo mercado de consumo, envelhecimento este que deve ser, antes de tudo, um compromisso de envelhecimento positivo.

A categoria “terceira idade” exclui os idosos não-consumidores, muito velhos e com problemas físicos e psicológicos, presentes na velhice mais avançada. O idoso que não possui recursos financeiros, boas condições físicas, motoras e psicológicas não é capaz de responsabilizar-se pelo seu próprio processo de envelhecimento e acaba não tendo a “receita” para fazer parte da terceira idade. Torna-se, então, abandonado ou dependente e essa situação passa a ser vista como uma consequência da falta de envolvimento em atividades motivadoras ou da adoção de formas de consumo e estilos de vida inadequados.

O envelhecimento bem-sucedido e inovador não pode fechar o espaço para a velhice abandonada e dependente, nem transformá-la em consequência do descuido pessoal. A idéia do idoso como fonte de recursos não pode nos levar a responsabilizar os indivíduos pela perda de habilidades e controles físicos e emocionais que o processo de envelhecimento desencadeia (Debert, 1997, p. 51).

No asilo Lar dos Velhinhos São Vicente de Paula, em Americana, foram realizadas pesquisas de campo com os idosos e funcionários do local. Verificou-se que os residentes desse asilo não se constituem em um público com características para integrar a Terceira Idade e que são esquecidos pelos próprios profissionais do turismo, em virtude disso. Esse esquecimento por parte da sociedade faz com esses idosos sintam-se ainda mais fragilizados, dependentes, abandonados e excluídos socialmente.

2. O asilo como instituição

Muitos pesquisadores da velhice buscam algumas orientações para o tratamento dos idosos asilados. Debert (1999a) destaca duas delas: a visão das vantagens do envelhecimento e a idéia da solidão como o grande drama da velhice.

Para Debert, pesquisar a velhice em asilos sempre envolve essas duas facetas (bem distintas uma da outra). Uma delas mostra o asilo como sendo a concretização dramática da solidão, abandono e desprezo a que são destinados aos idosos na nossa sociedade. A outra reflete sobre as vantagens do envelhecimento: a sabedoria, a experiência acumulada ao longo da vida e a libertação das angústias

e da pressa tão características dos mais jovens. Sob essa segunda orientação, o idoso transforma-se em um historiador do seu próprio passado e passa a ser visto como depositário de um saber e experiência únicos e exclusivos, proporcionados pelos anos vividos. A memória e a história tornam-se bens preciosos para serem transmitidos aos mais jovens e garantir, assim, a dignidade e o respeito pelos mais velhos.

Segundo Debert (1999a) o asilo de idosos é uma das mais típicas “instituições sociais”. São quatro as mais marcantes características do modelo de instituição, presentes no asilo: todos os aspectos da vida do interno são realizados no mesmo local e sob uma única autoridade; cada fase diária da vida do participante é realizada na companhia de outras pessoas (geralmente, de um grupo numeroso de indivíduos); as atividades diárias são estabelecidas rigorosamente em horários; e toda essa seqüência de atividades é imposta por um grupo de funcionários, com o objetivo de atender as metas oficiais da instituição.

Porém, nessa identificação do asilo com as instituições existe, para Debert, algumas diferenças que devem ser apontadas. No asilo, por exemplo, o idoso pode sair e entrar com freqüência, além de a participação nas atividades programadas ser mais maleável do que em instituições como prisões, manicômios ou conventos.

Além disso, Debert (1999a) destaca os múltiplos papéis sociais que os residentes de asilos geralmente ocupavam na sociedade. Para muitos deles, a entrada no asilo representa uma possibilidade de retomar esses papéis sociais, de garantir a sua independência e de ter uma vida social intensa.

O projeto de entrar no asilo abre a possibilidade de manter três conjuntos de valores, cuja importância os residentes não se cansam de reiterar: manter a independência funcional, ameaçada ante as deficiências físicas próprias da idade; não ser um estorvo para os filhos; e participar de uma vida social ativa (Debert, 1999a, p. 112).

Muitas vezes, contudo, é a impossibilidade desse resgate que torna a vivência dentro do asilo decepcionante para grande parte dos internos. Uma entrevista no Lar dos Velhinhos confirmou isto: “Quando eu vim morar aqui, pensei que fosse diferente, mas a gente não tem nada para fazer o dia todo”.²

Para Debert (1999a), isso complica a tarefa que os profissionais do asilo têm em transformar esse espaço num substituto para a própria residência (desejo que se espelha no fato comum destas instituições serem chamadas de “lar”, “lar dos velhinhos”) e cria empecilhos para as iniciativas que procuram tornar a experiência institucional bem sucedida.

Outro empecilho, de acordo com Dets (1993), diz respeito ao ingresso do idoso na instituição, pois na maioria dos casos a iniciativa partiu da própria família e, em alguns deles, contra a vontade do idoso. Isso também acontece no asilo Lar dos Velhinhos São Vicente de Paula: “Só estou no asilo porque não consigo viver bem com as minhas duas noras, então meus filhos decidiram que era melhor eu vir morar aqui”.³

² Maria Helena, residente do Lar dos Velhinhos São Vicente de Paula, em entrevista realizada no dia 13/07/02.

³ José, residente do Lar dos Velhinhos São Vicente de Paula, em entrevista realizada no dia 13/07/02.

Quando isso ocorre, os residentes apresentam maior resistência em aceitar residir no asilo. Já aqueles que ingressam na instituição por livre escolha, ou por não possuírem outra alternativa de vida, sofrem o processo de adaptação com menor intensidade (pois associam a entrada no asilo com a chance de ter companhia e uma vida social ativa). Em entrevistas realizadas no Lar dos Velhinhos São Vicente de Paula, pôde-se verificar que os principais motivos alegados pelos idosos para a permanência no asilo são a dificuldade de convivência com os filhos – dificuldade que se agrava após o casamento destes – e a impossibilidade financeira da família em assumir os gastos com os mesmos.

Mas se o que a maioria dos residentes de asilos procura é o entrosamento social, Deps (1993) observou em suas pesquisas nessas instituições que o que acaba ocorrendo, muitas vezes, é a falta de participação nas atividades programadas pela instituição e o não entrosamento (que é tão desejado) entre os residentes. Através de uma fala de um dos entrevistados do Lar dos Velhinhos, percebe-se o mesmo problema neste asilo: “não gosto de jogar baralho ou damas, às vezes as coisas para se fazer aqui são muito chatas”.⁴

Deps (1993) observou alguns motivos dos idosos para conversarem pouco entre si e os principais indicados foram: convívio dificultado por agressividade, intrigas, desentendimentos, senilidade e indiferença; doença (dores, falta de ar, deficiências auditivas ou visuais); falta de assunto por não saírem ou não lerem; assuntos desinteressantes; falta de memória; temperamento de cada um; diferença de idade e necessidade de silêncio. No Lar dos Velhinhos São Vicente de Paula isso também ocorre e alguns

⁴ João, residente do Lar dos Velhinhos São Vicente de Paula.

entrevistados disseram que não conversam muito com outros residentes porque a maioria não fala nada de interessante ou porque possuem algum problema psicológico (senilidade). “Muitas vezes não tenho vontade de conversar com ninguém, quero ficar quieta... Tem pouca gente aqui que eu gosto”.⁵

Para Debert (1999a), fatores como esses também dificultam a adaptação dos idosos na instituição e essa dificuldade ocorre, principalmente, com os homens. Estes são mais críticos em relação à vida no asilo e alguns fazem questão de demonstrar que a sua permanência será temporária, pois só estão no asilo devido a uma situação financeira difícil ou doença que exige um tratamento cuidadoso. “Eu não gosto de morar aqui, tenho vontade de ir para outro lugar. Como tenho uma boa aposentadoria, acho que até daria, mas nunca fiz isso”.⁶

Debert afirma que entre eles são comuns os projetos para abandonar a instituição, através de um casamento que proporcionará a autonomia funcional e financeira do casal ou por um contrato de trabalho, após o restabelecimento físico. Já as mulheres são mais passivas em relação à vida no asilo e aceitam mais facilmente a situação, devido ao próprio condicionamento social a que foram submetidas e também ao fato de que grande parte nunca trabalhou fora de sua residência. Isso também pôde ser observado no Lar dos Velinhos São Vicente de Paula, pois através das entrevistas nota-se que as mulheres são mais “conformadas” com a situação na qual se encontram, enquanto que os homens, na grande maioria, alegam querer sair do local e levar uma vida diferente (mesmo não tendo condições físicas, psicológicas ou financeiras para tal).

⁵ Maria Antonia, residente do Lar dos Velinhos São Vicente de Paula.

⁶ Natalino, residente do Lar dos Velinhos São Vicente de Paula.

Debert (1999a) pôde concluir, por suas entrevistas, que os maiores temores dos idosos são a senilidade e a invalidez. Muitos preferem a morte que ficar senil ou inválido, pois perspectiva da incapacidade de estabelecer um relacionamento, de não reconhecer os próprios familiares e da perda da locomoção causa medo e provoca, nos mais velhos, o desejo de morrer sem passar por essa etapa da vida. No Lar dos Velhinhos nota-se que os idosos possuem estes mesmos temores e muitos procuram, o tempo todo, garantir que não são senis. “Eu só estou com bronquite agora, mas se for para ficar numa cadeira de rodas e fraca da cabeça igual aquela ali (e aponta uma residente que fica numa cadeira de rodas devido a problemas motores e que realmente apresenta esclerose) eu prefiro morrer”.⁷

Mesmo com todos os problemas existentes dentro do asilo e que a vida institucionalizada seja decepcionante, o projeto de entrar para o asilo, segundo Debert (1999a), abre a possibilidade para o idoso de manter a independência funcional (ameaçada diante das deficiências físicas próprias da idade), de não ser um estorvo para os filhos, de participar de uma vida social ativa – ou nem tanto – e de ter companhia e acompanhamento médico.

A maioria dos entrevistados por Debert concordou que viver no asilo é um privilégio em comparação com a situação de outros idosos que não conseguiram vaga em uma instituição, principalmente se levar em conta a pobreza de grande parte da população brasileira – que acaba contribuindo para que a velhice seja para muitos um período de miséria, de dependência e de exclusão social.

A grande parte dos entrevistados do Lar dos Velhinhos São Vicente de Paula alega que não gosta de viver no lar, mas a

⁷ Nair, residente do Lar dos Velhinhos São Vicente de Paula.

maioria tem consciência que a vida poderia ser pior fora do asilo e que também não possuem um outro local para morar.

Nas entrevistas realizadas, os assuntos preferidos dos idosos são a família (filhos e netos) e o trabalho (que já realizaram ao longo da vida). A maioria tenta justificar sua permanência no Lar, explicando os motivos pelos quais os filhos não podem cuidar deles e demonstra, o tempo todo, a saudade que sente da família ou do tempo em que era jovem e podia trabalhar, o que pôde ser facilmente percebido em trechos de entrevistas. “Quando eu era mais novo, todo final de semana ia à Praia dos Namorados. Tempo bom era aquele”. Ou então “Eu trabalhei quase toda a minha vida num clube recreativo de Paulínia, o Juventus. Eu gostava do que fazia, fui gerente e resolvia muitos problemas para o clube. Me aposentei lá”.⁸

Debert (1999a) destaca ainda que, mesmo que o idoso viva institucionalizado, a presença da família, o carinho e a dedicação dos filhos são fundamentais para que este não se sinta abandonado e possa viver esse período da vida de forma plena, satisfatória e com dignidade. “... as relações familiares ainda são fundamentais na assistência ao idoso e nas expectativas em relação ao processo de envelhecimento” (Debert, 1999b, p. 54).

Aos sábados e domingos, dias em que as visitas aos residentes do Lar dos Velinhos São Vicente de Paula são mais freqüentes, nota-se a alegria dos idosos com a presença dos filhos, netos, amigos ou outros familiares. Nesses dias foi impossível conseguir qualquer entrevista com eles, pois só queriam dedicar total atenção para suas famílias. Foram nesses momentos, também,

⁸ João, residente do Lar dos Velinhos São Vicente de Paula.

que se verificou o quanto o carinho, a atenção, o amor, a paciência e o companheirismo são importantes para estes que deveriam estar na melhor etapa de suas vidas e que, efetivamente, não estão.

2.1 – Lar dos Velinhos São Vicente de Paula⁹

Segundo dados da instituição, o Lar dos Velinhos São Vicente de Paula é uma obra unida à sociedade de São Vicente de Paula, uma organização católica de âmbito internacional que foi fundada em Paris, em 1833, por Antonio Frederico Ozanam.

O patrono da organização é São Vicente, um padre canonizado pelo Papa Clemente XII em 1737 e que foi declarado, em 1885, por Leão XIII, o patrono de todas as obras de caridade da Igreja Católica. Durante sua vida o padre Vicente sempre se preocupou com os pobres, idosos, doentes e com crianças abandonadas.

O fundador da organização, Antonio Frederico Ozanam, nasceu em Milão no ano de 1813 e foi integrante de um grupo de rapazes que saíam às ruas em defesa da fé católica. Ele espelhou sua vida na caridade de São Vicente e escolheu-o como patrono da Conferência de Caridade que fundou em 1833, na cidade de Paris.

Os membros participantes da Sociedade São Vicente de Paula são leigos, chamados de confrades e consórcias (ou simplesmente, de vicentinos) e possuem como objetivo assistir famílias carentes e manter entidades como asilos, creches, hospitais e escolas, sem nenhum fim lucrativo.

⁹ Todas as informações sobre a instituição foram obtidas junto à estagiária de Serviço Social do local, Simone Bicudo, que apresentou um histórico do Lar (desde sua fundação até os dias atuais), elaborado pelos próprios funcionários da secretaria deste estabelecimento.

O Lar dos Velhinhos São Vicente de Paula foi fundado em 1970, pelo prefeito municipal, Sr. Waldemar Tebaldi, mas a obra foi concluída e inaugurada somente em 1978. O Lar é uma entidade civil de direito privado, beneficente, filantrópica (portanto, sem nenhum fim lucrativo), caritativa e de assistência social, com a finalidade de praticar a caridade cristã através de um estabelecimento destinado a abrigar pessoas idosas de ambos os sexos e proporcionar-lhes melhor qualidade de vida.

A capacidade do Lar é de 74 vagas femininas e 74 vagas masculinas. Contava com 98 residentes em setembro de 2002, sendo 51 mulheres e 47 homens. Para residir neste asilo o idoso deve possuir a idade mínima de 60 anos, caso contrário, a situação será analisada pela Assistente Social da instituição e, se realmente houver necessidade, abre-se uma exceção para pessoas com idade inferior ao exigido. De acordo com Simone Bicudo, estagiária de Serviço Social do local, essa norma é uma forma de restringir o atendimento, para que a capacidade de abrigo do Lar não seja ultrapassada. Isso também explica a alta média de idade dos idosos que nele residem, que é de 74 anos.

A instituição é regida por regulamentos internos específicos, aprovados pela diretoria (formada por vicentinos e por voluntários, moradores do município) e obedece a uma hierarquia constituída pelo Conselho Metropolitano (em São Carlos), o Conselho Regional (em Limeira) e o Conselho Central, na própria cidade de Americana. No desenvolvimento de suas atividades não faz distinção aos idosos quanto à raça, cor, condição social, credo político ou religioso, somente em relação à idade.

A entidade é mantida por doações de pessoas físicas e jurídicas, por verba da Prefeitura Municipal de Americana (cerca de

7% das despesas anuais), pelo uso da aposentadoria dos residentes e através da realização de bingos, bazares e do aluguel de um salão de festas pertencente à instituição. As doações por parte das pessoas físicas e jurídicas vêm na forma de alimentos, roupas, dinheiro ou medicamentos e há também o apoio e ajuda financeira das próprias famílias dos internos (aquelas que possuem condições para tanto, uma vez que o residente não precisa ter uma renda para morar no Lar).

Para proporcionar um bom atendimento aos internos e atender às necessidades de saúde, alimentação, higiene, repouso e lazer, o asilo conta com um quadro de funcionários remunerados e voluntários. Entre os voluntários há uma assistente social, um médico neurologista, um médico clínico geral, um médico dermatologista, um médico gastroenterologista, uma estagiária de Serviço Social, manicure, cabeleireiros, barbeiros e pessoas da comunidade que auxiliam na preparação de bingos e festas. Os funcionários remunerados distribuem-se na administração, cozinha, enfermaria, lavanderia e na limpeza.

A instituição mantém um arquivo de relatórios mensais com informações sobre a saúde e necessidades sociais dos residentes e também providencia, junto ao INSS (Instituto Nacional de Seguro Social), a regularização da situação dos idosos que não recebem aposentadoria. A maioria deles aposenta-se por invalidez ou pela idade, sendo que há aqueles que já são aposentados ao ingressarem no asilo.

A área física foi planejada e construída horizontalmente, levando-se em consideração as dificuldades de locomoção e maior vulnerabilidade que os idosos costumam apresentar. Os corredores possuem corrimão em ambos os lados e os pisos são antiderrapantes, sendo que a iluminação, a ventilação e as instalações elétricas e

hidráulicas obedecem aos padrões mínimos exigidos pelo código de obras municipal. Mas a área de lazer e a área verde são espaços limitados para atender às necessidades dos idosos e, além disso, o jardim fica num local com escadarias, fato que acaba por restringir o acesso daqueles que possuem algum problema motor (como os que vivem em cadeiras de rodas, por exemplo).

3. Lazer e turismo

3.1 Lazer: algumas considerações

De acordo com Dumazedier, o lazer é

um conjunto de ocupação às quais o indivíduo pode entregar-se de livre vontade, seja para repousar, seja para divertir-se, recrear-se e entreter-se ou, ainda, para sua informação ou formação desinteressada, sua participação social voluntária ou sua livre capacidade criadora, após livrar-se ou desembaraçar-se das obrigações profissionais, familiares e sociais (Dumazedier, 1973, p. 34).

Para Castelli (2001), o lazer está presente na vida dos homens desde tempos remotos, mas só surgiu como necessidade consciente com a divisão do tempo imposto pela Revolução Industrial. Marcelino (2000) afirma que muitos autores consideram que, se os homens sempre trabalharam, sempre houve, então, um tempo de não-trabalho que poderia ser ocupado com atividades de lazer; porém outros autores consideram o lazer como fruto da sociedade moderna-urbana-industrial.

Segundo Castelli (2001), a civilização industrial atribuiu ao tempo livre um valor singular, em virtude dos novos processos de

produção. As indústrias começaram a atrair a mão-de-obra que necessitavam, ocasionando excessiva concentração urbana e o “inchaço” das cidades. A poluição visual, sonora, do ar, do solo e das águas afetou o estado físico e psíquico do homem urbano. Nesse contexto, de acordo com Castelli, surge a necessidade de um tempo livre para a prática de atividades de lazer. Assim começaram, então, as reivindicações dos trabalhadores pela diminuição da jornada de trabalho, pelo fim de semana livre, férias anuais remuneradas e redução da idade para a aposentadoria. O lazer cresceu, portanto, com a urbanização e a industrialização.

Para Dumazedier (1974), o lazer também é a busca da auto-satisfação, no qual o indivíduo procura suprir as necessidades do corpo e do espírito. Há, portanto, o lazer físico, artístico, social e cultural, condicionados de acordo com o nível sócio-econômico e político-cultural de cada sociedade. Segundo este autor, o lazer resulta de uma livre escolha do indivíduo e o seu caráter desinteressado faz com que quem o pratique não busque fins lucrativos ou utilitários, somente a realização pessoal.

Marcelino (2000) também discute a importância do lazer no cotidiano de cada um e destaca o fato de que o que é prazeroso para um, pode não ser para outro. Para este autor, o tempo de lazer encontra-se em oposição ao tempo do trabalho e não está associado apenas ao descanso e diversão, mas também à quebra da rotina, liberação da imaginação e desenvolvimento pessoal e social de cada indivíduo.

De acordo com Marcelino (2000), o conteúdo das atividades de lazer pode ser altamente educativo pela presença do lúdico, do jogo, da brincadeira, do “faz-de-conta”, sendo que sua escolha deve ser de caráter desinteressado e pode estar presente

em atividades culturais, físicas, intelectuais, manuais, sociais, artísticas ou turísticas. No caso do turismo, a aspiração mais freqüente do ser humano é a busca da quebra da rotina temporal e espacial, novas paisagens, novas pessoas e costumes diferentes.

Outra autora que afirma o mesmo sobre o turismo é Gaelzer (1979). Para ela, dentre as diferentes formas de lazer que podem ser praticadas encontra-se o turismo, que propicia o atendimento de algumas necessidades humanas, como a de aventura, de descoberta, de movimento e de apreciação da natureza.

Como Dumazedier (1999) mesmo afirma, o lazer deve proporcionar diversão, descanso e, principalmente, desenvolvimento pessoal. É com base nessas afirmações que serão analisadas as atividades de lazer existentes ou que poderão vir a existir no Lar dos Velinhos São Vicente de Paula, verificando se estas atendem ou atenderão o que é o principal para esses idosos, ou seja, a auto-satisfação e o desenvolvimento social e pessoal (respeitando a individualidade de cada um).

3.2 Turismo

Segundo Dias & Aguiar (2002), o fenômeno das viagens sempre existiu na história da humanidade. Desde que se formaram as primeiras sociedades, o homem viajou em busca de alimentos ou melhores regiões para o cultivo, além de outros motivos diversos, como os políticos, econômicos, sociais, culturais e esportivos.

Para estes autores, a Revolução Industrial na Inglaterra (no final do século XVIII) foi um dos acontecimentos mais importantes na transformação geral do conceito de viagens, pois esta trouxe a urbanização e a possibilidade de limitar as horas de trabalho e,

efetivamente, a conquista de alguns direitos que permitiram ao trabalhador ter mais tempo livre, como as jornadas de trabalho reduzidas, as férias anuais remuneradas e o descanso do final de semana.

Padilla (1997) destaca a importância das inovações tecnológicas (como a máquina a vapor e, conseqüentemente, a criação dos trens e barcos a vapor) que contribuíram para a melhoria nas comunicações e no acesso a outras localidades. Para Padilla, no século XIX situa-se o início da atividade turística organizada com o surgimento da estrada de ferro, que facilitou o deslocamento de pessoas e provocou um aumento considerável no número de viajantes.

Ainda de acordo com Padilla, o inglês Thomas Cook foi o responsável pela primeira viagem organizada – um grupo de 570 passageiros, membros da “Sociedade da Esperança”, que viajaram de Leicester a Longhborough, marcando assim o início da época moderna do turismo (com grupos organizados para trabalharem na atividade turística, em busca de fins lucrativos).

Para Dias & Aguiar (2002) o turismo vem crescendo muito rapidamente desde então, principalmente na segunda metade do século XX (menos nos períodos da Primeira e Segunda Guerras Mundiais, nos quais a atividade turística ficou praticamente estagnada). Esse crescimento foi responsável pela criação de órgãos ligados ao turismo – como a OMT (Organização Mundial do Turismo, criada em Madrid, no ano de 1974) – e por novos estudos na área.

Com o desenvolvimento da atividade turística, muitos estudiosos buscaram uma definição para o conceito de turismo. De acordo com Beni (2001), existem três tendências de definições para essa atividade: a econômica, a técnica e a holística. A econômica só reconhece as implicações econômicas ou empresariais do turismo; as

técnicas conceituam o turista e o excursionista de uma forma geral e as definições holísticas procuram abranger a essência total do turismo.

Dias & Aguiar (2002) afirmam que no período entre as duas grandes guerras mundiais do século XX, aumentou o interesse das universidades pelo turismo. Durante essa época vários economistas europeus publicaram alguns trabalhos sobre esse tema, dentre eles a chamada Escola de Berlim, com autores como Glucksmann, Schwinck e Bormann. Deste então, existe um amplo debate acadêmico sobre o que é turismo e muitos autores apresentam variadas definições.

Para Glucksmann, turismo é “a ocupação do espaço por outras pessoas que afluem a um lugar onde não possuem lugar fixo ou residência” (apud Dias & Aguiar, 2002, p. 23). Já Bormann define o turismo como “o conjunto de viagens cujo objetivo é o prazer, motivos comerciais, ou profissionais ou outros análogos e durante os quais a ausência da residência habitual é temporária. Não é turismo viagens realizadas para deslocar-se para o local de trabalho” (apud Dias & Aguiar, 2002, p. 23). Para Padilla (1997, p. 16), o turismo é

um fenômeno social que consiste no deslocamento voluntário e temporal de indivíduos ou grupos de pessoas que, fundamentalmente por motivos de recreação, descanso, cultura ou saúde, se deslocam de seu lugar de residência habitual a outro, no qual não exercem nenhuma atividade lucrativa nem remunerada, gerando múltiplas relações de importância social, econômica e cultural.¹⁰

¹⁰ “El turismo es un fenómeno social que consiste en el desplazamiento voluntario y temporal de individuos o grupos de personas que, fundamentalmente por motivos de recreación, descanso, cultura o salud, se trasladan de su lugar de residencia habitual a otro, en el que no ejercen ninguna actividad lucrativa ni remunerada, generando múltiples interrelaciones de importancia social, económica y cultural”.

De acordo com Fúster (1997), a atividade turística é muito abrangente e pode ser definida como o conjunto de turistas, as relações e conseqüências de suas viagens, os equipamentos receptivos (como os hotéis), as agências de viagens, os transportes, os espetáculos, as organizações privadas e públicas que se empenham para fomentar a infra-estrutura e a expansão da atividade, além dos efeitos positivos e negativos sobre a sociedade receptora. Fúster afirma ainda que as viagens turísticas podem ser classificadas pela duração e que o excursionismo seria, então, uma viagem que dura menos de 24 horas e que ocorre, geralmente, nos finais de semana.

Esta definição é ressaltada também por Theobaldi (2001), para o qual existem duas categorias diferentes de viajantes, os turistas e os excursionistas. Ele define turistas como os visitantes temporários que permanecem pelo menos 24 horas no país visitado e cujo objetivo é o lazer, a família, negócios ou reuniões. Já os excursionistas são os visitantes temporários que permanecem menos de 24 horas no destino visitado e não pernoitam.

A OMT (Organização Mundial do Turismo) designa o turista, atualmente, como “toda pessoa que se desloca a um lugar diferente de sua moradia habitual, por uma duração inferior a doze meses, e cuja finalidade principal não é exercer uma atividade que se remunere no lugar visitado”, e turismo “como as atividades que as pessoas realizam durante suas viagens e estadias em lugares diferentes do de sua moradia habitual, por um período de tempo contínuo inferior a um ano, com fins de lazer, por negócios ou outros motivos, não relacionados com o exercício de uma atividade remunerada no lugar visitado” (apud Dias & Aguiar, 2002, p.24).

Mas, segundo Beni (2001), ao mesmo tempo em que o grande número de pesquisadores do turismo mostra a amplitude e a extensão

deste fenômeno, também deixa evidente a insuficiência e a imprecisão das definições existentes. Para Beni, muitos autores sentem uma extrema dificuldade em definir o turismo devido à sua grandiosidade e complexidade, sendo que este pode ser explicado de acordo com diferentes correntes de pensamento e vários contextos sociais.

Padilla (1997) também ressalta que a atividade turística é muito ampla e que não possui um enfoque limitado. Por esses motivos, Beni e Padilla alegam que o turismo não pode ficar limitado a uma simples definição, pois sua amplitude dificulta que estas definições sejam precisas e abrangentes e muitas delas poderão ser imparciais ou mostrarem realidades isoladas.

Através das pesquisas realizadas no Lar os Velinhos São Vicente de Paula e com base nas definições acima, verifica-se que não ocorrem viagens turísticas neste local. No entanto, na discussão sobre a relação entre turismo e velhice talvez se possa encontrar alguns referenciais mais precisos para os objetivos deste trabalho, ou seja, mostrar os benefícios que a atividade turística poderia proporcionar aos idosos. O importante é mostrar que o turismo, desde que não seja apenas um ato conformista de consumo, pode proporcionar socialização e humanização para aqueles que se encontram no período avançado da velhice.

3.3 Turismo e velhice

De acordo com Debert (1998), o estágio mais avançado da vida pode ser um momento propício para novas conquistas – guiadas pela busca do prazer e da satisfação – pois “... as experiências vividas e os saberes acumulados são ganhos que oferecem oportunidades para explorar novas identidades e realizar projetos abandonados em outras etapas da vida” (Palma, 1999, p. 18).

Para Araújo (2000/2001), o turismo e as práticas de outras atividades de lazer surgem, numa idade mais avançada, como opções de diversão e conhecimento e podem propiciar, ao idoso, interações sociais e a conquista de novas amizades, minimizando a solidão e melhorando a sua qualidade de vida. Essa idéia é expressa também por Diogo (1999), que afirma que o convívio social – tão importante ao ser humano em qualquer idade – assume uma relevância significativa na velhice e que a prática do turismo e de outras formas de lazer seriam incentivos para prevenir a solidão e o isolamento.

Para Foster (1992), o turismo é um estímulo às necessidades de mudança, excitação e novidade que o ser humano sente, pois ajuda as pessoas a libertarem-se da vida normal e monótona. Sendo assim, o turismo cria uma expectativa que vai de uma simples fuga à concretização de um sonho, tornando-se uma atividade relevante e de extrema importância para os idosos. De acordo com este autor, são vários os motivos que levam um indivíduo a viajar – como a busca de descanso, aventura, prazer, recreação, esportes, culturas diferentes, negócios etc – e estes dependem muito da idade, disponibilidade e poder aquisitivo de cada um. Desse modo, cada idoso, em particular, poderá obter uma satisfação diferente com o turismo, que irá suprir suas necessidades individuais.

Já Castelli (2001) destaca a importância do tempo livre para a prática do turismo. Ao seu ver, a era moderna impôs um ritmo na vida do ser humano, com uma hierarquia de suas necessidades. Dentre essas necessidades, encontra-se o lazer e principalmente o turismo, que propicia ao indivíduo a oportunidade de sair de sua rotina e liberar-se do stress. Como essa atividade requer tempo, o autor destaca que o período da velhice seria o ideal para a prática do turismo.

Uma vez que os idosos disponham de condições físicas e financeiras para tal (como aposentadoria), essa atividade poderá proporcionar novos aprendizados e realizações pessoais.

Para Debert (1997), efetivamente, a conquista do direito à aposentadoria não só proporcionou ao idoso um recurso para sua subsistência, como também a oportunidade de viajar, expandir seus horizontes e encontrar novos ideais na última etapa de sua vida. Marcelino (2000) também reflete sobre a questão de que os idosos constituem uma faixa etária privilegiada para a vivência do lazer e do turismo, lembrando, no entanto, que a situação de muitos deles, no Brasil, é precária e o que o baixo poder aquisitivo – já que muitos não possuem nem a aposentadoria – acaba provocando a não-vivência da Terceira Idade. Mesmo assim o autor ainda destaca a importância do turismo para os mais velhos, pois essa atividade é uma oportunidade privilegiada para se desenvolver interesses artísticos, físicos, manuais ou sociais, dependendo da individualidade e da particularidade de cada um.

Nesse momento o autor está considerando o turismo como uma prática de lazer cultural, o que, ao seu ver, possibilita um significado mais amplo para esta atividade. Nessa perspectiva o turismo não é apenas uma ocasião de consumo conformista e sim uma oportunidade de desenvolvimento pessoal, social, crítico e criativo do ser humano. Para Marcelino (2000), baseado no Prof. Paulo Salles de Oliveira, o turismo, enquanto uma atividade de lazer, envolve três dimensões: imaginação, ação e recordação. O imaginário seria, antes da viagem, um momento no qual o indivíduo busca informações, fotos, folhetos e tudo que lhe permita um referencial para gozar sua viagem antecipadamente. A ação seria o real, a viagem

em si. É a ruptura como o cotidiano e a vivência de situações novas e diferentes do dia-a-dia. Já a recordação seria um prolongamento da viagem, das imagens e sensações presenciadas. Esse momento, assim como o da ação, é propício para que o indivíduo extrapole seu “eu individual” e socialize-se com amigos e familiares, narrando os acontecimentos e mostrando as fotos, vídeos e *souvenirs*.

Por esses motivos, Marcelino enfatiza bem a importância da prática do turismo em todas as idades e, principalmente, no período da velhice. “Longe de ser considerado simplesmente uma futilidade, ou ‘um desfile superficial por lugares diferentes’, o turismo pode e deve ser entendido como uma atividade cultural de lazer, oportunidade de conhecimento, de enriquecimento da sensibilidade, de percepção social e experiências sugestivas” (Marcelino, 2000, p. 74).

Com base nas afirmações de todos esses autores, verifica-se que a prática do turismo só tende a trazer benefícios aos idosos, melhorando sua qualidade de vida e proporcionando momentos únicos para realizações pessoais e interação social, ou seja, novas amizades, contatos, aprendizados e mudanças que seriam capazes de minimizar muitos dos inconvenientes trazidos pelo avanço da idade.

4. O lazer e o turismo no asilo Lar dos Velinhos São Vicente de Paula

4.1 Motivação dos idosos em relação às práticas de lazer

Através de entrevistas realizadas com a Assistente Social do Lar dos Velinhos São Vicente de Paula, Maria Elizabeth Leoni, e com a estagiária de Serviço Social, Simone Auxiliadora Bicudo,

levando em conta as definições técnicas de turismo de autores utilizados até o momento, verifica-se que no Lar não ocorrem viagens turísticas, apenas excursionismo (que, de acordo com Fúster [1997], é uma variação da atividade turística).

De acordo com Simone Bicudo isto se deve, principalmente, às dificuldades psico-motoras da maioria dos idosos e também pela falta de interesse que grande parte apresenta, pois são sempre os mesmos que participam das atividades de lazer e das excursões.

Essa falta de interesse explica-se, segundo Camargo (1998), devido aos diversos preconceitos ainda existentes em torno do lazer.

O primeiro deles, presente em todos os meios sociais e culturais, afirma que a diversão é uma preocupação para os ricos, pois parques de diversão, cinemas, teatros e longas viagens custam dinheiro. Culpar a falta de recursos é um alibi que frequentemente funciona.

O segundo preconceito, para Camargo, afirma que o trabalho é mais importante que o lúdico. Por mais que a sociedade se transforme em termos de conceitos e valores, o trabalho ainda permanece como o principal sentimento humano de dignidade e identidade, apesar de que hoje já se pensa em “trabalhar para viver” e não em “viver para trabalhar”.

Segundo Camargo, o terceiro preconceito afirma que a diversão atrapalha o trabalho. Muitos setores da sociedade continuam a crer que o divertimento é o responsável pelo pouco empenho das pessoas no dever, pois, no passado, quanto mais se trabalhava mais se produzia (o que já não se verifica nos dias atuais).

Para Camargo (1998), o quarto preconceito afirma que trabalhar é difícil e divertir-se é fácil. Na nossa sociedade, grande

parte dos aposentados não sabe o que fazer com seu tempo livre e não consegue divertir-se sem ter nenhuma obrigação para cumprir. É difícil passar do *homo faber* para o *homo ludens*: “... o emprego sábio do lazer é fruto da civilização e da educação. Um homem que tenha trabalhado longas horas por toda a sua vida ficaria entediado se de repente ficasse ocioso” (Russell, 1977, p. 17).

Marcelino (2000) também reforça essas afirmações e cita, ainda, fatores que, ao seu ver, constituem-se em barreiras para a prática do lazer. Um deles é o econômico, que determina a distribuição do tempo disponível entre as classes sociais e as oportunidades de acesso à escola, contribuindo para uma apropriação desigual do lazer. Outro é o nível de instrução. De acordo com Marcelino, as pesquisas sobre o lazer no Brasil mostram que os participantes dessa atividade são, em linhas bastante gerais, um público jovem e com grau de instrução e condições econômicas acima da média da população brasileira.

Para Marcelino, a faixa etária também se constitui em uma barreira para o lazer, pois os espaços existentes são, predominantemente, para jovens. Os idosos e as crianças são vistos como um “mercado não produtivo”, fato que felizmente vem sendo repensado.

Há, ainda, para o autor, a questão do sexo e do acesso aos espaços de lazer. Quanto ao sexo, as mulheres são desfavorecidas em comparação aos homens, pois lhes é imposta a rotina do trabalho doméstico e, na maioria dos casos, a jornada dupla de trabalho. Já o acesso aos espaços é dificultado em relação ao transporte ou a sua localização, o que acaba restringindo ou inibindo as práticas de lazer.

Marcelino (2000) afirma que, devido ao impacto que a parada do trabalho profissional provoca, mesmo os idosos que

possuem condições de saúde e econômicas sentem relutância em aceitar uma vida de lazer. Para o autor isso acontece devido à forma como a nossa sociedade separa o tempo, dividido em períodos de preparação, de produção e de gozo da vida (sendo que as pessoas, de modo geral, são valorizadas pela sua atividade profissional desenvolvida). “A aposentadoria, por ser assim vista, transforma-se de sonho, em duro pesadelo de pessoas ‘sem função’, quando se vêem sem o ‘seu papel produtivo’” (Marcelino, 2000, p. 44).

Ainda de acordo com Marcelino, além das dificuldades econômicas, de saúde, de locomoção e outras, já citadas anteriormente, os idosos sofrem ainda uma série de preconceitos, deles mesmo (derivados de sua formação voltada para o trabalho) ou da sociedade

... pois passam a ser apontados como transgressores quando tentam quebrar os preconceitos ou o estereótipo do ‘velho bem-comportado’, que ‘sabe o seu lugar’ ‘olha só a assanhada!’, ‘será que ele não se enxerga!’, ‘ora, ele já teve o seu tempo!’. São apenas alguns exemplos do que se ouve quando velhos procuram exercer o seu direito ao lazer, desenvolvendo atividades que ‘fogem do estabelecido” (Marcelino, 2000, p. 45).

No asilo Lar dos Velhinhos São Vivente de Paula, os fatores que dificultam, inibem ou restringem a prática de atividades de lazer (inclusive do turismo), apontados por Camargo (1998) e por Marcelino (2000), estão presentes para a maioria dos internos. A estes se unem, ainda, os problemas psico-motores – dificuldade para andar devido à perda de membros inferiores ou superiores, esclerose, senilidade, perda dos controles físicos etc. – frutos de uma idade bem avançada (já que a média de idade no Lar é de 74 anos).

Esses idosos não foram educados para o lazer e, sim, segundo a ética do trabalho e, em geral, não se constituem em indivíduos que possam integrar grupos da Terceira Idade, pois não possuem a “receita” para tal, ou seja, estilo de vida e padrão de consumo específicos (como, por exemplo, as práticas de lazer e de turismo).

Apesar de todas essas dificuldades, foi feito um estudo das possibilidades de lazer que se apresentam a esses idosos (principalmente no que diz respeito ao turismo), assim como daquilo que já é realizado no Lar e que poderia ser aperfeiçoado.

4.2 Possibilidades e práticas do turismo no Lar dos Velinhos São Vicente de Paula¹¹

Devido a todos os fatores apresentados no item anterior, mesmo as excursões são muito restritas no asilo Lar dos Velinhos São Vicente de Paula. No ano de 2002 foram realizados, de acordo com Simone Bicudo, apenas três passeios: um para o Tivoli Shopping, em Santa Bárbara d’Oeste, um para a Casa de Cultura Hermann Muller e outro para a Praia dos Namorados, ambos em Americana.

Segundo a estagiária de Serviço Social, a dificuldade para se realizar excursões não é nem tanto financeira (já que a entidade recebe doações de pessoas físicas e jurídicas, da Prefeitura Municipal e mantém-se, também, por seus próprios recursos) e sim de locomoção e pela falta de interesse dos internos.

¹¹ Todas as informações sobre o lazer e o turismo no asilo Lar dos Velinhos São Vicente de Paula foram adquiridas junto à estagiária de Serviço Social do local, Simone Auxiliadora Bicudo.

Para resolver o problema da locomoção, a entidade adquiriu um veículo do tipo Van para transportar os idosos, pois este é mais baixo e não possui escadas, fato que facilita muito aos que possuem problemas motores.

Quanto à falta de interesse, os motivos já foram citados. Reafirmando, Marcelino (2000) aponta que, para a prática de atividades de lazer, são necessários o aprendizado, o estímulo e a iniciação aos conteúdos culturais, de forma que seja possível superar o conformismo e ter o lazer como um veículo ou objeto de educação (além de um potencial para o desenvolvimento pessoal e social dos indivíduos).

Há uma grande preocupação por parte da administração do Lar nas questões do lazer e do turismo para os residentes. Por isso, a entidade está providenciando a contratação de uma Terapeuta Ocupacional que, segundo Simone Bicudo, terá a função de estimular os idosos nas práticas de lazer, inclusive na participação em excursões. Bicudo acredita que até o início do ano de 2003 essa profissional já estivesse trabalhando no Lar.

Além disso, espera-se que, com a parceria que está sendo realizada com o setor de Projetos Sociais da empresa Ripasa S/A, possa-se oferecer, em breve, várias atividades de lazer manuais aos idosos, como crochê, tricô, pintura e bordado, além de palestras com os mais variados temas, entre eles saúde e motivação pessoal.

Essa preocupação maior com o lazer manual deve-se ao fato que os idosos que residem nesse asilo passaram toda a sua vida cultivando valores ligados ao trabalho, então, nada mais natural que se sintam úteis realizando esse tipo de atividade (já que as oferecidas atualmente – como dama e baralho – não agradam a maioria).

Essa iniciativa pode ser vista, também, como o princípio de uma educação para o lazer, pois segundo Marcelino (2000), para se educar para o lazer é preciso conciliar a transmissão do que é desejável em termos de valores, funções e conteúdos com a livre escolha e expressão do indivíduo. Só assim o lazer será criativo e gratificante.

O que já existe no Lar e que visa atender o lazer do idoso são as festas mensais (como a dos aniversariantes do mês), os bingos e os bailes que ocorrem todo domingo, com bandas da própria comunidade. Segundo Bicudo, o objetivo dessas festas não é apenas diversão e entretenimento e, sim, integração social, tanto entre os próprios residentes quanto destes com a comunidade local, já que essas festas são abertas a todos. Existem comemorações, também, em datas como o Natal, o Ano Novo, a Páscoa, Dia dos pais e das mães, Festa Junina etc.

Quanto às poucas excursões realizadas, Simone Bicudo afirmou que pôde perceber a satisfação e a alegria dos idosos nesses momentos, nos quais o contentamento deles era visível. Bicudo falou que um deles chegou a dizer o seguinte sobre o Tivoli Shopping: “Se o céu existe, o céu é aqui mesmo”. Para Bicudo, essas atividades valorizam os residentes e aumentam sua auto-estima, além de integrá-los uns com os outros.

Uma medida que o asilo já toma para incentivar a saída dos idosos do Lar para praticar o lazer e o turismo é a campanha “Adote um velhinho”, através da qual cidadãos comuns são estimulados a “adotar” um idoso e oferecer-lhe oportunidades de viagens, pequenos passeios, excursões e outras atividades de lazer. De acordo com Bicudo, essa iniciativa visa somente o lazer do idoso, pois a pessoa que o “adota” não contribui financeiramente com o asilo.

Bicudo citou o exemplo de uma residente, chamada Santana, que foi “adotada” por uma família e que agora sempre

viaja com a mesma, seja nas festas de final de ano ou nos feriados prolongados (momentos em que, geralmente, vai para a praia). Há ainda um outro residente também que sempre vai pescar junto com o senhor que o “adotou”, chegando até a fazer viagens mais longas para locais de pescaria.

Em entrevistas realizadas com os idosos do Lar, verificou-se o sentimento de nostalgia destes em relação ao passado e às viagens que já fizeram: “Quando eu me casei, em 1960, fui para Santos... Foi a viagem que mais gostei na minha vida”.¹² “Quando minha mulher era viva, a gente viajava para a praia todo ano”.¹³

Há, ainda, em alguns deles, o desejo de conhecer novos lugares, de viajar: “Eu queria conhecer o Rio de Janeiro, para ver o Cristo Redentor e passear de bondinho”.¹⁴ Porém, a maioria alega que não tem condições físicas para viajar devido a problemas de saúde. O que mais se nota, mesmo, é a falta de estímulo para que esses idosos participem mais de excursões e até, talvez, de viagens de curta duração (como de dois ou três dias).

Há muitos deles que se sentem inválidos, acham que já não servem para nada, que são um estorvo, esquecidos, rejeitados ou abandonados pela família. Antes de tudo, é preciso mudar o sentimento que muitos possuem de que só estão esperando a morte chegar, que impedem-os de encontrar motivação para traçar outros planos e objetivos nessa etapa de sua vida. Para isso, existe a necessidade de um trabalho profissional e aí se justifica a contratação de uma Terapeuta Ocupacional por parte do Lar.

¹² Maria Helena, residente do Lar dos Velinhos São Vicente de Paula.

¹³ Natalino, residente do Lar dos Velinhos São Vicente de Paula.

¹⁴ Maria Helena, residente do Lar dos Velinhos São Vicente de Paula.

Espera-se, também, que a parceria com o Projeto Social da empresa Ripasa S/A seja positiva e que traga vários benefícios aos idosos, como, por exemplo, mostrar que o lazer pode ser gratificante e que pode proporcionar novos aprendizados e novas conquistas.

Tendo em vista os inúmeros benefícios que o turismo tende a trazer a esses idosos, verifica-se a necessidade de profissionais especializados nessa área que se empenhem em realizar pesquisas que tragam diretrizes para o desenvolvimento dessa atividade para esse público específico. Teria que ser pensado, por exemplo, um replanejamento dos espaços de lazer oferecidos, para que estes atendam a todo tipo de demanda (pois, como Marcelino [2000] mesmo afirma, esses espaços são restritos devido à difícil localização ou à própria disposição dos equipamentos – como os locais com muitas escadas, que dificultam o acesso aos mais velhos).

Mesmo levando em consideração toda a problemática que envolve o turismo para os residentes deste asilo, haveria a possibilidade de organizar-se excursões para locais próximos à cidade de Americana (como, por exemplo, Holambra ou o Taquaral em Campinas), com poucas horas de duração e que não fossem muito desgastantes, considerando, ainda, os problemas psicomotores de cada um. Seria importante, ainda, que nesses passeios os idosos realizassem atividades que lhes fizessem sentir-se úteis – como o plantio de mudas de flores, que ocorre em Holambra por parte dos visitantes – ou então, que resgassem a sua memória, pois segundo Bosi (1994), esse é o seu dom mais precioso.

Como no Lar dos Velhinhos São Vicente de Paula já existe um interesse da própria diretoria da instituição em promover mais atividades de turismo para os internos, se houver uma parceria com

profissionais especializados, muito poderá ser feito para melhorar a qualidade de vida desses idosos. Para tanto, é preciso acabar com os preconceitos existentes em torno dos residentes de asilos públicos (inclusive por parte do profissional de turismo). É certo que muitos dos idosos não foram educados para o lazer e sim apenas para o trabalho e que não se constituem em indivíduos que possam integrar grupos da Terceira Idade, pois não possuem a “receita” para tal, ou seja, estilo de vida e padrões de consumo específicos, além da idade muito avançada. Mas esses idosos não deixam de ter direitos aos benefícios que o turismo pode proporcionar-lhes, tendo a chance de encontrar, na última etapa de suas vidas, um novo sentido para viver e para buscar integrar-se novamente na sociedade.

Conclusão

Através da bibliografia estudada para a execução deste trabalho e das pesquisas de campo realizadas no asilo Lar dos Velhinhos São Vicente de Paula, foi possível concluir que ainda existem muitos preconceitos em relação aos idosos que residem em instituições públicas, inclusive no que se diz respeito à prática do turismo.

Apesar de muitos avanços em torno das pesquisas sobre a velhice e da terceira idade, os idosos de asilos, como o que foi objeto deste estudo, acabam sendo esquecidos pelos profissionais do turismo, pois não se constituem em um mercado específico para integrar a Terceira Idade. São esses os idosos abrangidos pelo conceito de velhice, construído socialmente. Por isso, acabam sendo excluídos da sociedade e o fato de viverem num asilo, longe da família, faz com que muitos deles sintam-se rejeitados, abandonados e sozinhos.

É preciso levar em consideração, ainda, o envelhecimento da população brasileira. Se hoje o Brasil ainda é considerado um país de jovens, logo mais não o será. Portanto, será necessário pensar em todos os problemas e custos que a velhice avançada trará ao Estado.

Nesse momento, o turismo surge como uma oportunidade de reintegrar os idosos na sociedade e por isso, como Marcelino (2000) mesmo afirma, essa atividade não pode ser apenas uma ocasião conformista de consumo e sim uma atividade que promova o desenvolvimento pessoal, social, crítico e criativo do ser humano.

Sendo assim, todos os idosos, inclusive aqueles que residem em asilos públicos como o Lar dos Velhinhos São Vicente de Paula, têm direito ao turismo e aos benefícios que essa atividade poderá proporcionar às suas vidas. Os profissionais dessa área precisam verificar meios de atingir esse público, no qual a grande maioria dos integrantes não está educada para o lazer.

São muitas as dificuldades a serem enfrentadas, principalmente o que diz respeito à motivação e às limitações psicomotoras desses idosos. Por isso, há a necessidade de mais pesquisas que estudem a velhice e não somente a Terceira Idade. Só assim se conseguirá traçar um panorama para o desenvolvimento do turismo nesse público específico, levando em consideração que estão na última etapa de suas vidas e que esta deverá ser, por direito, satisfatória, plena e realizadora.

Referências Bibliográficas

AGUIAR, Marina Rodrigues & Dias, Reinaldo. **Fundamentos do Turismo: conceitos, normas e definições**, Campinas: Alínea, 2002.

ARAÚJO, Cleida Maria Silva. “Turismo para a Terceira Idade: Refletindo o Futuro”, In: *Turismo: Visão e Ação. Vale do Itajaí*, ano 3, nº. 7. Revista Científica do Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Turismo e Hotelaria/UNIVALI, out. 2000/mar. 2001.

BENI, Mário Carlos. **Análise Estrutural do Turismo**, 5ª ed., São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 2001.

BOSI, Ecléa. **Memória e Sociedade: lembranças de velhos**, 7ª. ed., São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

CAMARGO, Luiz Octávio de Lima. **Educação para o Lazer**, São Paulo: Moderna, 1998.

CASTELLI, Geraldo. **Turismo: atividade marcante**, 4ª ed., Caxias do Sul: EDUCS, 2001.

DEBERT, Guita Grin & SIMÕES, Júlio Assis. “A aposentadoria e a invenção da terceira idade”, In: DEBERT, Guita Grin & SIMÕES, Júlio Assis. **Antropologia e velhice**, *Textos didáticos*, Campinas: Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, n. 13, p. 31- 48, março de 1994.

DEBERT, Guita Grin. “Pressupostos da Reflexão Antropológica sobre a Velhice”, In: DEBERT, Guita Grin & SIMÕES, Júlio Assis. **Antropologia e velhice**, *Textos didáticos*, Campinas: Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, n. 13, p. 7-30, março de 1994.

_____. “A invenção da Terceira Idade e a rearticulação de formas de consumo e demandas políticas”, In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. 12, nº. 34, p. 39-56, junho de 1997.

_____. “O idoso brasileiro numa visão antropológica: passado, presente e futuro”, *I Congresso brasileiro de gerontologia social*. Porto Alegre: Sociedade Brasileira de Geriatria e Gerontologia, 1998.

_____. **A Reinvenção da Velhice: Socialização e Processos de Reprivatização do Envelhecimento**, São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: Fapesp, 1999a.

_____. “A construção e a reconstrução da velhice: família, classe social e etnicidade”, In: Anita Liberalesso NERI & Guita Grin DEBERT (orgs.). **Velhice e sociedade**, Campinas, SP: Papirus, p. 41-68, 1999b.

DEPS, Vera Lúcia. “A ocupação do tempo livre sob a ótica de idosos residentes em instituições: análise de uma experiência”, In: Anita Liberalesso NERI (org.) **Qualidade de Vida e Idade Madura**, 2ª. ed., Campinas: Papirus, p. 191-211, 1993.

DIOGO, Maria José D’Elboux. “Consulta de enfermagem em gerontologia”, In: PAPALÉO NETTO, Matheus (Coord.). **Gerontologia: a velhice e o envelhecimento em visão globalizada**, São Paulo: Atheneu, 1999.

DUMAZEDIER, Joffre. **Lazer e cultura popular**. São Paulo: Perspectiva, 1973.

_____. **Sociologia Empírica do Lazer**, São Paulo: Perspectiva, 1974.

FEATHERSTONE, Mike. “O curso da vida: corpo, cultura e o imaginário no processo de envelhecimento”, In: DEBERT, Guita Grin & SIMÕES, Júlio Assis. **Antropologia e Velhice**, *Textos didáticos*, Campinas: Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, n. 13, p. 73-134, março de 1994.

FOSTER, Douglas. **Viagens e Turismo: Manual de Gestão**, Portugal: CETOP, 1992.

FÚSTER, Luis Fernández. **Introducción a la teoría y técnica del turismo**, Madrid: Alianza, 1997.

GAEZLER, Lenea. **Lazer: benção ou maldição**, Porto Alegre: Sulina, 1979.

LIMA, Antonia Pedroso da & VIEGAS, Susana de Matos. “A diversidade cultural do envelhecimento: a construção social da categoria de velhice”. In: *Psicologia*, VI, Centro de Estudos de Antropologia Social – ISCTE, n. 1, p.149-158, 1983.

MARCELINO, Nelson Carvalho. **Estudos do Lazer: uma introdução**, 2ª ed., Campinas, SP: Autores Associados, 2000.

PADILLA, Oscar de la Torre. **El turismo: fenómeno social**, 2ª ed., México: Fondo de Cultura Económica, 1997.

PAPALÉO NETTO, Matheus & PONTE, José Ribeiro da. “Envelhecimento: desafio na transição do século”, In: PAPALÉO NETTO, Matheus (Coord.). **Gerontologia: a velhice e o envelhecimento em visão globalizada**. São Paulo: Atheneu, 1999.

RUSSELL, Bertrand. **Elogio do Lazer**, 2ª ed., Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1977.

THEOBALDI, William F. “Significado, âmbito e dimensão do turismo”. In: THEOBALDI, William F. (org.). **Turismo Global**, São Paulo: SENAC, 2001.

Entrevistas

D) Residentes do asilo Lar dos Velhinhos São Vicente de Paula de Americana:

- João Ortolan, 87 anos, entrevistado no dia 13/07/02.
- José Pereira, 61 anos (segundo informação da instituição), entrevistado no dia 13/07/02.
- Maria Antonia de Souza, 98 anos (segundo informação da instituição), entrevistada no dia 20/07/02.
- Maria Helena dos Santos Golfi, 70 anos, entrevistada no dia 13/07/02.
- Nair de Campos, 77 anos (segundo informação da instituição), entrevistada no dia 20/07/02.

- Natalino Sacilotto, 88 anos (segundo informação da instituição), entrevistado no dia 13/07/02.

II) Funcionários do Lar dos Velinhos São Vicente de Paula de Americana:

- Maria Elizabeth Leoni, Assistente Social, entrevistada no dia 19/04/02.

- Simone Auxiliadora Bicudo, estagiária de Serviço Social, entrevistada no dia 18/09/02.



Capítulo IV

Turismo e ferrovia

Maria Amélia Moscom¹

Há muito a ferrovia encanta-me. No entanto, nos últimos quatro anos este encanto transformou-se em verdadeiro interesse. Tenho buscado, neste período, acompanhar, mais proximamente, os vários acontecimentos que têm envolvido o setor ferroviário, principalmente na esfera nacional. Apesar do pouco, ou quase nenhum, destaque que este segmento tem merecido nos meios de comunicação, assuntos é que não faltam. Seja no que diz respeito à concessão da malha ferroviária nacional, seja no que diz respeito

¹ Especialista em Geografia pela Universidade Estadual Paulista, Rio Claro. Professora do Curso de Turismo do Centro Universitário Salesiano de São Paulo, Unidade Americana.

ao abandono em que se encontram os imóveis ferroviários, principalmente aqueles que se localizam ao longo das malhas e que não fazem parte do patrimônio concessionado à iniciativa privada. Estes imóveis ainda pertencem ao patrimônio da RFFSA – Rede Ferroviária Federal Sociedade Anônima –, empresa estatal. Fazem parte deles: galpões, armazéns, residências destinadas aos antigos ferroviários e também as várias estações, onde o transporte de passageiros foi eliminado. É importante salientar que tais imóveis foram construídos por ocasião da grande expansão ferroviária no Brasil, ocorrida entre os anos de 1860 e 1940. Portanto muitos deles possuem relevada importância, tanto arquitetonicamente quanto como representantes da história de várias regiões ou municípios.

Alegando falta de estrutura financeira para subsidiar a conservação destes imóveis, a Rede tem tentado aproveitar-se do interesse demonstrado pelos órgãos municipais em adquiri-los e apresentado valores de venda impraticáveis. Esta atitude tem levado várias prefeituras a simplesmente apropriar-se dos locais, **reformando-os** – não os restaurando ou revitalizando-os – à revelia da estatal ou, simplesmente, abandonando estes à própria sorte.

Todavia, a despeito de qualquer situação em que se encontrem, sejam as malhas ferroviárias, sejam os materiais rodantes, o trem continua a exercer grande fascínio sobre as pessoas de maneira geral. Esta questão sempre me chamou a atenção. Observando o comportamento de várias pessoas frente à possibilidade de realizarem uma viagem de trem, estas sempre mostravam-se entusiasmadas e felizes. Em algumas oportunidades pude constatar que mesmo quando tinham a possibilidade de optarem por um outro tipo de transporte, elas preferiam realizar a viagem através do trem.

É importante salientar que devido às condições em que se encontram nossos trens e trilhos, e ainda, devido à intenção das empresas concessionárias em fazer uso da malha ferroviária quase que totalmente para o transporte de carga – afinal, carga não necessita de conforto e segurança e muito menos incendeia a opinião pública quando ocorre um descarrilamento por má conservação –, estas minhas observações advêm do pequeno turismo ferroviário existente no Brasil, especificamente do turismo ferroviário existente entre as cidades de São João Del Rey e Tiradentes. A impressão é que a realização de uma viagem de trem remete a pessoa a um sentimento nostálgico reconfortante. Inicialmente, entendia que qualquer viagem de trem provocava este sentimento nas pessoas. Com o passar do tempo e observando melhor, percebi que, na verdade, o fascínio, o sentimento reconfortante provocado pela nostalgia, transparecia muito mais quando a pessoa encontrava-se frente uma composição ferroviária antiga. A partir de então resolvi dar ênfase às minhas observações por esta ótica, mas sem menosprezar os comportamentos frente a composições mais modernas. Espero com tal atitude poder responder a pergunta que mais tem acompanhado-me nos últimos tempos: Por que, afinal, as pessoas sentem-se tão atraídas por esta enorme serpente emplumada?

1. O turismo como nostalgia do pré-moderno

Tido como uma das mais acentuadas formas de movimentação de pessoas e de receitas, o turismo é hoje a ‘coqueluche’ do momento. Muito se fala no assunto em quase todas as esferas de governos e também na iniciativa privada. Muitos são os grupos e organizações que estão investindo grandes somas nesta atividade chamada turismo.

Academicamente, a atividade turística é declarada como recente, e isto, por si só, justifica a falta de embasamento científico às discussões. No entanto, apropriando-se de informações dos pesquisadores de várias áreas de interesse, observa-se que o fenômeno fundamental para a ocorrência da atividade turística – a viagem provida de destino e retorno – é um dos acontecimentos mais antigos e generalizados da vida humana (Enzensberger, 1985, p. 210). É certo que a viagem como aventura, a viagem pela viagem, somente foi reconhecida após boa parte do século XVIII. Foi a partir deste período que a sociedade pós-romântica investiu a viagem e seu agente maior – o viajante – de suas próprias fantasias e desejos, pois a nostalgia que caracteriza a maior parte das viagens é um sentimento característico do homem romântico (*ibid.*, p. 212).

Sabe-se que o turismo, da forma como é conhecido hoje, teve sua origem com a Revolução Industrial da Inglaterra. No entanto, o sentimento que norteou o movimento turístico foi a consciência da liberdade que se insinuava na sociedade burguesa, que estabeleceu tal revolução. Esta necessidade de liberdade que advinha do “homem romântico”, aliado ao progresso tecnológico, com especial ênfase na ferrovia e no navio tocado a vapor, juntamente com os ideais capitalistas que já se desenhavam, permitiram ao turismo solucionar o problema do deslocamento espacial.

Entretanto, sugiro pensar a partir de agora a atividade turística do ponto de vista comportamental, ou seja, sobre o conjunto de atitudes que forma o comportamento de cada um dos indivíduos que estejam desempenhando o papel do *homo turisticus*.²

² Segundo a União Internacional das Organizações Oficiais de Viagens – IUOTO, o turista é toda pessoa que visita um país ou uma localidade diferente daquela em

Jost Krippendorf diz que “o homem em busca de seu equilíbrio vive o ciclo da reconstituição”, ou seja, “o homem de todos os dias se torna turista para logo após voltar a ser o homem de todos os dias” (Krippendorf, 1989). Este ciclo propicia ao homem equilibrar suas tensões. O homem de todos os dias de Krippendorf é aquele que sofre as tensões diárias impostas pela sociedade em que atua. Viver convencionalmente traz consigo uma grande quantidade de deveres e posturas a serem cumpridos e apresentados. “Representar” tal papel durante determinado tempo pode ser absurdamente estressante e isto requer uma descontinuidade de representação, provavelmente, por esta razão, o *homo turisticus* procura fazer tudo diferente em seu período de férias. Como diria Marx, “tudo parece estar impregnado de seu contrário” (apud Berman, 1986).

Também, segundo Enzensberger, foram estes sentimentos antagônicos, entre adorar e odiar o trabalho nascente da Revolução Industrial, que alavancaram a atividade turística em meados do século XIX. Tanto mais a sociedade burguesa fechava-se, mais seus cidadãos buscavam escapar para viverem o seu contrário como turistas (Enzensberger, 1985).

O homem deste período tem o sentimento de viver em uma época revolucionária, uma era que desencadeia explosivas convulsões em todos os níveis de vida

que reside habitualmente, por qualquer razão que não seja realizar um trabalho remunerado. Entre os visitantes estão os turistas e os excursionistas. Os turistas são visitantes que realizam ao menos um pernoite no local e permanecem um mínimo de 24 horas. Os excursionistas são aqueles visitantes que não param para um pernoite, mas que atravessam o país ou região. Um excursionista permanece por menos de 24 horas e a categoria inclui viajantes de um dia e pessoas fazendo cruzeiros (apud, Barreto, 1997).

pessoal, social e política. Ao mesmo tempo, o público moderno do século XIX ainda se lembra do que é viver, material e espiritualmente, em um mundo que não chega a ser moderno por inteiro (Berman, 1986).

O homem contemporâneo parece também estar vivendo essa dicotomia hoje. O atual processo de globalização ou mundialização pode estar provocando estes mesmos sentimentos contraditórios. Ao mesmo tempo em que ele pode reconhecer-se através dos signos mundializados pelo processo de globalização, ele deixa de reconhecer-se pela ausência do diferente em qualquer localização espacial em que se encontre.

O atual momento parece remeter-nos a um sentimento muito parecido com o do homem pós-romântico ou moderno. Aparentemente, vive-se uma profunda alteração de valores. O processo de mundialização, do ponto de vista cultural, ao mesmo tempo em que parece propiciar a criação de uma cultura homogênea, eliminando as diferenças entre os povos, estaria provocando, na verdade, uma diversificação das relações sociais. Como exemplo de individualização poderia ser colocado o espantoso aumento das TVs a cabo, das redes interpessoais de computadores, a necessidade da personalização dos atendimentos aos clientes, a crescente busca dos valores históricos como referenciais de identidade etc. (Ortiz, 2000, p. 23).

Dentro deste contexto pode-se lembrar do poeta e crítico mexicano Octavio Paz, que lamentava que a modernidade teria desligado-se do seu passado sendo forçada a ir continuamente para frente, num ritmo frenético para sobreviver (apud Berman, 1986, p. 34). Aparentemente, o que se vê, na verdade, é uma verdadeira volta ao passado em busca de valores e princípios, objetivando, exatamente, a continuidade do processo de modernização.

2. Formas nostálgicas de turismo

Cotidiano. Segundo o dicionário Larousse (1999), quer dizer: “aquilo que se faz todos os dias, o que acontece habitualmente”. Por força do comportamento das pessoas, esta palavra assumiu conotação negativa e, em consonância com a palavra, o cotidiano também tornou-se negativo, pesado. Ter de trabalhar todos os dias, suportar o tumulto das ruas, correr contra o relógio, expor-se à poluição, agüentar o cansaço, enfim, tudo o que acontece cotidianamente, somente por ser cotidiano é ruim e deve, de tempos em tempos, sofrer uma descontinuidade que possibilite recuperar o indivíduo para que este suporte mais um período exposto a este pesado fardo – o cotidiano. Estas descontinuidades recebem o nome de finais de semana ou férias.

Estes intervalos são ansiosamente esperados pelos homens e para que seu manancial de recuperação seja explorado em sua total potencialidade, normalmente, durante sua ocorrência, faz-se uso da prática do turismo nas suas mais diversas especificidade e formas.³

Uma cena comum e até, poderia-se dizer, cotidiana, são os congestionamentos existentes nas saídas das grandes cidades toda vez que anuncia-se um feriado prolongado. A vontade de ausentar-se do cotidiano é tão forte nas pessoas nestes momentos que quase “vemos” tal sentimento materializar-se.

Pensar que este é um sentimento provocado pela atual condição sócio-econômica pode ser enganoso, haja visto ser possível, quando recorremos à história, verificar estes mesmos

³ Segmentos ou especificidades: Turismo Ecológico, Rural, Cultural, Terceira Idade etc. Formas: Excursionismo, de tempo indeterminado, de grupos, individual, nacional, internacional etc.

movimentos e sentimentos desde os tempos da pré-modernidade e o início da era moderna. O comportamento do homem romântico, que foi agente determinante para o advento da chamada modernidade, era predominado pelas emoções, com grande preocupação para com o subjetivo, o que propiciava profundas reflexões, gerando idealismo e um conseqüente nacionalismo.

Com as Revoluções burguesas, o indivíduo com as características do homem romântico tomou consciência da liberdade. Liberdade esta que estava sendo tolhida pelas conseqüências deste mesmo processo revolucionário. O mundo do trabalho e a estruturação política do momento ameaçavam sufocar a liberdade recém incorporada. Esta ambigüidade fez o homem moderno, já sufocado pelo trabalho, libertar-se através de sua imaginação “criando” sinônimos de liberdade representados pela imagem das paisagens, situadas distantes da chamada civilização ou aglomerados urbanos – as cidades (Enzensberger, 1985, p. 214). A classe burguesa cada vez mais procurava ausentar-se dos centros em direção à natureza e ao exótico, buscava os campos, as montanhas, as praias. Era preciso buscar o intocado, busca que ao mesmo tempo transformava o intocado em uma mistificação ideológica.

Nesta época, as características capitalistas já se delineavam, e o desejo de consumo e da visita aos locais “libertadores” era visível. Thomas Cook aproveitou-se deste sentimento e, em julho de 1841, realizou uma viagem entre Loughborough e Leicester para os membros de uma associação de abstêmios. Quatro anos após, fundou sua agência de viagens e em 1845 organizou a primeira viagem em grupo para diversão turística. Iniciava-se, assim, o turismo para grandes grupos ou a produção em série do turismo (Enzensberger 1985, p. 220).

Com o desenvolvimento do turismo também para a pequena burguesia, as imagens remotas eleitas no romantismo como representativas da natureza e da história cristalizaram-se em Zoológicos, Jardins Botânicos e Museus.

Todo tipo de atividade turística está diretamente relacionado à questão do deslocamento espacial. Para sua realização é fundamental a existência de condições e meios de transporte. Podemos constatar isto até mesmo no Antigo Império Romano, em que é possível verificar formas de movimentação de pessoas que podem ser denominadas de turismo. Tal império primava pela construção de grande rede de estradas e meios de transporte.

Não foi diferente no período moderno. O advento da Revolução Industrial, a descoberta da máquina a vapor e a construção dos trilhos ferroviários proporcionaram ao turismo a facilidade do deslocamento espacial, necessário a sua realização. É possível que a locomotiva, desenvolvida na época, tenha povoado a imaginação do homem romântico que ainda existia no homem moderno, e transformado-se em um símbolo de libertação, afinal, era a locomotiva quem possibilitava o deslocamento – a fuga –, para longe de tudo aquilo que o oprimia.

3. História do início do uso da ferrovia para fins turísticos⁴

No dia 27 de setembro de 1825, o mundo pela primeira vez viu uma locomotiva a vapor – a “Locomotion”, construída por George Stephenson – movimentar uma composição ferroviária lotada de passageiros.

⁴ Os dados deste item baseiam-se principalmente em Lopes (s.r.).

Para a viagem inaugural, vinte e um veículos, entre carros de passageiros e vagões de carga, formaram a primeira composição que, tracionada pela “Locomotion”, deixaram maravilhadamente milhares de pessoas que cercavam o palco de tão extraordinário espetáculo, pessoas que vibraram quando os diretores e proprietários da Companhia de Estradas de Ferro Stockton – Darlington tomaram lugar especial, logo atrás da locomotiva, dando sinal para a partida. Preparados para levar 300 convidados, mais de 600 pessoas conseguiram, em meio ao tumulto, encontrar um lugar, sentados ou em pé, nos carros de passageiros. A composição tracionou, ainda, 60 toneladas de carga.

Ao longo da linha, milhares de curiosos testemunhavam o acontecimento que iria entrar para a história como uma das mais surpreendentes conquistas da humanidade.

Tudo correu perfeitamente, apesar das palavras de advertência dos inimigos do progresso que previam uma série de desgraças com o advento da estrada de ferro. O trecho de 51 quilômetros – entre Darlington a Stockton – foi transposto a uma velocidade de 27 milhas horárias, mas devido às longas paradas nas estações intermediárias durou 7 horas.

O dia 27 de setembro de 1825 abriu um vasto campo de progresso para o mundo e, para George Stephenson e sua “Locomotion”, foram reservados lugares de honra na história.

É importante observar que a “Locomotion” encontra-se na cabeceira das plataformas da Bank Top Station, em Darlington e, por ocasião das festividades do sesquicentenário da Estrada de Ferro, foi construída uma réplica nas oficinas da ICI – Imperial Chemical Industries – na Inglaterra.

Desde os primitivos vagões que transportavam carvão e os rudimentares carros de passageiros que circularam entre Liverpool e Manchester, houve uma grande evolução tecnológica.

Cabe aqui mencionar também que a estrada de ferro ligando Liverpool a Manchester foi a primeira linha construída para o transporte regular de passageiros, inaugurada no dia 15 de setembro de 1830 com 63 quilômetros de extensão, tendo um grande viaduto e o primeiro túnel ferroviário do mundo. Ela foi construída igualmente por George Stephenson, que sentiu a necessidade de padronizar a bitola das ferrovias por ele construídas e adotou a medida de 1,435 metros, que correspondia ao comprimento dos eixos de muitos carros puxados por cavalos. Posteriormente esta medida de bitola foi adotada pela maioria das ferrovias européias, norte-americanas e canadenses.

Após a inauguração desta ferrovia os carros para carga ampliaram-se e modernizaram-se, podendo transportar, além de carvão, grãos, líquidos e outros. Os carros de passageiros também evoluíram, oferecendo maior conforto e segurança aos usuários. O primeiro carro dormitório circulou em 1838 e, a partir daí, continuou sua irresistível expansão, principalmente nos países europeus, onde os trens e trilhos são parte integrante do cotidiano das pessoas, seja como simples meio de locomoção, seja como transporte turístico.

4. A ferrovia como sinônimo de modernidade

Eu começo a sentir a embriaguez a que esta vida agitada e tumultuosa me condena. Com tal quantidade de objetos desfilando diante dos meus olhos, eu vou ficando aturdido. De todas as coisas que me atraem, nenhuma toca o meu coração, embora todas juntas

perturbem meus sentimentos, de modo a fazer que eu esqueça o que sou e qual meu lugar. (...) eu não sei a cada dia o que vou amar no dia seguinte (Jean-Jacques Rousseau apud Berman, 1986).

A angústia sentida pelo jovem Saint-Preux – protagonista da novela *A Nova Heloísa*, de Rosseau –, que sai do campo em direção à cidade, é uma boa demonstração do sentimento possuído pelo homem no princípio do período chamado moderno. Apesar de, aparentemente, cômico da necessidade e do desejo do desenvolvimento tecnológico, ele ainda conserva a alma romântica. É desse profundo paradoxo de sentir-se vivendo em dois mundos que surgem os contornos da chamada modernidade.

Também como o protagonista da novela de Rousseau, muitos foram aqueles que, nas épocas seguintes, deixaram o campo e foram para as cidades buscando outras condições de vida. Fico a perguntar-me se o que buscavam não era simplesmente encontrarem-se frente ao novo ou diferente – produto das revoluções da época.

Na verdade, era muito difícil ser protagonista – viver – em um período tão conturbado quanto aquele. É possível perceber pontos análogos aos tempos atuais. O processo de mundialização submeteu o homem contemporâneo, também, o fazendo refém de sentimentos ambíguos e contraditórios. Para o homem contemporâneo perceber-se integrado neste processo mundializado e entender o mundo desterritorializado, é preciso que proceda a desterritorialização dos seus pontos de vista, libertando-se dos constrangimentos locais e nacionais (Ortiz, 2000).

Quando se exercita neste processo, o homem pode tender à “perda” dos seus limites e isso o deixa sem as referências do

seu espaço e sua identidade. Como referenciais de espaço, aqui, podemos exemplificar com os limites da geografia política dos países que, aparentemente, deixam de existir com o advento da globalização. Como referenciais de identidade podemos citar os símbolos nacionais que precisam ser manuseados com deferência em sinal do respeito à pátria – nação. E ainda, usos e costumes adotados como prática cultural que são, na verdade, os maiores referenciais de identidade de um povo. Através dos signos, ritos e símbolos o homem consegue identificar-se e sentir-se pertencente a um determinado lugar ou grupo.

O processo de mundialização fez com que tudo que existisse ou fosse praticado no momento de sua ocorrência, na verdade, passasse a pertencer a todos ou a ninguém. Isso fez com que aparecessem novos sinais, que talvez pudessem representar essa nova cultura mundial, como a calça jeans usada em quase todo o mundo, a padronização dos atendimentos no setor de serviços, entre outros. Talvez como exemplo maior do comportamento mundializado pode ser lembrada a história de Enzensberger, que fala de um executivo alemão que foi à China e, no período que antecedia a viagem, viu-se tomado de grande expectativa e receio, pois não falava a língua chinesa e pensava encontrar costumes muito diferentes dos seus. No entanto, quando chegou a Hong Kong, viu que a paisagem que o cercava era sua velha conhecida (H. M. Enzensberger apud Ortiz, 1996).

Segundo Ortiz, o processo de desterritorialização ou mundialização está esvaziando os lugares de seus significados relacionais e identitários e atribuindo a estes mesmos lugares valores e símbolos pertencentes a todos e a ninguém, ou seja, aquilo que

pode ser encontrado em qualquer lugar e que nenhum povo vai reclamar sua posse (Ortiz, 1996).

O homem contemporâneo parece aceitar estas novas propostas, ao mesmo tempo em que busca no seu passado ou no seu imaginário novas formas particulares, que viriam “garantir” sua ligação com um espaço ou sua pertinência a algum grupo. Pode ser que isto justifique o crescente interesse no resgate de valores e tradições esquecidas no tempo. Pode ser que o aparente sentimento de orgulho em ostentar a ancestralidade também esteja ligado a isso.

A respeito dos valores e símbolos, podemos tentar fazer uma outra analogia, relacionando o homem contemporâneo, agora, não com o homem pré-moderno, mas sim com o próprio homem moderno.

Neste aspecto, um dos acontecimentos gerados com o advento da Revolução Industrial pode ter tido um significado especial na vida do homem do início da era moderna – o trem. Tecnicamente descrito como “meio de transporte de rota fixa sobre trilhos de aço nivelados em dormentes horizontais únicos” (Andrade, 1995), a invenção do sistema de transporte ferroviário é, reconhecidamente, um dos maiores determinantes para o desfecho da Revolução Industrial, pois possibilitou o transporte rápido e economicamente viável dos produtos industrializados e das matérias primas necessárias para sua fabricação.

Referenciado sempre como sinônimo da modernidade, a ferrovia ou o trem pode ter povoado o imaginário do homem da época como sinônimo de liberdade ou da possibilidade de se atingir a liberdade, pois possibilitava o deslocamento para lugares que significavam o contraponto do seu cotidiano nas indústrias ou nas relações comerciais dependentes do processo de industrialização. Estes contrapontos eram os campos, as aldeias, as montanhas etc.

Um outro fator que pode, talvez, justificar uma possível relação simbólica deste homem com a ferrovia é a imagem de continuidade dos trilhos. Acompanhar os trilhos com o olhar pode ter levado o homem da época a sentir-se seguro para sair em busca da aventura e do exótico e, ainda assim, poder voltar para a segurança do seu cotidiano, que podia ser confuso, mas era “seu”.

A Estrada de Ferro, arrastando sua serpente emplumada de fumaça, a velocidade do vento, através de países e continentes, com suas obras de engenharia, estações e pontes formando um conjunto de construções que fazia as pirâmides do Egito e os aquedutos romanos e até mesmo a Grande Muralha da China empalidecerem de provincianismo, era o próprio símbolo do triunfo do homem pela tecnologia (Hobsbawm, 1977).

Através do relato de Hobsbawm, acima descrito, podemos perceber a força da presença dos trens e trilhos na vida e no imaginário do homem do início da era moderna. Certamente outros acontecimentos e invenções da época, como a lâmpada (1880), a fotografia (1826), o gramofone (1887) ou o rádio (1896), também foram marcantes e influenciaram em muito suas vidas, mas nenhum deles “incendiou tanto a imaginação quanto a ferrovia, como testemunha o fato de ter sido o único produto da industrialização do século XIX totalmente absorvido pela imagética da poesia erudita e popular” (Hobsbawm, 1977).

5. A nostalgia da ferrovia na era pós-industrial

Não há dúvida sobre isso – a revolução da informação chegou para ficar. Talvez ainda existam inúmeras pessoas com medo dos computadores, mas ninguém ficou imune à explosão da tecnologia

computacional. Tudo, da mídia à medicina, da manipulação de dados à obtenção de informações, foi radicalmente transformado por um instrumento inventado há apenas 50 anos. Esse é o *big bang* da nossa época – talvez devêssemos chamá-lo de *bit bang*. A revolução mal começou, mas já envolve a todos nós. Ela está tornando nossas leis obsoletas, transformando nossos desejos, reestruturando nossa economia, reordenando nossas prioridades, redefinindo nossos postos de trabalho, invalidando regras estabelecidas, mudando nosso conceito de realidade e nos fazendo sentar por longos períodos em frente a telas de computadores enquanto o *drive* do CD-ROOM acesa outro videoclipe.⁵

O computador. Assim como a ferrovia é considerada um signo do advento da era industrial, penso ser o computador, principalmente o de uso pessoal, um dos inúmeros signos que ilustram a era pós-industrial ou contemporânea.

Tida como uma era onde o que prevalece é a informação, o processamento da informação e o conhecimento, a pós-modernidade é uma época onde tudo é efêmero, tudo é passageiro, pois tudo o que foi construído na chamada modernidade poderá ser negado a qualquer momento. Com a alta velocidade da divulgação e do processamento da informação, propiciada, principalmente, pelos implementos tecnológicos, qualquer comportamento ou sentimento hoje, pode, no dia seguinte, ter gerado um comportamento ou sentimento de negação deste – o pós-comportamento.

Penso que este sentimento de efemeridade e individualismo que norteia a vida do homem contemporâneo tem levado-o a buscar no seu passado, ou memória coletiva produzida,

⁵ Newsweek, 27/02/1995, edição especial, "Technology'95", apud Trigo, 1998, p. 12.

formas de resgatar e preservar um outro sentimento que retrate uma época de sensibilidade unificada e comunidade orgânica (Dicionário do Pensamento Social, 1996). É certo que o homem contemporâneo está em busca de conteúdo. E não parece claro que a ferrovia esteja impregnada de seu conteúdo histórico? Como nos diz Hobsbawm; que outro produto da industrialização do século XIX foi tão totalmente absorvido pela imagética da poesia erudita e popular quanto a ferrovia? É neste contexto que penso estar observando o comportamento do homem frente a imagem da composição ferroviária.

Falar e pensar a respeito da ferrovia ou do trem é, para mim, algo sempre acompanhado de grandeza, intensidade e profundidade. Em toda parte é possível encontrar sinais que nos remetem a um passado ferroviário opulento e majestoso. As grandes Estações, como Júlio Prestes e Luz, na cidade de São Paulo, os trilhos do Bonde de Santa Teresa, na cidade do Rio de Janeiro, a Vila de Paranapiacaba, no interior do estado de São Paulo, os trilhos da Estrada de Ferro Paranaguá, com sua Litorina, no estado do Paraná e, ainda, o Royal Scotsman – luxuoso trem escocês – e o conhecidíssimo Expresso do Oriente, na Itália. Penso que estes exemplos são bons referenciais.

Sinais ferroviários também são encontrados nos parques temáticos, sejam como “trenzinhos” para crianças na primeira infância – que são tradicionalmente incentivadas pelos adultos da família a “passearem” de trem –, sejam como “trens fantasmas” ou montanhas russas – que também correm sobre trilhos – para todas as idades. Sob inúmeras e inusitadas formas, a figura do trem ainda habita o cotidiano do homem contemporâneo.

Segundo Krippendorff, o homem atual, quando indagado sobre as atividades preferidas para serem praticadas durante as férias, responde em sua maioria desejar a *realização de passeios* – 71%. Ainda dentre as atividades preferidas, segundo a mesma pesquisa, *conversar com as pessoas* ficou com 56%. Partindo deste pressuposto, e ainda juntando o elemento da viagem pela viagem, entendo ser possível tecer algumas considerações (Krippendorff, 1989).

Primeiramente podemos pensar que o trem possibilita a realização de passeios, pois se desloca de um ponto a outro. Em segundo lugar, a viagem de trem possibilita interação com um maior número de pessoas – propicia a conversa com os demais. Entendo que também possibilite a convivência na vivência das emoções provocadas ou despertadas. E finalmente, o trem possibilita, através do olhar que se desloca sobre a paisagem, uma profunda interação do indivíduo com o externo e com os sentimentos aí despertados – afinal, em um trem o indivíduo é somente passageiro e, teoricamente, não precisa desempenhar outras funções – como dirigir, num passeio de automóvel.

Finalmente, pode-se entender que apesar de os trens e trilhos, no Brasil, atualmente, estarem destinados quase que totalmente ao transporte de cargas, ele ainda continua a exercer grande influência na vida do homem contemporâneo.

6. Estrada de Ferro Oeste de Minas

Considerada como uma das ferrovias pioneiras no Brasil, a Estrada de Ferro d'Oeste (Estrada de Ferro Oeste de Minas) foi um empreendimento que envolveu esforços, capitais oficiais e

privados, além de garantias públicas e a formação de uma sociedade anônima. A implantação desta ferrovia foi promovida, provavelmente, por importantes casas comerciais, fazendeiros e subscrições abertas à população.⁶

Tal projeto ferroviário deu-se numa ação racional e metódica, pouco comum em uma sociedade agrícola e escravista, mas que pretendia integrar-se aos “ventos modernizadores” da Corte e buscar soluções para os entraves em sua economia regional. Seu impacto material sobre a região caracterizada pelas tropas de burros foi evidente.

Com bitola estipulada em 0,76 metro e um total de 100 quilômetros percorridos entre Sitio, São João d’El Rey, Barroso e São José d’El Rey (atual Tiradentes), no dia 28 de agosto de 1881 foi inaugurado o primeiro trecho construído.

Um segundo trecho ligando as cidades de São João d’El Rey a Oliveira (72 quilômetros) com um ramal para Ribeirão Vermelho (49 quilômetros), que se tornou ponto inicial para a navegação no Rio Grande, foi inaugurado no dia 14 de abril de 1889, com a presença do Presidente da Província e de outras autoridades.

Sempre buscando atender ao crescimento e proporcionando também o povoamento da região, a Estrada de Ferro Oeste de Minas no ano de 1910 apresentava a seguinte constituição:

- Sítio a São João d’El Rey: 98,430 Km;
- São João d’El Rey a Aureliano Mourão: 103,670 Km;
- Aureliano Mourão a Ribeirão Vermelho: 43,500 Km;
- São João d’El Rey a Águas Santas: 11,800 Km.

⁶ Os dados deste item foram baseados principalmente em Leonardi & Hardman, 1991.

No ano de 1931, foi criada a Rede Mineira de Viação – RMV, juntando a Estrada de Ferro Oeste de Minas, a Rede Sul Mineira e a Paracatu, além de outras, constituindo assim, a maior malha ferroviária do país, na época com quase 4.000 Km.

No ano de 1965 constituía-se a Rede Ferroviária Federal Sociedade Anônima – RFFSA. A Viação Férrea Centro Oeste – VFCO que, na época, já incorporava a Estrada de Ferro Goiás e a Estrada de Ferro Bahia-Minas, além de alguns trechos da Estrada de Ferro Central do Brasil, foi incorporada pela Rede e constituiu a SR-2.

Recentemente, a SR-2 junto com a SR-7 e a SR-8 foram arrematadas em leilão de concessão, passando a constituir a Ferrovia Centro Atlântica S/A – FCA.

Do trecho pioneiro, de bitola de 0,76 metro, restaram apenas os 12 quilômetros entre São João Del Rey e Tiradentes.

Atualmente, no antigo prédio das oficinas funciona o Museu Ferroviário de São João Del Rey. Em seu acervo encontra-se a primeira locomotiva da Estrada de Ferro Oeste de Minas – a número um –, que transportou o Imperador Dom Pedro II, por ocasião da inauguração da ferrovia. Também fazem parte de seu acervo as mesmas máquinas operatrizes importadas há mais de um século, que ajudaram a manter e continuam reparando as locomotivas e vagões da antiga Estrada de Ferro Oeste de Minas. Ainda neste museu, podem ser encontrados documentos de valor histórico referentes à ferrovia e sua construção. Os prédios do antigo armazém e almoxarifado foram adaptados para ser Centro de Artesanato e Centro de Convenções. Já a Rotunda, também chamada de Coliseu, que foi totalmente destruída em um incêndio, foi recuperada e, hoje, junto com as igrejas barrocas, é um dos mais belos monumentos arquitetônicos da cidade.

Em seu interior encontram-se vinte e cinco linhas, hoje ocupadas pelas centenárias locomotivas “Baldwins” em exposição permanente. Encontra-se também, em exposição, uma locomotiva a vapor cortada longitudinalmente ao meio, a fim de que se tenha uma visão completa sobre seu funcionamento. Há também um vagão fúnebre. Todo o conjunto de prédios, divididos em seis módulos, além da ligação ferroviária entre as cidades de São João Del Rey e Tiradentes, foi recuperado e restaurado, observando-se todos os detalhes e minúcias no sentido de proteger e conservar suas formas arquitetônicas.

7. Viagens e imaginário

O deslocar-se tem um caráter existencial e psicanalítico: à luz do que é estranho e diverso, reinterpreta-se o sujeito que se autodescobre no confronto com o outro, porque lhe permite traçar o limite e encontrar a diferença entre o que é interno e o que é externo, ou seja, o que sobra ou é próprio do outro é, exatamente, a dimensão do que falta no sujeito. (...) a viagem é uma metáfora das fronteiras entre o subjetivo e o objetivo, entre o imaginário e o concreto, entre a realidade e a ficção; nesta metáfora, a viagem se desdobra, se multiplica e se ultrapassa em ‘viagens’, não necessariamente reais (Lacan apud. Ferrara, 1999, p. 19).

Viajar ou deslocar-se de um ponto a outro. Uma palavra tão simples e que, no entanto, encerra tantos significados. Pode-se dizer que durante a viagem é-se um sujeito desterritorializado, pois naquele momento não se pertence a nenhum local. Os compromissos e convenções ficam meio que suspensos, até que se chegue ou que se retorne. Pode ser que a irrealidade das viagens seja uma de suas

facetas mais reais. Tenho a impressão de que as pessoas, durante a realização de viagens, sintam-se confortáveis para despersonalizarem-se, pois estão na eminência do encontro com o novo – e o novo precisa encontrar condições propícias para personificar-se.

As viagens de maneira geral provocam e povoam o imaginário do homem desde há muito tempo. Nos primórdios viajar provocava medo, devido aos perigos – graças ao risco de assaltos, entre outras atrocidades. No entanto, imagino que o desejo de saber o que havia do outro lado da montanha, do rio, do oceano ou da floresta perturbava a cabeça do homem primitivo. Mais tarde, o descrever das viagens daqueles que a realizavam em busca de conhecimento fazia com que os que escutavam refizessem virtualmente a mesma através de sua imaginação. O homem pós-romântico ou moderno também povoou seu imaginário com a possibilidade de viagens que o “libertassem”. Não é diferente para o homem contemporâneo, que também realiza inúmeras viagens, reais e imaginárias. Reais, pois hoje os meios para realizar tais deslocamentos são muitos e bastante seguros. Embora reais e confortáveis, as viagens continuam sendo também imaginárias, haja visto que este mesmo homem está vivendo, novamente, a busca de seus valores identitários e, portanto, realiza a viagem antes em sua imaginação, preparando-se para o que vai encontrar.

É neste contexto que entendo que o sentimento de nostalgia é o que parece ter predominado nas viagens realizadas através dos trens e trilhos do turismo ferroviário, especialmente aquele entre as cidades de São João Del Rey e Tiradentes.

A atmosfera formada pela estrutura física das estações, o calçamento das ruas próximas, aliados à carga histórica refletida na

figura da locomotiva Maria Fumaça e os vagões por ela tracionados, é o conjunto necessário para despertar no viajante o sentimento de estar vivendo uma realidade diferente. Uma realidade ou irrealidade que se contrapõe ao seu cotidiano. Ao adentrar este espaço o viajante é levado a protagonizar um papel escrito e dirigido sob a influência de sua imaginação. É quase possível sentir a necessidade que este ser tem de representar tal personagem, e basta que alguém lhe dê um pequeno incentivo para que sua imaginação transpareça e materialize-se em algum dos muitos personagens dos áureos tempos em que as locomotivas a vapor dominavam os trilhos de nossa malha ferroviária.

Expressões como “sinto-me como se a qualquer momento bandidos a cavalo abordassem nosso trem para roubar o ouro que levamos”, ou “observar os campos e os morros que acompanham a viagem faz-me sentir vivendo em um período sem o estresse de tantos compromissos com hora marcada”, são comuns entre os viajantes. Também são comuns os viajantes ressentirem-se por não estarem adequadamente vestidos – com roupas da época – para realizarem a viagem.

Todas estas observações foram feitas através da interação com os vários grupos de pessoas que compunham os interessados em realizar o passeio sobre trilhos entre São João Del Rey e Tiradentes. Fazendo parte do grupo e desenvolvendo uma observação participante⁷, senti que as pessoas ficavam mais à vontade para,

⁷ Observação participante é aquela realizada mediante a integração do pesquisador, que assume uma função no grupo a ser pesquisado, mas sem obedecer a uma proposta predeterminada de ação. O objetivo é obter conhecimento mais profundo do grupo. Essa metodologia permite a observação das ações no próprio momento em que ocorrem. Oferece uma visão dinâmica dos processos de interação e de relação entre grupos. É especialmente indicada para estudos de grupos específicos e comunidades. No entanto, o pesquisador deverá tomar cuidado para não perder a objetividade ao registrar os dados.

efetivamente, comportarem-se de acordo com suas emoções. Entretanto, quando tentei realizar outras formas de pesquisa – entrevistas ou questionários, apesar da facilidade destas em aferir resultados –, a espontaneidade estava sendo prejudicada e as respostas eram comedidas, talvez porque os informantes sentiam-se avaliados.

Também pude observar que um outro grupo de pessoas não estava, aparentemente, interessado em realizar a viagem, quer dizer, interessado em fazer parte do espetáculo propiciado pela viagem. Ele queria apenas e simplesmente assistir a tudo da plataforma. Grupos como este costumam acompanhar outras pessoas, que realmente viajarão, até a estação e ali ficam até a partida do trem. Tão logo ocorrida a partida, encaminham-se para seus automóveis e dirigem-se para a outra estação de chegada, para lá estar quando o trem chegar e dali poder vivenciar a emoção da espera pelo trem.

Era comum ouvir comentários como “ainda lembro-me de ouvir meus avós dizendo que se vestiam com boas roupas para irem às estações esperar pela chegada do trem”, ou que “havia uma época em que os relógios eram acertados pela chegada dos trens nas estações ferroviárias”. Conversando com os profissionais que administram e realizam os passeios entre estas cidades, fui informada de que a maior parte dos que adotam este comportamento – de acompanhar e aguardar os passageiros da Maria Fumaça – serão os próximos, efetivos, passageiros. Tem-se a impressão de que estão fazendo uma pré-experiência para saber se agüentam vivenciar a viagem com toda intensidade de sentimentos que serão despertados em seus imaginários.

Outra observação é com relação às pessoas que dizem estar realizando a viagem por interesses de outros, como: filhos,

avós, pais, entre outras. No entanto, quando se acompanha o trajeto, o que se percebe é o completo abandono dessas pessoas às emoções provocadas pela viagem.

Tenho a impressão que a única coisa que, poder-se-ia dizer, atrapalhe um pouco esse espetáculo tão carregado da imagética ferroviária, seja o abrupto término dos trilhos ainda dentro das estações. Gosto de pensar que a imagem de continuidade infinita dos trilhos remeta os viajantes a um sentimento de possibilidades infinitas, trilhos que poderiam ser utilizados para retornar à “sua” realidade de acordo com seu desejo e tempo. O abrupto fim dos trilhos dá a impressão de “jogar” o viajante, também abruptamente, de volta à realidade, quando este ainda não queria voltar.

Estes sentimentos puderam ser observados através das expressões de frustração das pessoas, que diziam: “Ah, gostaria que os trilhos me levassem para mais longe!”; ou: “Por que já terminou, assim tão rápido?”

Todavia devo lembrar-me que o trecho pesquisado – de São João Del Rey a Tiradentes –, na verdade, é considerado como um “Museu Vivo” e, portanto, pressupõe espaço delimitado.

Nesta observação não havia interesse em considerar sexo, estado civil, procedência, faixa etária, grau de instrução ou nível de renda dos participantes, haja visto que o objetivo da pesquisa está relacionado apenas com o sentimento desperto nas pessoas que realizam passeios pelos trens e trilhos. Qualifica-las é quase irrelevante.

Conclusão

Pode acontecer então que voltar atrás seja uma maneira de seguir adiante: lembrar os modernistas do

século XIX talvez nos dê a visão e a coragem para criar os modernistas do século XXI. Este ato de lembrar pode ajudar-nos a levar o modernismo de volta às suas raízes, para que ele possa nutrir-se e renovar-se, tornando-se apto a enfrentar as aventuras e perigos que estão por vir. Apropriar-se das modernidades de ontem pode ser, ao mesmo tempo, uma crítica às modernidades de hoje e um ato de fé nas modernidades – e nos homens e mulheres modernos – de amanhã e do dia depois de amanhã (Berman, 1986, p. 35).

Por que, afinal, as pessoas sentem-se tão atraídas por esta enorme serpente emplumada? Penso que melhor resposta não pode haver do que a descrita neste trecho de Berman.

O sentimento que, aparentemente, tomou conta do homem contemporâneo é muito parecido com o sentimento dos homens que pensaram, idealizaram e construíram, efetivamente, as locomotivas e suas composições. Talvez, a intensidade dos sentimentos desses homens tenha impregnado os trens e trilhos, e a sensibilidade do homem atual tenha encontrado reciprocidade na sua busca.

Atualmente, o homem é, aparentemente, muito mais urbano e, mesmo quando desloca-se em busca do novo, também o faz para outras áreas urbanas. No entanto, este mesmo homem busca cada vez mais se apropriar de seu passado, seja obtendo informações, seja pragmatizando valores e crenças, seja permitindo-se vivenciar experiências já vividas em outras épocas. Entendo que se sentir atraído pelos trens e trilhos ou realizar viagens através destes é uma forma de resgatar seu passado e sentir-se pertencente a um mundo que proporciona satisfação e orgulho.

Também podemos considerar que, normalmente, o passado é que nos fornece a referência para a construção dos mitos e, como

o trem e a ferrovia são considerados signos da modernidade, pode ser que o que estejamos fazendo hoje seja apropriarmos-nos destes signos para transformá-los em mito, mito que representa a imagem materializada de um passado que garanta nossa existência e procedência que parecem estar em vias de desaparecer frente à velocidade com que somos instigados a sempre seguir adiante.

Enfim, manter e inter-relacionar-se com a ferrovia, expressando sentimentos tão desprovidos de convencionalismos, pode ser a nossa maneira de voltar atrás para poder seguir adiante.

Bibliográficas

ANDRADE, José Vicente de. **Turismo**: fundamentos e dimensões, São Paulo: Ática, 1995.

BARRETTO, Margarita. **Manual de iniciação ao estudo do turismo**, 2ª ed., Campinas: Papyrus, 1997.

BENI, Mário Carlos. **Análise estrutural do turismo**, São Paulo: SENAC, 1998.

BERMAN, Marshall. **Tudo que é sólido desmancha no ar**: a aventura da modernidade, São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

CALDEIRA, Jorge. **Mauá**: o empresário do império, São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

DELELLIS, Rosana et. al. **A era do trem**, São Paulo: Lu Fernandes & Nastari Editores, 1999.

DENCKER, Ada de Freitas Maneti. **Métodos e pesquisa em turismo**, São Paulo: Futura, 1998.

Dicionário do pensamento social do século XX, Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 1996

DUARTE, Marcelo. **O guia dos curiosos**, São Paulo. Companhia das Letras. 1998.

DURHAM, Eunice R. et. al. “Teoria e Pesquisa”, In: CARDOSO, Ruth C. L. (org.). **A aventura antropológica**, Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1986

ENZENSBERGER, Hans Magnus. “Uma Teoria do Turismo” e “Turismo Revolucionário”, In: **Com raiva e paciência: ensaios sobre literatura, política e colonialismo**, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

FEATHERSTONE, Mike. “Culturas da cidade e estilos de vida pós-modernos”, In: **Cultura de consumo e pós-modernismo**, São Paulo: Nobel, 1995.

GONÇAVES, Telma Lasmar. **Pequeno histórico da estrada de ferro Oeste de Minas – EFOM**, Rio de Janeiro: RFFSA, 1996.

Grande Dicionário Larousse Cultural da Língua Portuguesa. São Paulo: Nova Cultural, 1999.

HARVEY, David. **A condição pós-moderna**, 5ª ed., São Paulo: Loyola. 1992.

HOBBSAWM, Eric J. “O mundo na década de 1780”, In: **A era das revoluções: 1789-1848**, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998

IANNI, Octavio. **A era do globalismo**, 3ª ed., Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 1997.

KRIPENDORF, Jost. **Sociologia do turismo**: Para uma nova compreensão do lazer e das viagens, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1989.

LABATE, Beatriz Caiuby. “A Experiência do ‘Viajante-Turista’ na contemporaneidade”, In: LUCHIARI, Maria Tereza D. P. (org.) **Turismo e meio ambiente**, Volume I, *Textos Didáticos*, Campinas: Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, outubro de 1997, p. 75-102.

LEONARDI, Victor & HARDMAN, Foot. **História da indústria e do trabalho no Brasil**, 2ª ed., 1991.

LOPES, Antonio Tirado. **Nas asas do passado: relatos**, s.r.

MASI, Domenico de. **O ócio criativo**, Rio de Janeiro. Sextante. 2000.

MORAIS, Sérgio Santos. **Manual de preservação de edificações ferroviárias antigas**, Rio de Janeiro: RFFSA, 1999.

ORTIZ, Renato. “Luxo e Consumo”, In: **Cultura e modernidade: A França no século XIX**, São Paulo: Brasiliense, 1991.

_____. “Uma Cultura Internacional Popular”, In: **Mundialização e cultura**, 2ª ed., São Paulo: Brasiliense, 1996.

_____. **Um outro território**: ensaios sobre a mundialização, 2ª ed. Ampliada, São Paulo: Olho d’Água, 2000.

SAES, Flávio Azevedo Marques de. **As ferrovias de São Paulo: 1870-1940**, São Paulo: HUCITEC, 1981.

Seminário nacional de preservação e revitalização ferroviária, V, Piracicaba: UNIMEP, Instituto Educacional Piracicabano, 2001.

TRIGO, Luiz Gonzaga de Godói. **A sociedade pós-industrial e o profissional em turismo**, Campinas: Papirus, 1998.

YAZIGI, Eduardo et. al. (orgs.). **Turismo: espaço, paisagem e cultura**, 2ª ed., São Paulo: Hucitec, 1999.

VAZ, Múcio Jansen. **A estrada de ferro Oeste de Minas**, trabalho histórico descritivo, 1922.

Capítulo V

ZOOLOGICO MUNICIPAL DE LIMEIRA COMO ESPAÇO TURÍSTICO E DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Ingrid Jurgensen Boneti¹

1. Zoológicos e Parques Ecológicos: algumas considerações

Os jardins zoológicos e os parques ecológicos, hoje em dia, sejam eles públicos ou privados, estão passando por algumas transformações.

Antigamente, esses locais serviam apenas de expositores da natureza, somente mostrando animais, plantas exóticas e ornamentais, em destaque expondo a fauna e a flora da região onde

¹ Bacharel em Turismo pelo Centro Universitário Salesiano de São Paulo, Unidade Americana.

se localizavam. Esse papel mudou consideravelmente. Os jardins zoológicos atualmente, além de propiciarem lazer e diversão, são também muitas vezes locais de pesquisa, de estudo, além de servirem para o desenvolvimento da educação ambiental (www.ultimaarcadenoe.com/zooconceitos.htm). Além disto, muitos deles são áreas de conservação e preservação.

Pode-se auferir que os zoológicos existem pelo menos, desde o século III a.C. Segundo pesquisas, esses espaços surgiram na cidade de Alexandria, localizada no Egito, durante o helenismo, considerado uma época de incentivo aos estudos das ciências naturais e de grandes descobertas. “Em Alexandria havia o famoso museu, rico de recursos científicos – bibliotecas, observatórios, gabinetes, jardins botânicos, jardins zoológicos, salas anatômicas” (www.mundodosfilosofos.com.br/helenista.htm). O imperador Alexandre estabeleceu no Egito, no porto de Alexandria, o que provavelmente foi o primeiro zoológico público, com macacos africanos, leões, elefantes, girafas e búfalos (www.ultimaarcadenoe.com.br/index1.htm). No entanto, o que colaborou para um melhor incremento nos estudos científicos da época, foram as expedições militares do imperador Alexandre, as quais levavam ao conhecimento da flora e fauna de regiões novas que estavam sendo exploradas.

As ciências naturais progrediram também na idade helenista, particularmente como ciências auxiliares da medicina, anatomia e fisiologia, pois nesta época se fazia muito de animais para o estudo da medicina. Os estudos de Aristóteles representam significativamente esta era. Aristóteles (384-322 a.C.) foi um filósofo grego que colaborou muito com a zoologia, pois a maior parte de sua obra científica versa sobre ela: “Ele observou

detalhadamente a natureza, e em seus tratados, fez referências a mais de 500 espécies animais” (www.cfh.ufsc.br/~wfil/cienciagrega.htm#8). Em 300 a.C. instituiu um zôo experimental, privativo para sua observação. Aristóteles é designado como o primeiro zoólogo (do grego *zoon* [animal] e *logos* [discurso]).

Todavia, para se proceder cronologicamente o histórico dos zoológicos no mundo, sabe-se que as contribuições à ciência pelos investigadores antigos, além de esparsas, são fragmentadas, determinando a ocorrência de extensas lacunas. Segundo Vanetti, uma das principais razões dessa ocorrência, prende-se ao fato de que as antigas anotações eram feitas em lâminas de argila, posteriormente recosidas, lascas de pedra, de papiros e pergaminhos. Em razão de sua fragilidade, vários destes documentos originais se perderam (Vanetti, 1983, p. 23).

A partir do século XVI, reiteram-se as pesquisas nas áreas de Zoologia e Botânica, que têm como característica classificar, estabelecer agrupamentos de gêneros e espécies animais, conforme relata Santos (2000). É somente a partir do século XVIII que os zoológicos se tornaram objeto de efetiva observação e importância. Primeiramente, os zoológicos também tinham como denominação “Museus de história natural”, que eram totalmente voltados para pesquisa e estudos das espécies animais e vegetais, como já relatado acima. Surge, neste século, o estudo das ciências naturais com um novo espírito de modernidade, ou seja, uma nova valorização dos métodos de observação e experimentação com a instalação de laboratórios (Santos, 2000, p. 15).

Forma-se uma nova geração de cientistas naturais, com destaque principal para o sueco Carl Von Linné (1707-1778). Linné era

formado em medicina, porém não exerceu essa profissão, se destacando com uma autoridade mundialmente reconhecida nos meios científicos por suas extraordinárias contribuições às ciências biológicas. Segundo Vanetti, a primeira obra de Linné, *Systema Naturae*, valeu-lhe a celebridade, publicada em 1735 com 2400 páginas. Em sua 10ª edição, em 1758, ele expôs as bases de um sistema de classificação para o reino animal, criando as categorias de espécie, gênero e ordem. Estabeleceu o princípio da nomenclatura binária², hoje adotado universalmente para a classificação zoológica (Vanetti., 1983. p. 27).

No Brasil colonial, muitos dos trabalhos designados a estes cientistas eram endossados pela Coroa Portuguesa que, acima dos interesses científicos, fomentava um inventário das possibilidades econômicas de suas colônias. O que confirma isto é “o resultado do aviso régio de 17 de novembro de 1798, que, juntamente com a Carta Régia de 1796, estabeleceu uma política de criação de uma série de estabelecimentos botânicos nas colônias, a fim do propiciar as bases de um intercâmbio de plantas úteis à economia portuguesa” (Macedo & Sakata, 2002, p. 22).

Santos relata ainda que, dentro deste contexto de política econômica de Portugal, o século XVIII é caracterizado pela dinâmica intelectual do chamado “século das luzes”, em que as associações científicas tiveram um fluxo de informações de pesquisa muito maior que as Universidades (Santos, 2000, p. 18).

Com a Revolução Industrial (1760- 1860) e com a criação da produção em série, pode-se dizer que houve uma melhora de benefícios para os habitantes:

² Nomenclatura Binária é a aplicação a cada espécie vegetal de dois nomes latinos ou gregos alatinados, dos quais o primeiro, um substantivo, indica o gênero, e o segundo, adjetivo, a espécie.

...pode-se afirmar que nem mesmo o mais severo dos críticos da Revolução Industrial poderia negar que ela trouxe grandes benefícios materiais aos habitantes das nações.(...) é incontestável que ofereceu ao homem contemporâneo enormes quantidades de mercadorias e um número assombroso de objetos para proporcionar-lhe facilidade e conforto (Heméritas, 1988, p. 30).

Houve uma melhora nas condições de vida de boa parte da população na época. No entanto, havia ainda algumas dificuldades. Uma delas era que a maioria da população não tinha como se deslocar para lugares distantes. Entretanto usufruíam espaços próximos a suas residências, como as praças, parques e jardins zoológicos. Estes espaços se tornavam os locais de encontro da população, locais que proporcionavam lazer. “O parque urbano é um produto da cidade da era industrial (...) nasceu a partir do século XIX, da necessidade de dotar as cidades de espaços adequados para atender a uma nova demanda social: o lazer, o tempo do ócio e para contrapor-se ao ambiente urbano” (Macedo, 2002, p. 10).

É nesta época que a atenção para os jardins zoológicos e parques ecológicos ganha destaque, pois são construídos vários espaços destes para a população. Citada como exemplo por Macedo, a cidade de Paris retrata isto muito bem. No início do século XIX, essa localidade passa por profundas transformações urbanísticas, quando foram aperfeiçoados e construídos parques e jardins públicos, com amplos bosques, arvoredos, riachos, lagos. Os cenários se completam com grutas, pontes, quiosques e animais “elegantes”, como pavões, patos e cisnes (Macedo, 2002, p. 19).

Pode-se auferir que o primeiro zoológico europeu foi inaugurado em Viena, Áustria, repleto de animais exóticos. Mas o

típico zoológico “moderno” começou a ser concebido no ano de 1826, com a fundação da Sociedade Zoológica de Londres. A Sociedade concebia um novo tipo de zoológico, que tinha como propósito o estudo de animais vivos para melhor entender a história natural dos animais selvagens (www.aulti.maarcadenoe.com.br/index1.htm).

Para Beni, os jardins zoológicos são instituições destinadas à conservação e criação de animais, aves, peixes e outros, visando atender a visitação pública, a pesquisa e os estudos (Beni, 2001, p. 307).

Um zoológico tem por obrigação ter pelo menos um macho e uma fêmea de cada espécie, para tornar possível a reprodução e, conseqüentemente, a perpetuação da espécie. Para isso, é necessário que o cativo se aproxime o mais possível do habitat natural da espécie, inserindo plantas nativas da região em que ele vive em liberdade, criando condições para que ele “sinta-se em casa” (Arquivo do zoológico municipal de Limeira, Pasta de Educação Ambiental, Vol. II, p. 9.).

Já a denominação “parque ecológico”, conforme Macedo, refere-se a locais que priorizam a conservação de um recurso ambiental, como um banhado ou um bosque. Possuem áreas muito concentradas, voltadas para atividades de lazer ativo – como jogos e recreação infantil –, ao lado de áreas voltadas para o lazer passivo – como caminhadas (Macedo, 2002, p. 13).

1.1 Surgimento de jardins zoológicos no Brasil

No Brasil, os jardins zoológicos e os parques ecológicos despontaram apenas ao final do século XIX, tendo como intuito principal a oferta de lazer. Mas, no início, eram voltados apenas

para as elites emergentes que se baseavam nos valores internacionais. O Brasil desta época não possuía uma rede urbana expressiva e, mesmo assim, foram criados os primeiros parques:

(...) era um grande cenário de uma modernidade importada, totalmente alheio às necessidades sociais da massa urbana, que usufruía de outros espaços, como terreiros e várzeas, conforme se observa nas crônicas da época (...) por esses espaços públicos passeia a nova aristocracia, trajada especialmente para a ocasião, exibindo um vestuário à francesa e imitando os hábitos parisienses (Macedo, 2001, p. 23).

O surgimento do primeiro jardim zoológico brasileiro se dá no Rio de Janeiro, como relatado abaixo:

O seu surgimento começa em nosso país expondo animais e trazendo um pouco da vida selvagem, no Rio de Janeiro, em 16 de janeiro de 1888, quando o Barão de Drummond fundou, no bairro de Vila Isabel, o primeiro zoológico brasileiro. (...) Com dificuldades financeiras, o zoológico terminou fechando suas portas na década de 40. Mas logo foi inaugurado no parque da Quinta da Boa Vista, em 18 de março de 1945 outro zoológico (www.rio.gov.br/riozoo/).

Sendo o espaço dos parques e jardins zoológicos de uso exclusivo das elites emergentes, para o restante da população estes locais eram considerados equipamentos desnecessários para o lazer imediato e cotidiano, pois utilizavam de outros espaços para o lazer.

Durante muito tempo este quadro permaneceu assim, somente mudando quando as cidades brasileiras começaram a se expandir: “a partir da segunda metade do século XX, com a escassez real de áreas para lazer das massas menos privilegiadas, tal tipo de equipamento urbano tornou-se uma necessidade social” (Macedo, 2001, p 15).

A escassez dessas áreas de lazer se deu pela crescente urbanização do país, que levou a grande maioria da população a residir em cidades. Com o surgimento da nova necessidade social, os interesses políticos começam aparecer e, a partir do final dos anos 1960 até os anos 1980, foram implantados e formados vários parques ecológicos e jardins zoológicos públicos em todo o país, não mais voltados exclusivamente para as elites, mas agora para toda a população. Tanto municípios quanto governos estaduais responsabilizaram-se por sua administração.

Este panorama evidencia que os zoológicos surgiram no Brasil antes mesmo da existência de órgãos governamentais com atribuição legal sobre a sua implantação e controle. A SZB (Sociedade dos Zoológicos Brasileiros), por exemplo, surgiu apenas no ano de 1977, para melhor organizar as atividades, congregando todas as coleções de animais expostos ao público, dos zoológicos e parques ecológicos públicos e particulares.

A SZB “tem como objetivo o fortalecimento das instituições, o incentivo a pesquisa com a biodiversidade, incentivar e despertar o lazer e oferecer formações de base para a educação ambiental” (www.szb.org.br). A sociedade reuniu num sistema de informações dados sobre animais mantidos nos diversos zoológicos, endereços dos parques zoológicos e a legislação vigente.

Sobre a legislação, vale mencionar que em 14 de dezembro de 1983 foi promulgada a lei de nº 7.153, definindo a existência e as finalidades dos zoológicos.

Com a forte tendência de urbanização e com o crescimento das cidades, estes locais se tornam, muitas vezes, as únicas fontes de conhecimento e contato com a natureza. O

homem, como ser vivo, precisa da qualidade ambiental, como o ar, água, solo e processos ecológicos, que interferem diretamente na saúde e bem estar de cada um.

Entre os principais e mais visitados jardins zoológicos do Brasil, encontram-se o Jardim Zoológico do Rio de Janeiro e Zoológico de São Paulo e, como destaque também, o Jardim Botânico do Rio de Janeiro.³

O Jardim Zoológico do Rio de Janeiro possui um total de 138 mil m² e abriga mais de 2.100 animais, entre eles répteis, mamíferos e aves. A média mensal de visitantes é de aproximadamente 70.000 mil pessoas. O espaço conta com uma fundação, a RIOZOO, que desenvolve vários projetos no zoológico, além de prestar consultorias nas áreas de arquitetura para outros zoológicos, planejamento científico, educação ambiental, entre outros. O zoológico do Rio possui uma ótima infra-estrutura, oferecendo aos visitantes restaurante, lanchonete, sorveteria, uma loja com grife exclusiva do zoológico, biblioteca, moderno e equipado auditório, anfiteatro com capacidade para cem pessoas, *play-ground* com áreas para festas, opções de roteiros guiados, rampas para pessoas portadoras de necessidades especiais e estacionamento. “É sem dúvida, um parque zoológico dos mais modernos, que tem por objetivo muito mais que ser apenas uma vitrine de animais. Nossa maior tarefa é desenvolver o respeito e a preservação do meio ambiente, investindo em programas de educação, qualidade de vida e pesquisa” (www.rio.rj.gov.br/riozoo/index.html).

³ Jardim Botânico é um local onde se cultivam plantas ornamentais e expõem aspectos gerais do estudo das plantas.

Alguns dos programas de educação mais interessantes são: “Atividades para crianças portadoras de necessidades especiais”, o “Zoomóvel” e as “Visitas Orientadas”. As atividades para crianças portadoras de necessidades especiais ocorrem todos os anos, no mês de agosto, para marcar a Semana Nacional da Criança portadora de Necessidades Especiais. É promovida uma série de visitas orientadas e especialmente estruturadas para atender a esta demanda, “tendo como objetivo abrir um canal de contato direto entre essas crianças e animais, transformando em realidade os conceitos sobre educação ambiental e respeito à natureza” (www.rio.rj.gov.br/riozoo/index.html).

O Zoomóvel é um projeto de educação ambiental, que transformou um ônibus urbano em uma sala de biologia, com exposição de hábitos, características e curiosidades de muitos animais. Este ônibus vai à praças, escolas e outras cidades, através de pedidos feitos ao Zoológico.

As visitas orientadas contam com o acompanhamento de guias para grupos em um roteiro pré-estabelecido, que têm como objetivo passar informações sobre a fauna do zoológico, dando ênfase especial à fauna brasileira.

Como mencionado acima, o Zoológico de São Paulo também é um dos principais zoológicos do Brasil. Possui uma área de 824.529 m² de mata atlântica, com 3.200 animais, entre eles mamíferos, répteis, anfíbios, invertebrados e aves migratórias. No espaço do zoológico se localiza a nascente do riacho Ipiranga, cujas águas formam um lago que acolhe exemplares de aves de várias espécies, além das aves migratórias. Assim como o lago, a mata abriga animais nativos de vida livre, como o Bugio (espécie de macaco), o Tucano-de-bico-verde, o Gambá, a Preguiça e o Teiú (espécie de lagarto).

Possui infra-estrutura receptiva, como a biblioteca com aproximadamente 4.200 volumes, que é aberta ao público. Conta com um anfiteatro onde são realizados cursos, palestras, simpósios e encontros científicos, além de um estacionamento com capacidade para 2.000 carros.

Desde sua abertura em 1958, o zoológico de São Paulo já recebeu aproximadamente 70 milhões de visitantes, sendo 1.600.000 no ano de 2000. “Destacando-se como um dos mais interessantes e instrutivos pontos turísticos de São Paulo, o zoológico oferece ao público a oportunidade de conhecer animais da fauna brasileira e de outras partes do mundo” (www.zoologico.sp.gov.br/zoo.htm).

Quando se fala em infra-estrutura receptiva ao turista, não se pode deixar de mencionar o Jardim Botânico do Rio de Janeiro, que também é um local muito importante e interessante, que recebe inúmeros visitantes por ano. Nos últimos anos, o Jardim Botânico vem recebendo em média 350.000 visitantes por ano (www.jbrj.gov.br).

O Jardim Botânico do Rio de Janeiro tem uma importância histórica, científica e cultural, além de mobilizar os visitantes para as questões ambientais, na busca de uma melhor qualidade de vida. O Jardim Botânico é conhecido por sua história, pois quando a família real veio para o Brasil, D. João VI, em 11 de outubro de 1808, encantado com a exuberância da natureza do lugar, instalou o Jardim, que depois passou a ser chamado de Real Horto. Após 1822, o local foi aberto para visita pública. Possui uma área de 137 alqueires, sendo 54 cultivados, com aproximadamente 7.200 espécies de plantas, e “se classifica um dos dez mais importantes jardins botânicos do mundo, internacionalmente reconhecido como um museu vivo, na área da botânica” (www.jbrj.gov.br)

Hoje, no local, existem diversas atividades e programas, como o de Educação Ambiental. O objetivo é “tornar acessível ao visitante as informações sobre os recursos naturais e culturais do Jardim Botânico do Rio de Janeiro, através do desenvolvimento de programas no centro de visitantes, como uma forma de dinamizar o atendimento ao público” (www.szb.org.br).

Dispõe de um Museu Botânico que foi aberto ao público em 20 de setembro de 1991. “Sua finalidade é manter o acervo da instituição, pesquisando e expondo a participação do Jardim Botânico no cenário científico, e buscando fornecer, por meio de exposições, informações que levem o visitante a valorizar a flora brasileira e necessidade de proteção do meio ambiente” (www.szb.org.br). O museu realiza pesquisas, exposições permanentes e itinerantes e dispõe de folhetos em Português, Inglês e Braille.

Pode-se concluir que as práticas de lazer e turismo, nestes locais, são muito expressivas, pois dispõem de infra-estrutura receptiva e vários projetos para entretenimento dos visitantes.

1.2 Jardim Zoológico de Limeira

Sabe-se que foi entre os anos de 1960 e 1980 que surgiu grande parte dos jardins zoológicos do Brasil. Em Limeira, no ano de 1968, foi inaugurado o Jardim Zoológico Municipal. Esse é o nome pelo qual a maioria da população limeirense o conhece, mas no dia 23 de dezembro de 1977 ele foi registrado como Parque Ecológico Municipal. Nesta data, o Jardim Zoológico de Limeira era uma das instituições que fundava, em Sorocaba, a Sociedade dos Zoológicos Brasileiro (www.szb.org.br).

A cidade de Limeira possui 230 mil habitantes e está localizada em uma região privilegiada, sendo servida pelo entroncamento das principais rodovias, como a Anhanguera, Bandeirantes e Washington Luís. Está na região central do estado de São Paulo, a 154 Km da capital. Muito próxima à região administrativa de Campinas, “faz divisa com os municípios de Araras e Cordeirópolis ao Norte, Americana e Santa Bárbara D’Oeste ao Sul, Piracicaba e Itacemópolis a Oeste, Artur Nogueira e Cosmópolis a Leste” (Plano Diretor Turístico de Limeira, Vol. IV, p. 88).

Destaca-se dentro de um cenário competitivo de destinações turísticas da região, devido ao turismo histórico-cultural das suas fazendas históricas, tendo inclusive recebido o selo turístico da Embratur (Instituto Brasileiro de Turismo), que reconhece o município como possuidor de potencial turístico.

O Jardim Zoológico Municipal de Limeira, objeto deste estudo, pode ser classificado tanto como jardim zoológico quanto parque ecológico, pois possui uma área de 22.155 m² com um bosque de variadas plantas nativas, como o Ipê e o Pau Brasil, além de 166 animais, divididos em 62 espécies diferentes.

O espaço conta também com um Anfiteatro de Educação Ambiental, inaugurado em 1994, onde são realizadas palestras, atividades ecológicas e apresentação de vídeos educativos, que recebeu como nome “Roberto Burle Marx”, em homenagem a esse homem que teve grande influência para a perspectiva da preservação ambiental. Segundo Franco, Burle Marx foi o pioneiro na introdução de espécies nativas nos projetos de paisagismo a partir da década de 1930, introduzindo as plantas do ecossistema brasileiro onde antes só se usavam plantas européias (Franco, 2000, p. 147).

Conforme arquivos do zoológico de Limeira, o espaço do zoológico municipal é parte da antiga chácara do Coronel Flamínio Ferreira de Camargo, onde foi feito um casarão que, por algum tempo, foi utilizado como Câmara Municipal, e hoje, graças ao seu estilo arquitetônico, representa um patrimônio cultural e histórico do município.

Por volta de 1931, o Coronel Flamínio vendeu sua propriedade para o Dr. Trajano de Barros Camargo, um pioneiro da indústria limeirense. Sua esposa, D. Maria Thereza Silveira de Barros Camargo, foi a primeira mulher a se eleger prefeita no Brasil no ano de 1934. Este fato fez com que Dr. Trajano construísse na área, que é hoje o jardim zoológico, um lago em sua homenagem de 3 mil m². Apesar deste histórico, existe uma lenda que diz que o lago tem o nome de Maria Thereza porque uma menina com este mesmo nome morreu afogada ali.

D. Thereza e seu marido montaram no local do jardim zoológico uma fábrica e contrataram alguns homens, para cuidar da administração. Alguns anos depois, a empresa Mercedes Benz do Brasil comprou a fábrica e então, a área verde se tornou o jardim zoológico, através da doação dessa empresa para a Prefeitura Municipal de Limeira, em 02 de fevereiro de 1967.

Alguns registros sobre o local, de dezembro de 1983, mostram que Ubiratã de Campos Freire, que na época era secretário de Serviços Públicos e Assistência Rural, orientado por um biólogo, já pensava em transformar o jardim zoológico em um centro de estudos, com salas de projeção de filmes e slides, pesquisas ecológicas e biblioteca, com a finalidade de despertar a juventude para a preservação da flora e fauna (O Estado de S. Paulo, 11/08/ 1987, p.15).

Dois anos depois, a prefeitura chegou a anunciar que o jardim zoológico seria transferido para o horto florestal, onde passaria a ser também um jardim botânico, como fonte de conhecimento da flora regional e nacional, com plantas medicinais e algumas espécies exóticas. Isso não ocorreu, e hoje o espaço do atual zoológico não recebe uma atenção especial por parte da administração pública e a própria população pouco reconhece a importância social desta atração.

Durante entrevista com a bióloga responsável, Ana Cláudia Abreu, foi revelado que uma verba foi destinada ao zoológico no começo do ano de 2002, mas esta foi aplicada na estrutura física para os animais. O zoológico procurava, deste modo, seguir as diretrizes do Ibama (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis) que, entre outras normas, exige a cobertura de parte da jaula (por causa do sol e chuva), que seu tamanho esteja de acordo com cada espécie de animal e que possua grades de proteção segundo determinados padrões. Após estas reformas da infra-estrutura, conforme a entrevista, a Prefeitura ficou sem verbas para aplicar em outras necessidades do zoológico. Mesmo assim, se for destinada mais alguma verba, está ainda precisará ser direcionada para a melhora da infra-estrutura local.

Foi mostrado o esboço de um *folder* do zoológico, que está sendo feito para ser lançado no mercado, mas o lançamento dependerá da ajuda de patrocinadores, visto que não incide um real interesse da administração municipal sobre o assunto.

Hoje, trabalham no zoológico quatorze funcionários contratados pelo poder público municipal e alguns do projeto Frente

Trabalhista⁴, que complementam o quadro mínimo de funcionários necessários. Segundo a bióloga, somente os funcionários contratados pela prefeitura não seriam suficientes.

Através da visita realizada ao local, bem como, pela entrevista concedida, percebe-se claramente que é necessário muitas melhorias na infra-estrutura do zoológico para que o mesmo possa vir a atrair turistas. Na verdade, a melhora da estrutura física destinada aos animais é sem dúvida, um dos requisitos básicos para se constituir um atrativo turístico em um jardim zoológico.

1.3 Zoológico municipal de Limeira: turismo e infra-estrutura

Diante do crescimento do turismo nacional em 1999 foi elaborado o Plano Diretor Turístico de Limeira. Pode-se verificar que este plano aborda o jardim zoológico apenas de maneira superficial, dizendo que “a única infra-estrutura receptiva disponível aos visitantes são os sanitários e bebedouros”. O plano ainda apresenta como proposta “incentivar as atividades científicas e de educação ambiental na área do zoológico, voltando-se para estudo e desenvolvimento de temas ligados à fauna e à flora de Limeira” (Plano Diretor Turístico de Limeira, Vol. II, p. 197 e Vol. IV, p. 49). Mesmo assim, pode-se afirmar que, no estado em que se encontra o zoológico atualmente, para que venha a se tornar

⁴ Projeto desenvolvido pelo governo nacional, no qual pessoas que estão há muito tempo desempregadas fazem um contrato de trabalho de nove meses, recebendo salário mínimo, cesta básica e transporte. Executam trabalhos diversos, como coleta de lixo, limpeza de rua, jardinagem, faxina, entre outros.

um atrativo com potencial turístico, muitas melhorias teriam que ser feitas. É preciso muito mais do que apenas desenvolver essas atividades.

Analisando o Plano Diretor de turismo da cidade, pode-se afirmar que, considerar que os bebedouros e sanitários são infraestrutura receptiva, é algo equivocado, pois os bebedouros se encontram em péssimo estado, cujas torneiras não possuem devido tratamento de água. Já os sanitários, três masculinos e três femininos, não têm luz, o interruptor está quebrado e possuem poluição visual (com escritos na parede feitos com caneta corretiva). Além disso, por infraestrutura para o turismo, que é a qual o plano efetivamente trata, deve se levar em conta muito mais que banheiros e bebedouros.

A respeito da infraestrutura básica e de apoio ao turista, além dos sanitários e bebedouros, é preciso também fazer a limpeza no atrativo, garantir a segurança e dotá-lo de sinalização adequada para o turismo, telefones públicos e serviços de informações turísticas, com pessoas qualificadas e em condições de atender ao turista (Moleta, 2000, p. 16-7). No local também se faz necessário uma portaria, bancos para sentar, lixeiras e uma área para alimentação.

Alguns animais estão soltos, como sagüis, esquilos e patos. Não existe nenhum tipo de sinalização turística; o que existe são placas denominando o nome dos animais e plantas (estas sem o ano de sua plantação, o que seria interessante devido algumas espécies lá serem raras e antigas), sendo que algumas já não têm sua sinalização visível. Os bancos para descanso e lixeiras são em pequeno número. Alguns indivíduos suspeitos transitam pelo local, que não tem segurança necessária (foi visto apenas um guarda municipal). Não há nenhum funcionário resguardando a entrada

No tocante ao turismo, sendo o Zoológico Municipal de Limeira objeto de estudo deste trabalho, pode-se auferir que o mesmo não é um espaço que possua atrativos suficientes para que o turista venha de fora e se hospede na cidade apenas para visitá-lo. Um dos fatores que contribuem para isso, no entanto é também a falta de infra-estrutura receptiva da cidade de Limeira de uma maneira geral.

Segundo a OMT (Organização Mundial de Turismo) o turismo é um fenômeno que ocorre quando um ou mais indivíduos se trasladam a um ou mais locais diferentes de sua residência habitual, por um período maior que 24 horas e menor que 180 dias, sem participar dos mercados de trabalho e capital dos locais visitados. Sobre essa denominação, Oliveira completa-a dizendo que fazer turismo pressupõe uma viagem temporária que exige infraestrutura adequada (apud. Oliveira, 2000, p. 31-2).

Os indivíduos que praticam turismo são chamados de visitantes, e podem ser classificados em dois tipos: turistas e excursionistas. Por turistas, entende-se os “visitantes temporários que permanecem pelo menos vinte e quatro horas no país visitado”, já por excursionistas como “visitantes temporários que permanecem menos de vinte e quatro horas no país visitado” (Oliveira, 2000., p. 34). Assim, verifica-se que, grande parte dos visitantes do jardim zoológico de Limeira, são visitantes locais e alguns poucos excursionistas.

No trabalho desenvolvido na maioria dos zoológicos, uma das grandes funções é o lazer agradável que esta área vem propiciar como espaço turístico e de Educação Ambiental (EA), principalmente no tocante às crianças, que têm no zoológico de sua cidade a maior oportunidade de contato com aspectos e noções de ecologia e meio ambiente, além do conhecimento das variadas espécies animais.

A EA vem se tornando, hoje em dia, fator preponderante dentro dos zoológicos. Não adianta preservarmos o meio ambiente sem ensinarmos, principalmente às crianças e aos adolescentes, o porquê da grande importância das espécies animais e vegetais para a boa qualidade de vida de todos os seres humanos.

Neste sentido, o presente trabalho visa considerar as possibilidades e a viabilidade de desenvolvimento da EA no espaço do zoológico municipal de Limeira através de atividades entendidas como excursionismo ou visitas de um dia.

2. Turismo e educação ambiental nos espaços verdes urbanos

Para descrever a importância dos espaços verdes urbanos, se faz necessário demonstrar a importância e significado de meio ambiente: “O meio ambiente constitui uma unidade na qual todos os elementos componentes, mantêm inter-relações diretas e indiretas, onde se inclui necessariamente o homem” (Rodrigues, 1987, p. 28).

Alguns estudiosos dizem que as cidades constituem um ecossistema por terem que passar por processos parecidos aos que operam em sistemas silvestres. Outros argumentam que, apesar das cidades possuírem algumas características encontradas em ecossistemas naturais, não podem ser consideradas ecossistemas verdadeiros, devido à influência do homem.

...o fato é que se definirmos ecossistema como um conjunto de espécies interagindo de forma integrada entre si e com o seu ambiente, as cidades certamente se encaixam nesta definição. As grandes cidades e outras áreas povoadas estão repletas de organismos. O construtor

destes habitats artificiais é o homem, mas uma infinidade de outras criaturas aproveitam e se adaptam a esses novos habitats recém criados (Cláudia Jacobi apud www.icb.ufmg.br/~beds/claudiajacobi.html).

Analisando a definição de Jacobi, pode-se dizer que as cidades são um ecossistema, mas os habitats artificiais criado pelo homem podem ser classificados como ecossistemas urbanos. Os espaços verdes urbanos, como os parques e jardins zoológicos, são locais que fazem parte do então denominado ecossistema urbano. Estas áreas verdes cumprem funções importantes como a de produzir oxigênio, esfriar o ar por meio da sua transpiração, absorver poluentes e servir como barreiras acústicas. Têm uma grande importância, pois muitos deles são utilizados como espaços turísticos.

Segundo Rodrigues, esses espaços podem ser denominados como recursos naturais, ou melhor, recursos ambientais, que é um termo mais abrangente, uma vez que vai além das simples características do meio físico e alcança a inter-relação entre esse meio e a vida animal e vegetal que nele se desenvolve (Rodrigues, 1997, p. 28-9).

Para Beni, estes locais podem ser atrativos para o Turismo Urbano. Quanto ao visitante e à oferta deste tipo de turismo, deve ter como destaque a paisagem natural e a construída pelo homem. Podemos citar como exemplo: parques, bosques, rios, entre outros. Para o residente, esse mesmo roteiro assume o caráter de lazer urbano (Beni, 2000, p. 426).

Porém, um dos grandes problemas na utilização destes locais, como já foi citado acima, é que muitos não possuem infraestrutura receptiva e, principalmente, não contam com a atenção por parte das autoridades. Tais locais deveriam ser fonte de lazer e

entretenimento para as classes menos privilegiadas da população, que não têm condições de pagar pelo espaço privado para ter algo que é essencial para a vida das pessoas, o lazer:

...Os espaços de lazer, inclusive as áreas verdes e o lazer propriamente dito tornaram-se produtos de mercado. (...) quem não pode pagar pelo estádio, pela piscina, pela montanha e o ar puro, pela água, fica excluído do gozo desses bens que deveriam ser públicos porque são essenciais. O lazer não é entendido como essencial e, portanto, os espaços e equipamentos de lazer não costumam merecer a atenção necessária, nem lhes é atribuída a importância real numa política de administração urbana. O lazer possui mesmo um caráter “revolucionário”, pois é no tempo de lazer onde se procura a vivência de alguma coisa pela escolha e satisfação, o encontro com pessoas ou com o “novo” e o “diferente”. As diferenças criam “espaço” para o conflito, o que pode provocar dúvidas e reflexões (Marcellino, 1996, p.27.).

É importante que todas as pessoas tenham lazer, independente da situação econômica de cada indivíduo. As classes menos privilegiadas têm todo o direito ao lazer, como nos mostra a Declaração Universal dos Direitos Humanos, proclamada por resolução da Organização das Nações Unidas em 10 de dezembro de 1948, que diz no artigo 24: “Todo homem tem direito a repouso e lazer, inclusive a limitação razoável das horas de trabalho e as férias remuneradas periódicas”.

Mas o descuido do poder público é grande, já que não se importa se as classes menos privilegiadas contam ou não com espaços adequados para o usufruto do lazer, sendo a situação econômica da população muitas vezes esquecida, como relata

Marcellino:

Tendo como pano de fundo a questão econômica, sabemos que existe uma série de barreiras de sexo, faixa etária, espacial, de estereótipos, que limitam o lazer qualitativo e quantitativamente, o que requer, no âmbito municipal, que se enfatize a atuação objetivando minimizar seus efeitos, priorizando ações que facilitem o acesso às camadas da população que, normalmente, não são atendidas (Marcellino, 1996, p. 28).

É preciso que a atenção para as camadas menos privilegiadas seja redobrada, pois os espaços existentes hoje não são capazes de suprir as necessidades desta demanda.

... o fato de as cidades não terem previsto as crescentes necessidades sócio-culturais da população e o fato de que essa população apresenta flagrantes diferenças sócio-econômicas, mostra evidentemente a reduzida capacidade de oferta, em face do amplo contingente populacional a ser atendido (Requixa, 1977, p. 54).

Os espaços públicos de lazer não atendem as necessidades da população mais carente, pois geralmente são criados para suprir interesses políticos principalmente em épocas de campanha eleitoral, sendo depois abandonados e tornando-se abrigos potenciais para a marginalidade e a criminalidade.

Segundo Padovani:

... a vontade política do poder público, no que se refere à criação de espaços destinados basicamente ao lazer, pode ser considerada nula na maior parte das cidades, ainda mais se pensarmos em espaços destinados ao crescimento pessoal e social, valores básicos do lazer (...) ao invés de

uma política efetiva, são baixados pacotes de eventos, onde na maioria das vezes acontecem as caricaturas de momentos históricos, entre outras medidas, que pouco têm a acrescentar (...) o descaso se deve provavelmente ao fato de, assim como outros setores, o lazer ser encarado pelo poder público como forma de dispêndio de recursos sem retorno (Padovani, 2002, p. 194).

O que geralmente o poder público tem a acrescentar para a população como alternativas de lazer, realmente, são os calendários de eventos e inauguração de praças públicas. Como relata Padovani, os locais públicos destinados ao lazer não trazem de fato retorno financeiro para o governo, diferente de locais privados que, para se implantar em algum local, pagam impostos, taxas, entre outros, para o poder público.

Por outro lado, entretanto, os espaços públicos de lazer, principalmente as áreas verdes, são locais capazes de estabelecer uma relação de identidade com a população. Jacobs, ao comentar sobre os espaços urbanos de lazer existentes nos Estados Unidos, diz que tais locais precisam da dádiva da vida e da aprovação da população, porque ou as pessoas dão utilidade aos parques e fazem deles um sucesso, ou então não o usam e os condenam ao fracasso (Jacobs, 2000, p. 97).

Isso se aplica no Brasil também, pois essa relação de identidade com o local realmente precisa existir. No entanto, o que muitas vezes ocorre é que, por um certo tempo (geralmente alguns meses), a população escolhe um local para usufruir, faz dele um sucesso, freqüenta-o quase todos os dias e depois o abandona. Seria preciso, para evitar este abandono, que a população se identificasse de forma positiva com o local, preservando e utilizando-o de forma correta.

Isto demonstra a importância de preservar as áreas verdes urbanas. No entanto, segundo Requiça, “ (...) há tempos tem sido quase

impossível deter a gradativa extinção das áreas verdes, graças à ocupação utilitária do espaço e à especulação imobiliária, que fazem com que essas áreas abriguem edificações para uso comercial ou residencial: “Essas áreas estão em notória desvantagem em relação aos outros serviços urbanos, pois, há uma acentuada preferência das prefeituras pela manutenção de *play-grounds*” (Requixa, 1977, p. 73).

A maioria das cidades conta com poucas áreas verdes e, como se sabe, um dos indicadores de qualidade de vida é a metragem de área verde por habitante. Segundo recomendações internacionais, é sugerido “12 m² de área livre e verde por habitante, mas calcula-se nas grandes cidades entre 2 e 3 m² por habitante” (Requixa, 1977, p. 72). Portanto, é preciso primeiro que se preservem os poucos locais que ainda restam, antes que sejam totalmente degradados. Pode-se concluir que o verde está escasso, contrariando um direito da população e trazendo como uma das conseqüências a diminuição dos espaços e das possibilidades de lazer.

Muitas vezes o comportamento humano decepciona, pois muitas pessoas mantêm desrespeito e descaso para com os ambientes naturais. É preciso que sejam criados novos mecanismos de conscientização da população sobre a importância da boa relação que deve haver entre a sociedade e as áreas verdes urbanas que ainda restam.

Um destes mecanismos de conscientização é a EA (Educação Ambiental), que pode ser aplicada a qualquer idade. Mas, neste trabalho, o enfoque serão as crianças que, sem dúvida, vivem a fase que melhor assimila as informações e que melhor pode exercer influências positivas a partir da EA.

2.1 Educação ambiental e os parâmetros curriculares nacionais

Para descrever uma análise de viabilidade dos estudos e da EA no zoológico, se faz necessária uma rápida abordagem sobre o que se entende por EA (Educação Ambiental).

A EA é entendida por um “processo permanente no qual os indivíduos e a comunidade tomam consciência do seu meio ambiente e adquirem conhecimentos, valores, habilidades, experiências e determinação que os tomem aptos a agir e resolver problemas ambientais, presentes e futuros” (Dias, 2000, p. 523).

Para falar sobre EA, se faz necessário tratar da problemática ambiental, que já há um certo tempo vem recebendo atenção mundial.

Pode-se dizer que o esgotamento e inviabilização de recursos indispensáveis à própria sobrevivência da humanidade fez com que começassem surgir movimentos em defesa do meio ambiente, após a Segunda Guerra Mundial, principalmente a partir da década de 1960 (Rodrigues & Rodrigues, 2001, p. 35).

Tais movimentos têm como objetivo maior buscar alternativas para uma melhor qualidade de vida e tentar minimizar o ritmo acelerado de destruição dos recursos naturais ainda existentes, pois o nosso sistema econômico (capitalista) destrói os ambientes naturais para além das suas capacidades de regeneração:

...o processo industrial no todo destrói mais “reservas” naturais e humanas do que ele próprio pode produzir ou regenerar. Nesse sentido, é tão auto-gerador quanto um câncer, tão criativo quanto fogos de artifício, tão produtivo

quanto o cultivo de drogas. O que durante mais de duzentos anos foi festejado como produtividade humana quase sem contestação, está cada vez mais sendo visto agora em seu caráter destrutivo e vicioso (...) parece-me que a sociedade atual, sofrendo crises de náusea frente a sua classe política, no momento não pode fazer mais do que se conceder uma pausa de reflexão para questões fundamentais (Sloterdijk, 1999, p. 63 e 91).

Entre essas questões fundamentais está a questão ambiental, que passa a ser discutida em todo o mundo, iniciando assim as grandes reuniões mundiais sobre a preservação do meio ambiente.

... instituiu-se, assim, um fórum internacional em que os países, apesar de suas imensas divergências, se vêem politicamente obrigados a se posicionar quanto as decisões ambientais de alcance mundial, a negociar e a legislar, de forma que os direitos e os interesses de cada nação possam ser minimamente equacionados em função do interesse maior da humanidade e do planeta (Sloterdijk, 1999, p. 91).

A EA surge como proposta de minimizar os problemas ambientais ocorridos mundialmente. Em 1968 a Unesco (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura) realizou uma primeira reunião, com a participação de 79 países, desenvolvendo um estudo sobre o trabalho desenvolvido pelas escolas com relação ao meio ambiente. Ficou definido que seria aceito internacionalmente que a EA não deveria se constituir numa só disciplina (www.unesco.org).

Em 1972 foi realizada, em Estocolmo, a Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente Humano. Participaram 113 países que assinaram uma declaração que diz, no artigo 19, que:

... é indispensável um trabalho de educação em questões ambientais, visando tanto as gerações jovens, como os adultos, dispensando a devida atenção aos setores menos privilegiados, para assentar as bases de uma opinião pública bem informada e de uma conduta responsável dos indivíduos, das empresas e das comunidades, inspirada no sentido de sua responsabilidade, relativamente à proteção e melhoramento do meio ambiente em toda a sua dimensão humana (www.mec.gov.br/sef/ambiental/eabra016.htm).

Recomendou-se a criação do Programa Internacional de Educação Ambiental (PIEA), para ajudar a enfrentar a ameaça de crise ambiental no planeta. Mas este programa só foi efetivado em 1975, depois que representantes de 65 países se reuniram em Belgrado (ex-Iugoslávia, atual Sérvia) para formular os princípios orientadores, na “Conferência de Belgrado”.

Em 1977, ocorre em Tbilisi (Geórgia), outra Conferência. Nesta, foi dada uma definição para a EA que a identificava como “uma dimensão dada ao conteúdo e à prática da educação, orientada para a resolução dos problemas concretos do meio ambiente por intermédio de enfoques interdisciplinares e de uma participação ativa e responsável de cada indivíduo e da coletividade” (www.bdt.fat.org.br/publicacoes/politica/gtt/gttedu/).

Em 1987, na Conferência Internacional sobre Educação e Formação Ambiental, convocada pela Unesco e realizada em Moscou, concluiu-se pela necessidade de introduzir a EA nos sistemas educativos dos países.

Em 1992, ocorre pela primeira vez no Brasil uma Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, realizada

no Rio de Janeiro, mais conhecida como Rio/92. Um dos documentos mais importantes aprovados na mesma foi a “Agenda 21”.⁵

Em cumprimento às recomendações da Agenda 21, é aprovado no Brasil o Programa Nacional de Educação Ambiental (Pronea), que foi instituído em 1994. Foram feitas parcerias entre os Ministérios da Educação, Meio Ambiente, Cultura, Ciências e Tecnologia, que previam ações para EA nos âmbitos formal e não-formal.

Devido a mudanças de governo, o Pronea não foi efetivamente implantado, mas forneceu subsídios para a formulação da Lei n.º 9795/99 de 27 de abril de 1999, que está articulada na Política Nacional de Educação Ambiental. Esta lei diz que a EA é um componente essencial e permanente da educação nacional, devendo estar presente em todos os níveis do processo educativo.

Com todos esses processos em andamento, o Ministério da Educação e Cultura (MEC) estabeleceu uma revisão dos currículos utilizados pelos professores e especialistas em educação no país, revisão instigada pela nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação. A Secretaria de Educação Fundamental do MEC criou os Parâmetros Curriculares Nacionais, mais conhecidos como PCN’s. Foi feita a primeira versão em 1995, que foi enviada para a análise de quatrocentos profissionais. Estes sentiram a necessidade de criar uma segunda versão, completada em 1998, que ficou sendo a versão definitiva. A grande fonte inspiradora os PCN’s foi a reforma educacional promovida na Espanha em 1990, promovida pela LOGSE (Lei Básica da Reforma Educativa Espanhola) (www.mec.gov.br/sef/ambiental/declar10.htm).

⁵ A Agenda 21 é um compromisso voluntário dos países que participaram da Conferência Mundial sobre Desenvolvimento e Meio Ambiente, promovida pelas Nações Unidas e realizada no Rio de Janeiro, em 1992.

Foi estabelecido que os PCN's

...podem ser entendidos como um conjunto de proposições elaboradas para servirem de base não apenas para elaboração e revisão das políticas de currículo dos Estados e Municípios, mas também para orientação dos próprios investimentos que serão feitos no sistema educacional propondo princípios pedagógicos e metodológicos a serem observados pelas instituições de ensino da rede pública (Parâmetros Curriculares Nacionais, 1997, Vol. I, p. 29).

Os PCN's são apresentados como uma reunião de propostas atuais e eficazes para analisar as políticas curriculares nacionais, servindo como diretrizes para a elaboração de projetos educativos, planejamento pedagógico e material didático e, principalmente, norteando as reflexões sobre a prática pedagógica em geral.

Os PCN's são de extrema importância para incentivar a que os alunos adquiram um conhecimento maior sobre alguns temas de grande relevância, como as questões da Ética, da Pluralidade Cultural, do Meio Ambiente, da Saúde, da Orientação Sexual e do Trabalho e Consumo, questões consideradas problemáticas sociais e urgentes, com abrangência nacional e até mesmo mundial.

... com isso, pretende-se criar condições, nas escolas, que permitam aos jovens ter acesso ao conjunto de conhecimentos socialmente elaborados e reconhecidos como necessários ao exercício da cidadania. (...) A expectativa é de que os PCN's sirvam de apoio às discussões e ao desenvolvimento do projeto educativo das escolas, à reflexão sobre a prática pedagógica, ao planejamento das aulas, à análise e seleção de materiais didáticos e de recursos tecnológicos e, em especial, que possam contribuir para a formação e atualização profissional dos professores (Rodrigues & Rodrigues, 2001, p. 43).

No tema Meio Ambiente, os PCN's sugerem aos professores a implementação da EA nas escolas, com a abordagem da EA em todos os ciclos da educação fundamental.

A EA é enfocada nos PCN's "... no sentido de fortalecer sua prática, seja pela sua aplicabilidade na instituição escolar, seja pelo estímulo que diferentes profissionais da área educacional percebam que não é possível conceber uma educação comprometida com a continuidade da vida humana desacompanhada de sua dimensão ambiental" (Parâmetros Curriculares Nacionais, 1997, vol. 9, p. 31).

A forma como a EA foi incluída nos PCN's deixa bem claro que a escola tem um papel fundamental na formação de cidadãos ativos e responsáveis, resgatando valores essenciais como a ética, fraternidade e respeito à vida em geral. É preciso que o professor queira trabalhar a EA dentro do seu currículo, encontrando tópicos do conteúdo programático que se encaixem com práticas de EA a serem ensinadas, criando material didático ou dinâmicas de ensino que abordem assuntos ligados à EA.

Os processos educativos podem ser associados, sem dúvida, às demais atividades de luta pela qualidade de vida e pela sustentabilidade.

Dentro desta luta por uma melhor qualidade de vida, ocorreu entre 26 de agosto a 04 de setembro de 2002, em Johannesburg (África do Sul), a Rio + 10 (Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável). Teve a participação de cerca de 190 países, quando se discutiu a implantação e os resultados daquilo que tinha sido proposto uma década antes, na Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (Rio-92), que aconteceu no Rio de Janeiro (www.riomaisdez.org.br/index.asp).

Na conferência de 2002 foi emitido um Plano de Implementação com 10 capítulos e cerca de 70 páginas, com os objetivos a serem alcançados pelo países com referência à colaboração para o desenvolvimento sustentável.

... entre alguns pontos significativos está o fato de que 6.000 cidades no mundo já implantaram a Agenda 21 local, desde a Conferência da Rio 92 (...) um grande diferencial se deu mediante a intensa participação da sociedade civil brasileira na preparação dessa última Conferência, o que demonstra uma população mais cidadã e mais informada do que antes (www.riomaisdez.org.br/index.asp).

Para que a população seja cada vez mais cidadã e informada, é necessário que seja conscientizada sobre a importância da preservação ambiental. Dentro desta meta, em Limeira, entre outros espaços, o Jardim Zoológico Municipal pode contribuir muito para o desenvolvimento da EA.

Nesta cidade existe a lei nº 2883, de 9 de março de 1998. Esta lei institui na Rede Municipal de Ensino a obrigatoriedade do ensino de noções, atividades e programas de EA. As unidades de ensino terão que montar um currículo mínimo para que, no ensino das disciplinas compatíveis, já ministradas em escolas da rede municipal, sejam incluídas noções gerais e trabalhos sobre a educação, preservação e proteção ao meio ambiente do município. Terão que enfatizar a observação direta da natureza, o estudo do meio e a pesquisa de campo com atividades extra-classe.

Neste sentido, torna-se relevante uma análise do Zoológico Municipal de Limeira pelo viés da prática da EA através do excursionismo.

2.2 A educação ambiental no Zoológico Municipal de Limeira

A organização do espaço do Jardim Zoológico de Limeira poderá contribuir para a exploração da atividade turística e para a EA.

O turismo tem muita relação com a natureza, pois muitas vezes as paisagens naturais consistem no principal fator de atratividade. Geralmente, os espaços verdes nas áreas urbanas são objeto de consumo para aqueles que praticam a atividade turística. Como exemplo pode-se citar o Central Park na cidade de Nova Iorque ou mesmo o Parque do Ibirapuera em São Paulo.

No período entre os séculos XVI e XIX, com o deslocamento humano para fins comerciais, religiosos ou exploração de territórios, existia um objeto de interesse muito grande, que era a paisagem natural, com práticas de coleta e observação da natureza, principalmente para a pintura (Serrano & Bruns, 1995, p. 104). Hoje a paisagem natural continua sendo um objeto de interesse muito grande, voltado principalmente para a exploração da atividade turística.

Por sua vez, a escassez dos ambientes naturais fez com que surgisse uma nova área do pensamento ecológico no século XX, denominado “Ecologismo”. A idéia central do Ecologismo é a de que haja mudanças na economia, na cultura e na maneira de os homens se relacionarem com a natureza e entre si, pois, com a atual crise ecológica, a proteção do meio não se pode concretizar apenas com medidas parciais de conservação ambiental. (http://www.shoppingportoalegre.com.br/coolmeia/Estatuto_Social.htm).

O ecologismo é um movimento de extrema importância. Sua influência estendeu-se até mesmo para o Turismo, gerando segmentos como o Ecoturismo e o Turismo Ecológico. Neste sentido, Serrano observa que:

... é igualmente notável o casamento entre ecologia e turismo, em uma era em que o ambientalismo se afirma como uma poderosa ideologia/ utopia. Tudo leva a crer que tanto o ambientalismo resgatador da singularidade do natural, quanto o turismo resgatador da experiência do “eu estava lá”, e, portanto, de uma certa singularidade do sujeito na sociedade de massas, vieram para se estabelecer como dois grandes fatores de diferenciação social no presente (Serrano, 1999, p. 36).

Para uma melhor associação entre ecologia e turismo no Brasil, falta ainda um levantamento preliminar sobre os recursos naturais que possam servir como atrativos para os visitantes. Porém, segundo Pellegrini Filho, experiências de outros países têm demonstrado a possibilidade de completo êxito no manejo de parques e semelhantes para uso turístico (Pellegrini Filho, 2001, p. 33).

Os parques e semelhantes, como os jardins zoológicos, são reservas da flora e da fauna, áreas voltadas para proteção ambiental, desenvolvimento da educação e, deste modo, são espaços de desenvolvimento turístico, proporcionando além do conhecimento também lazer.

O ambiente natural do Jardim Zoológico de Limeira tem um grande potencial para atividades de turismo com consciência ecológica. Trata-se de um local pertencente ao poder público, que poderá propiciar lazer e entretenimento sem nenhum custo para seus visitantes. Ao abordar o espaço deste jardim zoológico, destacam-se as possibilidades para o turismo educacional, em especial a educação ambiental.

Segundo Beni, turismo educacional são viagens educacionais organizadas por uma instituição de ensino, com professores especializados, tendo a intenção de visitar pontos históricos ou de interesse para o desenvolvimento educacional dos estudantes (Beni, 2001, p. 426).

Com o intuito de promover a idéia de educação ambiental aos seus visitantes, neste capítulo, a demanda efetiva analisada é formada por estudantes da 3ª e 4ª série do ensino fundamental, das escolas públicas e particulares. Este nicho da demanda foi escolhido para análise levando em conta que no local já existem três projetos de educação ambiental: a *Semana do Mico Leão Dourado*, que ocorre na penúltima semana de maio; a *Semana do Lobo Guará*, que ocorre em outubro; e o *Projeto Reviver*, que ocorre o ano todo, conforme a procura das escolas interessadas. Os três projetos atendem apenas a 3ª e 4ª séries do ensino fundamental. Neles, as crianças têm, primeiro, palestras no anfiteatro (com capacidade para oitenta crianças). Depois, percorrem o zoológico com a companhia de um monitor. Estes projetos são monitorados pelas biólogas que também cuidam da administração do zoológico.

Entre os novos métodos de ensino está o estudo do meio, em que o professor e o aluno se apropriarão do meio transformando-o em conhecimento. A lei de número 9.394, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, determina que algumas atividades sejam realizadas fora da sala de aula, desde que contenham relação com o conteúdo escolar, contribuam para despertar o papel da cidadania no aluno e forneçam-lhes meios para progredir no ensino.

O estudo do meio poderá proporcionar uma intensa quantidade de informações, por meio de fixação visual, tornando mais fácil a compreensão dos fatos, fazendo assim com que as crianças se tornem mais críticas.

Neste sentido, surge como proposta fazer do espaço do zoológico um “estudo do meio”, ou seja, a observação e vivência em campo dos conceitos vistos em sala, que complementarão o método de

ensino, “contribuindo para o debate, fundamentando uma alternativa educacional que leve em conta a relação de interdependência entre o lazer, a escola e o processo educativo” (Marcellino, 1997, p. 18).

É preciso utilizar-se dos espaços verdes nas áreas urbanas para estudo. O próprio incentivo do uso destes espaços poderá criar maior consciência da comunidade sobre a necessidade de preservá-los. Também, a prática anda muito afastada da teoria, distância que a educação ambiental também pode colaborar para diminuir, promovendo maior vivência dos alunos em relação aos conhecimentos produzidos.

No Brasil, segundo Cascino, as instituições de ensino precisam desenvolver novos programas educacionais para promover a EA, dando garantia de continuidade e permanência do processo educativo no jardim zoológico (Cascino, 1998, p. 47). A escola constitui o local privilegiado para o desenvolvimento da EA, por possibilitar um trabalho de intervenção sistemático, planejado e com possibilidade de acompanhamento e avaliação regulares. Neste contexto, torna-se necessário que a escola valorize estratégias pedagógicas que promovam as opiniões e o posicionamento dos alunos, além dos conteúdos e conceitos.

É na escola que se cria uma nova mentalidade a respeito das relações entre o ser humano e o meio ambiente, e o “estudo do meio ambiente deve recorrer aos sentidos das crianças como percepção do espaço, das formas, distâncias, e das cores, cheiros, odores, dos sabores e das alterações do corpo: temperatura, pressão, umidade” (Dias, 2002, p. 212). Neste sentido, utilizar o espaço do zoológico para a EA traz uma compreensão do metabolismo local.

Um entendimento melhor se dará na praticidade dos estudos desenvolvidos com as crianças no local. Para isso, através

da vivência em foco, se construirá um maior e melhor conjunto de conhecimentos, agindo de forma positiva no enriquecimento cultural do aluno. É preciso que esses alunos estejam em sintonia com as constantes mudanças vividas pela sociedade e pela ciência, trocando experiências, ampliando novos horizontes.

Sob essas considerações, a pesquisa que deu origem a este capítulo procurou verificar a satisfação dos educadores (professores) em relação ao espaço do Jardim Zoológico para a Educação Ambiental. Considerou-se importante descobrir como os educadores percebem a importância da Educação Ambiental, e como efetivamente estão contribuindo para a conscientização das crianças do ensino fundamental. E, enfim, como aproveitam o espaço do jardim zoológico para tanto.

Os resultados foram obtidos através da análise dos questionários aplicados aos professores do ensino fundamental de Limeira, abordando a temática da Educação ambiental e do espaço do zoológico municipal. Espera-se, deste modo, poder contribuir com o desenvolvimento de novas pesquisas e reflexões sobre o assunto.

3. Análise de dados

Para melhor analisar a satisfação dos professores(as) do ensino fundamental em relação ao espaço do Zoológico Municipal de Limeira e a viabilidade da prática de EA, foi feita uma pesquisa quantitativa demonstrativa de fonte primária, conforme prevê a metodologia científica, sendo aplicados 40 (quarenta) questionários nas escolas de rede pública.

Diante de diversos professores(as) que lecionam para a 3ª e a 4ª série do Ensino Fundamental de Limeira, o resultado foi

baseado numa pequena amostra, mais indicativa que exata, o que não nos permite afirmar a sua total e indiscutível confiabilidade.

Os questionários foram aplicados no mês de setembro e início de outubro do ano de 2002. Todos os entrevistados são do sexo feminino.

Em um primeiro momento, buscou-se verificar quais seriam as visitas pedagógicas extra-classe desenvolvidas com os alunos. O resultado revelou que: 57% das professoras levam seus alunos ao jardim zoológico de Limeira, que é o objeto de estudo desse trabalho; 13% levam seus alunos ao Horto Florestal de Limeira; 13% levam a outros locais, como jardins zoológicos de cidades vizinhas e feiras, como foi relatado por algumas professoras, pois muitas vezes estes locais têm “algo a mais” para oferecer; 13% não levam a lugar nenhum, alegando falta de oportunidade; 7% levam ao Hopi Hari, pois dizem ganhar descontos para grupos. Estes dados são muito relevantes, pois mostram que o Jardim Zoológico de Limeira atende as expectativas da maioria das professoras para as visitas extra-classe, sugerindo o que este capítulo propõe, ou seja, utilizar o espaço do zoológico para as visitas extra-classe enfatizando a observação direta da natureza e o estudo do meio para a EA.

Neste sentido, a pesquisa procurou verificar se as professoras já haviam participado de algum evento sobre a EA, quando descobriu que 77% já participaram e 23% não participaram. Das professoras que participaram dos eventos relacionados a EA, notou-se que: 67% foram a palestras; 23 % fizeram cursos; e 10 % participaram de outros tipos de atividades, as quais não foram citadas.

Este resultado revela que, conforme o abordado no decorrer deste capítulo a EA já faz parte do conhecimento curricular

da maioria das professoras. Pode-se dizer que o fato da maioria das professoras já terem um certo conhecimento sobre a EA, sugere maior facilidade para o desenvolvimento de atividades no espaço do jardim zoológico de Limeira.

Posteriormente, a pesquisa tentou saber como as professoras avaliam as visitas extra-classe para a EA desenvolvidas com os alunos e o resultado revelou que: 49%, quase a maioria, acham importante; 48% muito importante; e 3% tem outro parecer. Pode-se admitir, sobre esse resultado, que as professoras concordam que sejam feitas visitas extra-classe com os alunos, pois acham que são importantes para o aprendizado dos mesmos.

Sobre essa revelação, faz-se a sugestão de uma maior aplicação dos PCN's para o desenvolvimento da EA no espaço do Jardim Zoológico de Limeira, proporcionando um projeto educativo junto às escolas de rede pública – com planejamento de aulas, seleção de materiais didáticos etc. – que possa contribuir para um melhor desempenho sobre o assunto.

Através dos questionários, pôde-se descobrir se as professoras já haviam levado seus alunos ao zoológico municipal de Limeira. Dentro das opções colocadas, descobriu-se que: a maioria (77%) já visitou o local; e 23% ainda não visitaram, alegando falta de oportunidade e que falta apenas o agendamento de tal visita. Sobre este resultado, pode-se auferir que a maioria das professoras já tem conhecimento e alguma simpatia pelo Jardim Zoológico de Limeira, dado que a maioria já levou seus alunos ao local. Nesse sentido, pode-se ressaltar mais uma vez, como sugestão, colocar em prática o desenvolvimento de atividades de EA neste espaço, dado que alunos do ensino fundamental das escolas públicas de Limeira já perfazem um grande número de visitantes.

Outra pergunta importante e necessária, para análise do espaço do Jardim Zoológico de Limeira, versa sobre como as professoras avaliam a infra-estrutura e a segurança do local para as visitas pedagógicas. Os dados revelam que: a maioria das professoras (57%) considera o espaço do Jardim Zoológico de Limeira um local seguro e com infra-estrutura satisfatória; 34% acham ruim; 3% excelente; 3% acham péssimo; e 3% nunca visitaram o zoológico. Apesar da maioria das professoras analisar o local como tendo boa segurança e infra-estrutura, percebe-se que uma parcela considerável acha que no local falta infra-estrutura e segurança. Reforçando sugestão já dada por este capítulo outrora, o Jardim Zoológico de Limeira precisa passar por um processo de melhorias em sua infra-estrutura, para que se torne um espaço turístico receptível.

Considerou-se relevante saber como as professoras avaliam o interesse dos alunos com relação às visitas ao Jardim Zoológico de Limeira. Os dados revelaram que: a maioria das professoras (57%) avaliaram como bom o interesse; 38% acham que o interesse dos alunos em relação ao espaço é excelente; e 5% têm outra opinião, a qual não foi citada. Neste sentido, os dados revelam que a grande maioria das entrevistadas acha que seus alunos têm interesse pelo local. Isso deve-se ao fato de que os alunos do ensino fundamental de 3ª e 4ª série, estão em uma fase em que melhor se assimilam as informações relativas à EA. No entanto, um maior desenvolvimento de atividades de EA no espaço do Jardim Zoológico de Limeira fará com que essas crianças cresçam com o ideal de preservação e conservação do meio ambiente, o que proporcionará adultos mais responsáveis e conscientes sobre tal questão.

Complementando esses dados, tornou-se relevante saber como as professoras avaliam a contribuição das atividades extra-classe no aprendizado do aluno, de uma maneira geral. Foi revelado que: 67% das professoras acham muito importante a contribuição que as visitas extra-classe trazem para o aprendizado do aluno de uma maneira geral; 33% acham a contribuição importante; e nenhuma das professoras consideram-nas como algo desnecessário, são indiferentes ou têm outra opinião. Pode-se auferir, sobre este resultado, a sugestão de incrementar a utilização do espaço do Jardim Zoológico de Limeira para o estudo do meio e a EA.

Ao serem questionadas sobre como avaliavam os três projetos de EA existentes no Jardim Zoológico de Limeira, 44% consideraram-nos de grande importância, 25 % avaliaram como importantes, 18% desconhecem tais projetos e 13% têm outras opiniões (conforme relatos, dizem que é preciso mais divulgações sobre os projetos). Os dados revelaram que os projetos de EA existentes têm uma grande aceitação pelas professoras do ensino fundamental de escolas públicas de Limeira. Ao analisar os resultados, percebe-se que há interesse por parte dos educadores em estimular seus alunos para projetos ou aprendizados que se relacionem com a EA, e, como relatado durante todo este capítulo, estes poderão ser feitos nos espaços que o Jardim Zoológico de Limeira proporciona. Pode-se também analisar que uma parcela das entrevistadas desconhece os projetos já existentes, o que firma, mais uma vez, a sugestão de que deve ser implantada em todas as salas de aulas da cidade de Limeira os conteúdos e métodos da EA, seguindo as diretrizes dos Parâmetros Curriculares Nacionais.

A pesquisa tentou também descobrir como as professoras se deslocavam para o jardim zoológico com os seus alunos. Foi revelado que o meio de transporte mais utilizado pelas professoras (por 44%) é o ônibus cedido pela prefeitura. 22% disseram ir a pé (dado que o zoológico se localiza em um local de fácil acesso, por se tratar do centro da cidade, pois algumas escolas se concentram no centro da cidade de Limeira). 23% nunca foram ao zoológico com seus alunos. 13% vão de ônibus circular.

Num último questionamento, sentiu-se necessário saber o que as professoras acham do espaço do Jardim Zoológico de Limeira no tocante ao desenvolvimento de atividades recreativas no local, para o lazer das crianças, como brincadeiras, gincanas, piquenique, entre outros. Nesta pergunta, foi revelado que o espaço destinado para tais atividades foi considerado insuficiente em infraestrutura por 38% das professoras. 37% acham que o espaço é bom. 15% assinalam outra opção. 10% acham o espaço excelente. Pode-se, diante desse resultado, afirmar mais uma vez que no espaço do zoológico falta infraestrutura receptiva.

Sobre as entrevistadas que consideraram o espaço bom ou excelente para o lazer, relatos colhidos levam a concluir que elas julgam positivo o simples fato das crianças poderem admirar e conhecer os animais e plantas nativas, saindo do cotidiano das salas de aula para um contato com a natureza – o que por si só já está proporcionando lazer para seus alunos, não havendo assim necessidade de atividades recreativas no local. No que se refere ao espaço para realização de piquenique, várias destas mesmas professoras dizem sentar ao chão com as crianças em um dos corredores que dá acesso à jaula do leão.

Parte das entrevistadas que julgam o espaço do zoológico sem infra-estrutura para o lazer das crianças, relatam: “falta de um espaço adequado para realização de piquenique”, “falta um *playground*” e “o zoológico proporciona projetos interessantes, apenas falta um espaço para recreação infantil”. Pode-se sugerir um planejamento do local para criação de espaços destinados ao lazer das crianças, utilizando talvez da mesma criatividade que transformou uma antiga jaula no novo prédio da administração do Jardim Zoológico de Limeira.

Através dos dados colhidos pelos questionários, pôde-se observar que o Jardim Zoológico de Limeira consegue satisfazer as necessidades das professoras do ensino fundamental de escolas públicas de Limeira para a prática da EA, pois é um local considerado como um amplo espaço de contato com a natureza, proporcionando assim maiores e melhores conhecimentos no aprendizado dos alunos.

Considerações finais

Para realizar a pesquisa que deu origem a este capítulo, foram necessários estudos sobre temas diversos, como áreas verdes nas cidades, jardins zoológicos, atrativos turísticos, a atividade excursionista e a Educação Ambiental no currículo dos professores. Esta pesquisa bibliográfica colaborou para que, no decorrer do capítulo, algumas considerações fossem feitas sobre a possibilidade de fazer do espaço do jardim zoológico, o de Limeira em particular, um atrativo turístico para o turismo urbano e educacional.

Tal atrativo receberá uma demanda enquadrada na categoria excursionistas e visitantes de um dia, formada principalmente por estudantes do ensino fundamental das escolas públicas de Limeira.

A partir dos resultados obtidos na aplicação dos questionários, percebe-se que existem interesses no desenvolvimento de atividades no local do Jardim Zoológico de Limeira, não só pelo ideal da autora, mas principalmente por parte dos educadores, que exercem papel fundamental para tanto.

Nesse sentido, os Parâmetros Curriculares Nacionais de Meio Ambiente, que abrangem a Educação Ambiental, poderão ser ainda mais incluídos na prática educacional das escolas de Limeira. Desta forma, o zoológico ocupa um lugar privilegiado para acolher tal prática, constituindo-se num importante fator de aprendizado, preparando assim as futuras gerações para uma melhor consciência ecológica.

Por este e outros fatores, como a falta de espaços de lazer para essas crianças que fazem parte das classes menos privilegiadas, o zoológico municipal de Limeira constituirá uma nova opção para usufruírem o lazer, ao mesmo tempo em que estão aprendendo.

Com tudo o que foi discutido sobre o espaço do Jardim Zoológico de Limeira como atrativo turístico para a Educação Ambiental, espera-se poder auxiliar e contribuir para outros estudos sobre o zoológico e, principalmente, a efetivação de outras atividades pedagógicas no local.

Bibliográficas

BARRETO, Margarita. **Planejamento e Organização em Turismo**, Campinas/SP: Papyrus, 1991.

BENI, Mário Carlos. **Análise Estrutural do Turismo**, São Paulo: Senac, 2001.

CASCINO, Jacobi F. **Educação, Meio Ambiente e cidadania- Reflexos e Experiências**, São Paulo: SMA/CEAM, 1998.

DIAS, Genebaldo Freire. **Educação Ambiental - Princípios e Práticas**, São Paulo: Gaia, 2000.

FRANCO, Maria de Assunção Ribeiro. **Planejamento Ambiental para Cidade Sustentável**, São Paulo: Fapesp, 2000.

HEMÉRITAS, Adhemar Batista. **Organização e Normas**, São Paulo: Atlas, 1988.

JACOBS, Jane. **Morte e Vida de Grandes Cidades**, São Paulo: Martins Fontes, 2000.

LOUREIRO, Carlos Frederico B. (Org). **Sociedade e Meio Ambiente: A Educação Ambiental em debate**, São Paulo: Cortez, 2000.

MACEDO, Silvio Soares & SAKATA, Francine Gramacho. **Parques Urbanos no Brasil**, São Paulo: EDUSP, 2002.

MARCELLINO, Nelson C. **Pedagogia da Animação**, Campinas/SP: Papyrus, 2ª ed., 1997.

_____. **Políticas Públicas Setoriais de Lazer: O Papel das Prefeituras**, Campinas, São Paulo: Autores Associados, 1996.

MOLETTA, Vania Florentino & GARCIA, Roslaine. **Comercializando um destino turístico**, Porto Alegre: SEBRAE/RS, 2000.

OLIVEIRA, Antônio Pereira. **Turismo e desenvolvimento - Planejamento e organização**, São Paulo: Atlas, 2ª ed., 2000.

PADOVANI, Eliane Guerreiro Rossetti. **Parque Temático: Modernização e Consumo do Espaço**, (Tese de Doutorado) Universidade Estadual Paulista (Unesp), Rio Claro, 2002.

PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS. “Introdução”, volume 1, Brasília: Secretaria de Educação Fundamental (SEF), 1997.

_____. “Meio Ambiente/Saúde”, volume 9, Brasília: Secretaria de Educação Fundamental (SEF), 1997.

PASTA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL. Arquivo do Zoológico Municipal de Limeira, 2000.

PELLEGRINI FILHO, Américo. **Ecologia, Cultura e Turismo**, São Paulo: Papyrus, 2001.

PLANO DIRETOR TURÍSTICO DE LIMEIRA, Vol. II e IV, 1999.

REQUIXA, Renato. **O Lazer no Brasil**, São Paulo: Brasiliense, 1977.

RODRIGUES, Adyr Balastrieri. **Turismo e Ambiente - Reflexões e Propostas**, São Paulo: Hucitec, 1997.

_____. **Turismo e Desenvolvimento Local**, São Paulo: Hucitec, 1997.

_____. **Turismo e Espaço: Rumo a um Conhecimento Transdisciplinar**, São Paulo: Hucitec, 1997.

RODRIGUES, Ana Paula D. M. & RODRIGUES, Milena G. Souza. **A Educação Ambiental e os Parâmetros Curriculares Nacionais: Um Olhar sobre a Transversalidade da Questão**, (Trabalho de Conclusão de Curso) Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2001.

SANTOS, Eulália M. A. Moraes de. **A compartimentalização da natureza e a modernidade: A sistemática de Linnaeus**, (Dissertação de Mestrado em Geografia), Universidade Estadual de Maringá, 2000.

SERRANO, Célia M. Toledo & BRUNS, Heloísa T. **Viagens à Natureza: Turismo, Cultura e Ambiente**, Campinas/SP: Papyrus, 1997.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do Trabalho Científico**, São Paulo: Cortez, 2002.

SLOTERDIJK, Peter. **No Mesmo Barco: Ensaio sobre a Hiperpolítica**, São Paulo: Estação Liberdade, 1999.

VANETTI, Frederico. **Entomologia Geral**. Viçosa: Ed. UFV, 1983.

YÁZIGI, Eduardo (org). **Turismo e Paisagem**, São Paulo: Contexto, 2002.

SITES DA INTERNET

Histórico e conceitos dos zoológicos no mundo. Capturado em 28/08/2002 on-line - Disponível em <http://www.ultimaarcadenoe.com/zooconceitos.htm>.

Filósofos da história. Capturado em 28/08/2002 on-line - Disponível em <http://www.mundodosfilosofos.com.br/>.

Zoológicos do mundo. Capturado em 28/08/2002 on-line - Disponível em <http://www.cfh.ufsc.br/~wfil/cienciagrega.htm#8/>.

Dicionário de Língua Portuguesa - Michaelis. Capturado em 22/04/2002 on-line - Disponível em <http://www.uol.com.br/michaelis/>.

Jardim Zoológico do Rio de Janeiro. Capturado em 03/03/2002 on-line - Disponível em <http://www.rio.gov.rj.gov.br/riozoo/>.

Sociedade dos Zoológicos Brasileiro. Capturado em 05/04/02002 on-line - Disponível em <http://www.szb.org.br/>.

Jardim Zoológico de São Paulo. Capturado em 06/08/2002 on-line - Disponível em <http://www.zoologico.sp.gov.br/zoo.htm>.

Jardim Botânico do Rio de Janeiro. Capturado em 06/08/2002 on-line - Disponível em <http://www.jbrj.gov.br>.

Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência a Cultura. Capturado em 16/09/2002 on-line - Disponível em <http://www.unesco.org>.

Ministério da Educação e Cultura. Capturado em 15/09/2002 on-line - Disponível em <http://www.mec.gov.br/sef/ambiental/declar10.shtm/>.

Cultura Grega. Capturado em 18/10/2002 on-line - Disponível em <http://www.zarinha.com.br/Alunos/sofia1.htm/>.

Conferência de Johannesburg. Capturado em 20/10/2002 on-line - Disponível em <http://www.riomaisdez.org.br/index.asp>.

Ecosistema Urbano. Capturado em 18/10/2002 on-line - Disponível em <http://www.icb.ufmg.br/~beds/claudiajacobi.html>.

Entrevista

Ana Cláudia de Abreu, Bióloga do jardim zoológico de Limeira, 07/08/2002.